



4. Justiça do Trabalho

Nesta seção, analisar-se-ão os Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs). É importante frisar que os dados fornecidos são de responsabilidade exclusiva dos tribunais que integram o Sistema de Estatísticas do Poder Judiciário (SIESPJ), conforme o disposto no art. 4º da Resolução CNJ n. 76/2009.

Inicialmente, cumpre destacar a alteração da competência da Justiça do Trabalho estabelecida pelo art. 114 da Constituição Federal. Com a promulgação da Emenda Constitucional n. 45/2004, a competência foi ampliada para julgar as ações de relação de trabalho, e não somente as de relação de emprego regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho.

A redação do art. 114 manteve o poder normativo da Justiça do Trabalho e estabeleceu novas atribuições, como o julgamento de ações sobre representação sindical, atos decorrentes de greve, indenização por dano moral ou patrimonial resultantes da relação de trabalho e os processos relativos às penalidades administrativas impostas aos empregadores por fiscais do trabalho. A Justiça do Trabalho passou a julgar mandados de segurança, habeas corpus e habeas data quando o ato questionado envolvesse matéria sujeita à sua jurisdição e, ainda, dissídios coletivos.

A estrutura da Justiça do Trabalho é regida pelo art. 111 da Constituição Federal. Os órgãos da Justiça do Trabalho são: Tribunal Superior do Trabalho (TST), Tribunais Regionais do Trabalho (24 tribunais) e Varas do Trabalho (1.587 varas existentes e 1.454 varas instaladas)¹.

O primeiro grau é composto pelas Varas do Trabalho e compõe-se de um juiz do trabalho titular e um juiz do trabalho substituto. Sua competência é determinada pela localidade onde o empregado prestar serviços ao empregador, ainda que tenha sido contratado em outro local ou no estrangeiro.

O segundo grau é composto pelos Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs). Neles, julgam-se recursos ordinários contra decisões das Varas do Trabalho, ações originárias, ações rescisórias de decisões suas ou das Varas e os mandados de segurança contra atos de seus juízes. A Justiça do Trabalho conta com 24 tribunais formados pelas seguintes regiões:

- 1ª Região: abrange o estado do Rio de Janeiro;
- 2ª Região: abrange parte dos municípios do estado de São Paulo;
- 3ª Região: abrange o estado de Minas Gerais;
- 4ª Região: abrange o estado do Rio Grande do Sul;
- 5ª Região: abrange o estado da Bahia;
- 6ª Região: abrange o estado de Pernambuco;
- 7ª Região: abrange o estado do Ceará;

¹ De acordo com informações divulgadas no sítio do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT): <http://www.tst.jus.br/documents/10157/8c254549-9bae-4475-be19-8cb96314ee79>, em 19 de agosto de 2013.

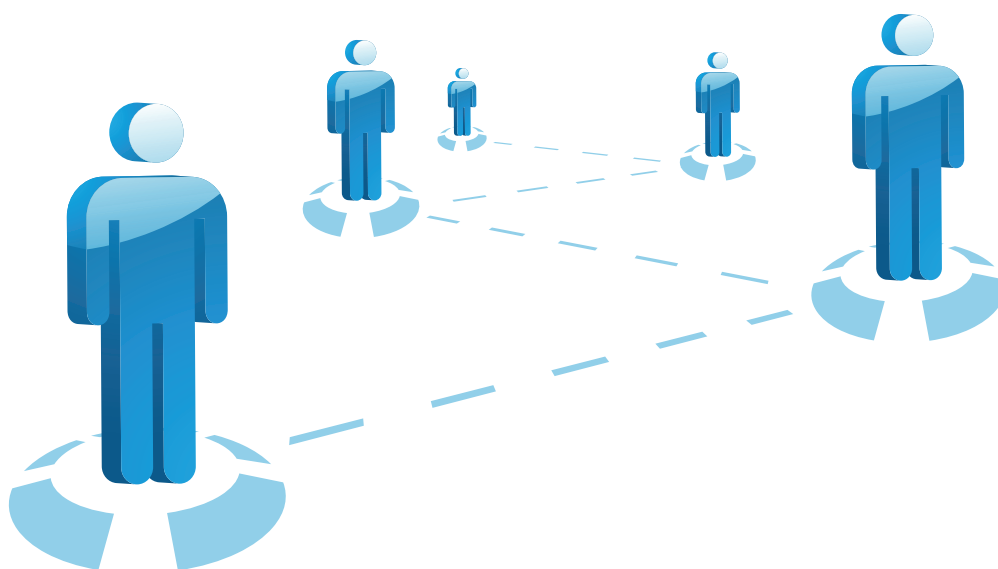
- 8ª Região: abrange os estados do Pará e do Amapá;
- 9ª Região: abrange o estado do Paraná;
- 10ª Região: abrange o Distrito Federal e o estado de Tocantins;
- 11ª Região: abrange os estados de Amazonas e Roraima;
- 12ª Região: abrange o estado de Santa Catarina;
- 13ª Região: abrange o estado da Paraíba;
- 14ª Região: abrange os estados de Rondônia e Acre;
- 15ª Região: tem sede em Campinas/SP e abrange os municípios do estado de São Paulo à exceção daqueles pertencentes à 2ª Região;
- 16ª Região: abrange o estado do Maranhão;
- 17ª Região: abrange o estado do Espírito Santo;
- 18ª Região: abrange o estado de Goiás;
- 19ª Região: abrange o estado de Alagoas;
- 20ª Região: abrange o estado de Sergipe;
- 21ª Região: abrange o estado do Rio Grande do Norte;
- 22ª Região: abrange o estado do Piauí;
- 23ª Região: abrange o estado de Mato Grosso;
- 24ª Região: abrange o estado de Mato Grosso do Sul.

4.1 Infográficos

A seguir, apresentam-se os infográficos, na seguinte ordem: variáveis relacionadas às despesas e força de trabalho e indicadores de magistrado, produtividade e, por fim, os de movimentação processual.

Todos os valores monetários de 2009 a 2011 apresentados neste relatório encontram-se deflacionados pelo IPCA/Dezembro 2012.

Por se tratar de um índice, a variação do percentual de despesas e a variação da taxa de congestionamento são preferencialmente analisadas em termos absolutos, em pontos percentuais.



Tribunal Regional do Trabalho 1ª Região (RJ)



Orçamento

R\$ 1.277.967.218 (0,27% PIB)

↓ Δ -1,7% < 2011

A despesa com recursos humanos representa 97,6% das despesas do TRT1.



Bens/Serviços
R\$ 30.039.314
↑ Δ 54,2% > 2011



Recursos Humanos
R\$ 1.247.927.905
↓ Δ -2,5% < 2011



Informática
R\$ 35.209.392
↑ Δ 3,1% > 2011






Ativos
R\$ 814.906.292
↓ Δ -3,4% < 2011






Inativos
R\$ 378.791.483
↓ Δ -1,8% < 2011









Força de Trabalho

		
Magistrados	Quantidade	Δ (+/-)
2º Grau	54	↑ 22,7%
1º Grau	230	↓ -1,3%
Total Magistrados	284	↑ 2,5%







A única categoria de força de trabalho a decair no último ano foi a de servidores sem vínculo (em 6,7%).

		
Servidores	Quantidade	Δ (+/-)
Efetivos	3.917	↑ 4,1%
Cedidos	203	↑ 3,6%
Requisitados	226	↑ 1,3%
Sem Vínculo Efetivo	28	↓ -6,7%
Terceirizados	1.033	↑ 9,0%
Estagiários	353	↑ 34,2%
Total Servidores	5.354	↑ 6,4%

Indicadores por Magistrado










						
	Carga de Trab.	Δ (+/-)	Proc. Julgados	Δ (+/-)	Proc. Baixados	Δ (+/-)
2º Grau	1.990	↓ -9,1%	1.145	↓ -26,6%	1.004	↓ -19,6%
1º Grau	2.684	↓ -4,0%	1.410	↓ -15,9%	1.279	↓ -6,1%
TRT1	2.552	↓ -5,4%	1.360	↓ -18,0%	1.226	↓ -8,7%

Indicadores de Produtividade

						
	Baixados/Cn	Δ (+/-)	Taxa Congest.	Δ (+/-)	Taxa de Congestionamento Conhecimento	Execução
2º Grau	82,9%	↓ Δ -7,66	38,6%	↑ Δ 9,20	não se aplica	
1º Grau	108,8%	↓ Δ -6,85	44,3%	↓ Δ -0,52	40,6%	51,7%
TRT1	103,7%	↓ Δ -7,35	43,5%	↑ Δ 0,50	40,6%	51,7%

A taxa de congestionamento de segundo grau aumentou em 9,2 pontos percentuais.

Movimentação Processual

									
	Estoque	Δ (+/-)	Casos Novos	Δ (+/-)	Julgados	Δ (+/-)	Baixados	Δ (+/-)	Saldo Estimado
2º Grau	22.822	↑ 33,6%	65.446	↑ 7,8%	61.821	↓ -9,9%	54.240	↓ -1,3%	34.028
1º Grau	257.966	↓ -14,3%	270.316	↓ -1,4%	324.317	↓ -17,0%	294.079	↓ -7,3%	234.203
Total	280.788	↓ -11,7%	335.762	↑ 0,2%	386.138	↓ -15,9%	348.319	↓ -6,4%	268.231

Análise da série histórica

O Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT1) decresceu sua despesa total em 6,1% desde 2009. Esse comportamento manteve-se ano a ano, mesmo com grandes aumentos nas despesas com bens e serviços desde 2009 (de 56,9%), que, apesar de queda em 2011 (de 29,8%), em 2012 alcançou a maior despesa da série histórica (R\$ 30 milhões).

A despesa mais significativa é, na verdade, a despesa com recursos humanos, que vem decaindo em termos muito semelhantes à despesa total (6,3% no acumulado), mesmo havendo crescimento do quantitativo do total de servidores ao longo de todos os anos (desde 2009, o contingente de servidores aumentou 14,5%). Grande parte desse crescimento diz respeito à força de trabalho auxiliar, composta por estagiários (quase triplicou desde 2009) e terceirizados (com aumento de 25,4%). Já com relação ao quantitativo de magistrados, verifica-se ligeira diminuição de 0,7%, que equivale apenas à redução em dois magistrados de primeiro grau.

A carga de trabalho por magistrado vem sofrendo queda desde 2009 (18,6%), principalmente em decorrência da considerável diminuição do estoque nesse mesmo período (45,1%). Apesar de o quantitativo de processos baixados ter sido sempre superior ao de casos novos, essa relação vem caindo desde 2010 (em 2012 baixou-se 4% a mais de processos do que entraram casos novos), e, portanto, deve-se tomar atenção para a diminuição da quantidade de processos baixados (15,5%) em face do crescimento dos casos novos (5,3%), sendo possível que, nos próximos anos, o estoque possa voltar a crescer.

A taxa de congestionamento que vinha sofrendo variações negativas ano a ano já começa a refletir a diminuição da quantidade de processos baixados, pois aumentou ligeiramente em 2012 (0,5%). Destacam-se as taxas de congestionamento dos processos extrajudiciais no primeiro grau que vêm crescendo consideravelmente ano a ano, chegando ao crescimento 27,3 pontos percentuais (p.p.) do quadriênio.

Tribunal Regional do Trabalho

2ª Região (SP)

(Grande São Paulo e parte da baixada Santista)



Orçamento

R\$ 1.581.117.836 (0,18% PIB)
 ↑ Δ 4,4% > 2011

Em 2012, o total da despesa do TRT2 foi a maior desde 2009.



Bens/Serviços
 R\$ 89.060.619
 ↑ Δ 49,7% > 2011



Recursos Humanos
 R\$ 1.477.904.769
 ↑ Δ 1,7% > 2011



Informática
 R\$ 23.804.412
 ↑ Δ 119,5% > 2011






Ativos
 R\$ 1.060.054.043
 ↑ Δ 3,2% > 2011






Inativos
 R\$ 374.377.070
 ↓ Δ -3,3% < 2011









Força de Trabalho

		
Magistrados	Quantidade	Δ (+/-)
2º Grau	85	↓ -2,3%
1º Grau	337	↑ 3,4%
Total Magistrados	422	↑ 2,2%








O crescimento de 8,7% na força de trabalho ocorreu em virtude do aumento de 564 servidores efetivos (11,4%) no ano de 2012.

		
Servidores	Quantidade	Δ (+/-)
Efetivos	5.533	↑ 11,4%
Cedidos	414	↑ 11,9%
Requisitados	217	↑ 1,9%
Sem Vínculo Efetivo	11	↓ -21,4%
Terceirizados	992	↑ 8,1%
Estagiários	44	↓ -66,2%
Total Servidores	6.383	↑ 8,7%

Indicadores por Magistrado










						
	Carga de Trab.	Δ (+/-)	Proc. Julgados	Δ (+/-)	Proc. Baixados	Δ (+/-)
2º Grau	2.153	↓ -11,2%	1.341	↓ -10,3%	1.341	↓ -10,3%
1º Grau	3.907	↑ 8,7%	1.705	↑ 10,3%	1.814	↑ 17,4%
TRT2	3.553	↑ 6,1%	1.632	↑ 6,3%	1.719	↑ 12,0%

Indicadores de Produtividade

							
	Baixados/Cn	Δ (+/-)	Taxa Congest.	Δ (+/-)	Taxa de Congestionamento	Conhecimento	Execução
2º Grau	107,9%	↓ Δ -30,21	20,3%	↓ Δ -1,36	não se aplica		
1º Grau	95,5%	↑ Δ 4,64	50,1%	↓ Δ -3,78	45,6%	55,1%	
TRT2	97,2%	↓ Δ -0,46	47,0%	↓ Δ -2,64	45,6%	55,1%	

A taxa de congestionamento apresentou queda de 2,6 pontos percentuais em 2012.

Movimentação Processual

									
	Estoque	Δ (+/-)	Casos Novos	Δ (+/-)	Julgados	Δ (+/-)	Baixados	Δ (+/-)	Saldo Estimado
2º Grau	37.340	↓ -48,0%	105.619	↑ 12,2%	113.949	↓ -12,4%	113.949	↓ -12,4%	29.010
1º Grau	586.025	↑ 8,8%	640.542	↑ 15,5%	574.614	↑ 14,0%	611.452	↑ 21,3%	615.115
Total	623.365	↑ 2,1%	746.161	↑ 15,0%	688.563	↑ 8,6%	725.401	↑ 14,4%	644.125

Análise da série histórica

O total da despesa do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT2), no ano de 2012, foi de R\$ 1,6 bilhão, equivalente a 0,18% do Produto Interno Bruto (PIB). Em relação ao último quadriênio, a despesa total do TRT2 teve aumento em 6,2%; ressalta-se que algumas espécies de despesa deste tribunal apresentaram aumento substancial no último ano. As despesas de informática e as de bens e serviços apresentaram crescimento de 119,5% e 49,7%, respectivamente.

Quanto aos dados de força de trabalho, observa-se aumento de 32,1% no total de servidores no período de 2009 para 2012. Esse comportamento deve-se, principalmente, à variação crescente no total de servidores efetivos (variação de 1.499 servidores, 37,2%) e de terceirizados (variação de 253 funcionários, 34,2%). Por outro lado, vale observar a queda no número de estagiários no ano de 2012, que foi de 66,2%. Por sua vez, com relação ao quantitativo total de magistrados, verifica-se, no último ano, aumento de 2,2%, concentrados no primeiro grau, em que se percebeu aumento de 3,4%, em contraposição à diminuição ocorrida no segundo grau, de 2,3%.

Em 2012, 1.632 sentenças foram proferidas por magistrados. Em comparação com o ano anterior, que era de 1.535, cresceu 6,3%. Analisando-se os indicadores de produtividade do TRT2, verifica-se que o aumento no número de sentenças (8,6%) foi maior que o aumento ocorrido no número de magistrados (2,2%). No que diz respeito ao número de processos baixados por magistrado, observa-se aumento expressivo de 12,0%.

Esse crescimento do total dos processos baixados no último ano reflete-se na redução da taxa de congestionamento total do tribunal, que foi de 2,6 p.p. em relação ao ano anterior. A redução da taxa de congestionamento ocorreu nas duas instâncias da Justiça Trabalhista, com redução de 1,4 p.p. no segundo grau e de 3,8 p.p. no primeiro grau.

Tribunal Regional do Trabalho 3ª Região (MG)



Orçamento

R\$ 1.137.201.029 (0,29% PIB)
↓ Δ -4,8% < 2011

Em 2012, a despesa total do TRT3 foi a menor do último quadriênio (R\$ 1,1 bilhão).



Bens/Serviços
R\$ 52.050.841
↓ Δ -35,2% < 2011



Recursos Humanos
R\$ 1.085.150.188
↓ Δ -2,7% < 2011



Informática
R\$ 24.214.310
↑ Δ 13,3% > 2011





Ativos
R\$ 753.957.668
↓ Δ -4,1% < 2011






Inativos
R\$ 297.916.804
↓ Δ -0,1% < 2011









Força de Trabalho

		
Magistrados	Quantidade	Δ (+/-)
2º Grau	34	↑ 6,3%
1º Grau	250	0,0%
Total Magistrados	284	↑ 0,7%







Houve a redução de quatro servidores comissionados sem vínculo (-23,5%).

		
Servidores	Quantidade	Δ (+/-)
Efetivos	3.167	↑ 6,1%
Cedidos	20	↓ -4,8%
Requisitados	297	↓ -7,8%
Sem Vínculo Efetivo	13	↓ -23,5%
Terceirizados	701	↑ 9,9%
Estagiários	376	↑ 5,9%
Total Servidores	4.534	↑ 5,5%

Indicadores por Magistrado










						
	Carga de Trab.	Δ (+/-)	Proc. Julgados	Δ (+/-)	Proc. Baixados	Δ (+/-)
2º Grau	2.693	↓ -1,4%	1.942	↓ -5,8%	2.005	↓ -2,5%
1º Grau	2.209	↑ 9,3%	1.195	↑ 0,1%	1.147	↑ 4,1%
TRT3	2.267	↑ 7,9%	1.284	↓ -0,6%	1.249	↑ 3,3%

Indicadores de Produtividade

						
	Baixados/Cn	Δ (+/-)	Taxa Congest.	Δ (+/-)	Taxa de Congestionamento Conhecimento	Execução
2º Grau	97,4%	↓ Δ -8,20	9,4%	↑ Δ 1,99	não se aplica	
1º Grau	89,3%	↑ Δ 1,79	43,7%	↑ Δ 3,13	28,9%	77,5%
TRT3	90,7%	↑ Δ 0,25	39,2%	↑ Δ 3,12	28,9%	77,5%

Em 2012, o aumento do número de casos pendentes foi de 22,9% (passando de 157 mil processos em 2011 para 193 mil).

Movimentação Processual

									
	Estoque	Δ (+/-)	Casos Novos	Δ (+/-)	Julgados	Δ (+/-)	Baixados	Δ (+/-)	Saldo Estimado
2º Grau	5.257	↓ -40,0%	69.958	↑ 12,3%	66.018	↑ 0,1%	68.156	↑ 3,6%	7.059
1º Grau	187.597	↑ 26,7%	321.177	↑ 2,0%	298.665	↑ 0,1%	286.652	↑ 4,1%	222.122
Total	192.854	↑ 22,9%	391.135	↑ 3,7%	364.683	↑ 0,1%	354.808	↑ 4,0%	229.181

Análise da série histórica

O Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (TRT3) apresentou decréscimo em sua despesa total, no ano de 2012, em 4,8% e atingiu R\$ 1,14 bilhão, o que equivale a 0,29% do PIB. Comparativamente ao PIB do estado, também houve redução, em 0,02 p.p., o que indica que a despesa do TRT3 cresceu menos que a inflação e, também, menos que a economia do estado de Minas Gerais. Esse fato decorre de dois fatores: de um lado, da diminuição expressiva das despesas com bens e serviços em 35,2%, o equivalente a R\$ 28 milhões, além da redução da despesa com recursos humanos em R\$ 30 milhões (2,7%).

Apesar da diminuição das despesas com recursos humanos, houve aumento da força de trabalho em 5,5% em relação ao ano anterior. Destaca-se crescimento na força de trabalho auxiliar (8,5%), composta por terceirizados, que aumentou 9,9% e de estagiários em 5,9%. Houve, também, aumento de 181 servidores do quadro efetivo (6,1%), com redução de 25 requisitados (7,8%) e de quatro comissionados sem vínculo (23,5%).

A carga de trabalho dos magistrados aumentou em 21,5% no período 2009 a 2012. É relevante ter em mente que tal valor deve-se, especialmente, ao crescimento do número de casos pendentes (13,8%), de casos novos (18,9%) e da redução do número de magistrados (4,4%) no período. É importante destacar também a redução de 0,6% no número de processos julgados por magistrado no ano de 2012, mas, em contrapartida, observa-se crescimento de 3,3% no número de processos baixados por magistrado.

Em relação à taxa de congestionamento, no ano de 2012, a taxa foi de 39,2%, com aumento de 3,1 p.p., se comparado ao ano de 2011, cujo crescimento foi de 5,8 p.p. Esse aumento deve-se principalmente ao crescimento elevado no número de casos pendentes (que, em 2012, teve aumento de 22,9%). Por fim, é importante ressaltar a pequena taxa de congestionamento do segundo grau, de apenas 9,4%. As maiores taxas encontram-se na fase de execução do primeiro grau, com 85,5% na execução fiscal, 76,9% na execução judicial e 72,8% na execução de título extrajudicial não fiscal.

Tribunal Regional do Trabalho 4ª Região (RS)



Orçamento

R\$ 1.041.131.559 (0,35% PIB)
↓ Δ -1,5% < 2011

A redução de R\$ 15,6 milhões no orçamento total (1,5%) foi reflexo especialmente da queda de R\$ 24,6 milhões (2,5%) nas despesas com recursos humanos.



Bens/Serviços
R\$ 63.162.336
↑ Δ 16,7% > 2011



Recursos Humanos
R\$ 977.969.223
↓ Δ -2,5% < 2011



Informática
R\$ 27.899.541
↑ Δ 109,9% > 2011






Ativos
R\$ 662.150.975
↓ Δ -6,0% < 2011






Inativos
R\$ 292.480.338
↑ Δ 3,5% > 2011









Força de Trabalho

		
Magistrados	Quantidade	Δ (+/-)
2º Grau	42	↑ 23,5%
1º Grau	238	↑ 9,7%
Total Magistrados	280	↑ 11,6%







Aumento globalizado no quadro funcional, tanto em termos de magistrados (11,6%), quanto em termos de servidores (4,3%) e, ainda, em todas as formas de contratação.

		
Servidores	Quantidade	Δ (+/-)
Efetivos	3.422	↑ 2,1%
Cedidos	11	↑ 37,5%
Requisitados	3	↑ 50,0%
Sem Vínculo Efetivo	2	0,0%
Terceirizados	613	↑ 18,8%
Estagiários	113	↑ 4,6%
Total Servidores	4.142	↑ 4,3%

Indicadores por Magistrado










						
	Carga de Trab.	Δ (+/-)	Proc. Julgados	Δ (+/-)	Proc. Baixados	Δ (+/-)
2º Grau	1.911	↓ -25,2%	1.415	↓ -33,8%	1.325	↓ -29,6%
1º Grau	2.067	↑ 2,7%	883	↓ -2,5%	826	↓ -2,7%
TRT4	2.044	↓ -2,1%	963	↓ -10,2%	901	↓ -8,9%

Indicadores de Produtividade

						
	Baixados/Cn	Δ (+/-)	Taxa Congest.	Δ (+/-)	Taxa de Congestionamento Conhecimento	Execução
2º Grau	97,9%	↓ Δ -3,23	17,5%	↑ Δ 3,58	não se aplica	
1º Grau	93,9%	↓ Δ -5,17	52,6%	↓ Δ -0,51	43,1%	65,6%
TRT4	94,7%	↓ Δ -4,84	47,7%	↑ Δ 0,81	43,1%	65,6%

O aumento nos casos novos de forma mais expressiva que o aumento nos processos baixados ocasionou leve incremento na taxa de congestionamento.

Movimentação Processual

									
	Estoque	Δ (+/-)	Casos Novos	Δ (+/-)	Julgados	Δ (+/-)	Baixados	Δ (+/-)	Saldo Estimado
2º Grau	10.594	↓ -4,0%	56.859	↓ -10,1%	59.432	↓ -18,2%	55.648	↓ -13,0%	11.805
1º Grau	205.440	↓ -0,8%	209.540	↑ 12,6%	210.252	↑ 6,9%	196.703	↑ 6,7%	218.277
Total	216.034	↓ -0,9%	266.399	↑ 6,8%	269.684	↑ 0,1%	252.351	↑ 1,6%	230.082

Análise da série histórica

As despesas totais do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT4), no ano de 2012, foram de R\$ 1,04 bilhão, equivalentes a 0,35% do PIB do estado. O aumento da despesa do TRT4 foi inferior à inflação do período 2011–2012, por isso a despesa deflacionada vem ocasionando constante redução desde 2009 (4,9%). É interessante observar que a redução da despesa total nos últimos anos está associada às reduções das despesas com recursos humanos em 6,7%, no quadriênio.

Apesar da redução das despesas com recursos humanos nos últimos anos, verifica-se crescimento no número de servidores. No ano de 2012, o aumento foi de 4,3% em relação ao ano anterior, relativo a 170 funcionários a mais, influenciado, especialmente, pelo aumento de 97 terceirizados (18,8%) e 70 efetivos (2,1%).

Destaca-se, também, o expressivo aumento no número total de magistrados (passou de 251 em 2011 para 280 em 2012), com incremento de 29 juízes de primeiro grau e oito desembargadores. Alerta-se que esse aumento no número de magistrados foi proporcionalmente superior ao aumento de sentenças (0,1%) e de processos baixados (1,6%). Desse modo, vale destacar o decréscimo no quantitativo de sentenças proferidas por magistrado (em 10,2%) e de processos baixados por magistrado (em 8,9%) no ano de 2012.

Ressalte-se, ainda, que, pela primeira vez na série histórica, o TRT4 não conseguiu baixar quantitativo de processos superior ao ingressado, o que provavelmente irá ocasionar aumento do estoque no próximo ano.

Por fim, é importante ressaltar que a taxa de congestionamento, que em 2012 foi de 47,7%, tem-se mantido aproximadamente constante, com aumento de menos de 1 p.p. em relação a 2011. Esse aumento ocorreu no segundo grau (em 3,6 p.p.) e na fase de conhecimento do primeiro grau (em 4,1 p.p.), etapas que abrangem cerca de 61% de todos os processos em tramitação. Na taxa de congestionamento das execuções de primeiro grau, judiciais e extrajudiciais, houve redução.

Tribunal Regional do Trabalho 5ª Região (BA)



Orçamento

R\$ 726.006.900 (0,39% PIB)

↓ Δ -2,9% < 2011

A despesa com recursos humanos representa 96% das despesas do TRT5.



Bens/Serviços

R\$ 29.102.274

↓ Δ -8,6% < 2011



Recursos Humanos

R\$ 696.904.626

↓ Δ -2,7% < 2011



Informática

R\$ 19.383.604

↑ Δ 20,0% > 2011



Ativos

R\$ 507.313.764

↓ Δ -3,5% < 2011



Inativos

R\$ 167.730.367

↓ Δ -3,5% < 2011










Força de Trabalho

Magistrados	Quantidade	Δ (+/-)
2º Grau	29	↑ 3,6%
1º Grau	176	↓ -2,2%
Total Magistrados	205	↓ -1,4%







Houve redução de apenas três magistrados no último ano.

Servidores	Quantidade	Δ (+/-)
Efetivos	2.252	↑ 1,8%
Cedidos	132	↑ 13,8%
Requisitados	307	↑ 5,9%
Sem Vínculo Efetivo	11	↓ -8,3%
Terceirizados	503	↓ -0,2%
Estagiários	268	↑ 6,3%
Total Servidores	3.209	↑ 1,7%

Indicadores por Magistrado











						
	Carga de Trab.	Δ (+/-)	Proc. Julgados	Δ (+/-)	Proc. Baixados	Δ (+/-)
2º Grau	2.345	↑ 13,3%	1.131	↑ 2,1%	1.246	↑ 25,1%
1º Grau	2.494	↑ 13,7%	874	↑ 6,7%	831	↑ 15,7%
TRT5	2.473	↑ 13,6%	910	↑ 6,1%	890	↑ 17,7%

Indicadores de Produtividade

					 Taxa de Congestionamento	
	Baixados/Cn	Δ (+/-)	Taxa Congest.	Δ (+/-)	Conhecimento	Execução
2º Grau	94,9%	↑ Δ 0,80	38,0%	↓ Δ -4,02	não se aplica	
1º Grau	96,4%	↑ Δ 2,55	59,7%	↓ Δ -2,34	37,5%	85,8%
TRT5	96,1%	↑ Δ 2,20	56,7%	↓ Δ -2,86	37,5%	85,8%

A carga de trabalho do magistrado aumentou 13,6% em 2012.

Movimentação Processual

									
	Estoque	Δ (+/-)	Casos Novos	Δ (+/-)	Julgados	Δ (+/-)	Baixados	Δ (+/-)	Saldo Estimado
2º Grau	20.225	↑ 9,4%	38.060	↑ 28,4%	32.804	↑ 5,7%	36.132	↑ 29,5%	22.153
1º Grau	210.729	↑ 4,1%	151.681	↑ 10,1%	153.759	↑ 4,4%	146.224	↑ 13,1%	216.186
Total	230.954	↑ 4,6%	189.741	↑ 13,4%	186.563	↑ 4,6%	182.356	↑ 16,0%	238.339

Análise da série histórica

O Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (TRT5) vem reduzindo sua despesa total ao longo de todos os anos desde 2009 (totalizando 7,8%), sendo que tal diminuição torna-se mais evidente ainda quando comparada com o crescimento do PIB do estado, cuja relação passou de 0,48% em 2009 para 0,39% em 2012. Neste último ano, a principal causa dessa diminuição relaciona-se ao decréscimo na despesa com bens e serviços (8,6%) e à sutil queda na despesa com recursos humanos (2,7%), que, apesar da variação relativamente pequena, causa grande impacto, já que essa despesa representa 96% de todos os gastos do TRT5.

O total de servidores aumentou pouco no último ano (1,7%) como reflexo do crescimento na força de trabalho auxiliar, que consiste, principalmente, no aumento de 16 estagiários (6,3%), além do pequeno aumento em 17 servidores efetivos (1,8%). Já em relação aos magistrados, o quantitativo pouco variou, com aumento de um desembargador e redução de três juízes. Com a manutenção do corpo de magistrados e o aumento de 8,4% no número de processos em tramitação, especialmente no de casos novos, que cresceu em 13,4%, a carga de trabalho também subiu e atingiu o patamar de 2.473 em 2011, registrando aumento de 13,6% no último ano. Nesse sentido, faz-se pertinente destacar o aumento no quantitativo de processos baixados por magistrados (17,7%) e de sentenças proferidas por magistrados (6,1%).

Com relação à taxa de congestionamento, percebe-se diminuição no último ano em 2,9 p.p., atingindo-se, globalmente, o índice de 38%. Destaca-se a queda de 4 p.p. no segundo grau e de 7,4 p.p. na fase de conhecimento do primeiro grau, etapas que abrangem a maioria dos processos. Em contrapartida, nas execuções judiciais, extrajudiciais fiscais e extrajudiciais não fiscais, houve aumento em 3,0 p.p., 7,8 p.p. e 11,3 p.p., respectivamente.

Tribunal Regional do Trabalho 6ª Região (PE)



Orçamento

R\$ 527.935.988 (0,50% PIB)
↓ Δ -1,6% < 2011

Desde 2009, a despesa total do TRT6 vem sofrendo queda, com redução de 1,6% em 2012.



Bens/Serviços
R\$ 30.318.994
↑ Δ 11,8% > 2011



Recursos Humanos
R\$ 499.980.694
↓ Δ -2,2% < 2011



Informática
R\$ 15.815.302
↑ Δ 12,3% > 2011



Ativos
R\$ 372.900.760
↓ Δ -2,7% < 2011






Inativos
R\$ 115.553.445
↓ Δ -1,8% < 2011










Força de Trabalho

		
Magistrados	Quantidade	Δ (+/-)
2º Grau	17	↓ -5,6%
1º Grau	127	↓ -2,3%
Total Magistrados	144	↓ -2,7%







A força de trabalho cresceu 12%, influenciada, especialmente, pelo aumento de servidores efetivos, terceirizados e estagiários, com redução de requisitados.

		
Servidores	Quantidade	Δ (+/-)
Efetivos	1.711	↑ 10,0%
Cedidos	41	↓ -10,9%
Requisitados	186	↓ -11,8%
Sem Vínculo Efetivo	9	0,0%
Terceirizados	460	↑ 27,4%
Estagiários	101	↑ 32,9%
Total Servidores	2.426	↑ 12,0%

Indicadores por Magistrado











						
	Carga de Trab.	Δ (+/-)	Proc. Julgados	Δ (+/-)	Proc. Baixados	Δ (+/-)
2º Grau	1.970	↑ 29,0%	1.213	↑ 13,7%	1.213	↑ 13,7%
1º Grau	2.409	↑ 12,7%	1.226	↑ 12,8%	1.140	↑ 0,6%
TRT6	2.357	↑ 14,2%	1.224	↑ 12,9%	1.148	↑ 2,1%

Indicadores de Produtividade

						
	Baixados/Cn	Δ (+/-)	Taxa Congest.	Δ (+/-)	Taxa de Congestionamento Conhecimento	Execução
2º Grau	83,6%	↓ Δ -23,39	29,1%	↑ Δ 10,38	não se aplica	
1º Grau	82,7%	↓ Δ -12,04	48,7%	↑ Δ 6,59	34,6%	63,3%
TRT6	82,8%	↓ Δ -13,20	46,9%	↑ Δ 6,74	34,6%	63,3%

A produtividade, medida pelo número de sentenças por magistrado, cresceu 12,9% no último ano.

Movimentação Processual

									
	Estoque	Δ (+/-)	Casos Novos	Δ (+/-)	Julgados	Δ (+/-)	Baixados	Δ (+/-)	Saldo Estimado
2º Grau	4.411	↓ -22,2%	24.648	↑ 37,4%	20.613	↑ 7,4%	20.613	↑ 7,4%	8.446
1º Grau	107.349	↑ 8,3%	175.063	↑ 12,6%	155.666	↑ 10,2%	144.756	↓ -1,7%	137.656
Total	111.760	↑ 6,6%	199.711	↑ 15,2%	176.279	↑ 9,8%	165.369	↓ -0,7%	146.102

Análise da série histórica

O Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT6) teve decréscimo em sua despesa total em 8,0% desde 2009, ocasionado, especialmente, pela diminuição de R\$ 45,4 milhões nas despesas com recursos humanos. Os constantes aumentos com despesa em informática (de 15,0% em 2010, 12,4% em 2011 e 12,3% em 2012) e o aumento, no quadriênio, da despesa com bens e serviços (de 72,8%) não foram, portanto, suficientes para alterar significativamente a despesa total.

A despesa mais significativa é, na verdade, a despesa com recursos humanos, que representa 94,7% do total e, conseqüentemente, vem decaindo em termos muito semelhantes à despesa total (8,3% no acumulado), mesmo com o crescimento do quantitativo do total de servidores ao longo de todos os anos (desde 2009, o contingente de servidores aumentou 16,0%). A maior parte desse crescimento diz respeito ao aumento de 155 servidores efetivos (variação de 10%) e à força de trabalho auxiliar, composta por estagiários e terceirizados, cujo aumento foi de 124 funcionários (28,4%). Já com relação ao quantitativo de magistrados, o número tem-se mantido aproximadamente constante, com queda de 148 para 144 magistrados de 2011 para 2012, divididos entre 127 de juízes e 17 desembargadores.

Quanto à movimentação processual, percebe-se o aumento no número de casos novos (15,2%) e diminuição no total de processos baixados (-0,7%), por isso o percentual de processos baixados em relação aos processos ingressados reduziu-se de 96,0% no ano de 2011 para 82,8% em 2012. Dessa forma, deve-se tomar atenção para o aumento da quantidade de baixados, pois a tendência é que o estoque suba cada vez mais, caso o índice de baixados por caso novo não atinja o percentual de 100%.

Como reflexo da redução dos processos baixados em 0,7% no último ano, associado ao crescimento de 12% no volume de processos em tramitação, a taxa de congestionamento subiu em 6,7 p.p. e alcançou o patamar de 46,9%. Apenas na execução extrajudicial é que houve queda, tendo sido registrado aumento de 10,4 p.p. no segundo grau, 10,7 p.p. nas execuções judiciais e 4 p.p. na fase de conhecimento do primeiro grau.

Tribunal Regional do Trabalho 7ª Região (CE)



Orçamento

R\$ 292.229.922 (0,33% PIB)
↑ Δ 9,7% > 2011

A despesa de bens e serviços dobrou em 2012.



Bens/Serviços
R\$ 64.062.994
↑ Δ 114,4% > 2011



Recursos Humanos
R\$ 248.881.859
↓ Δ -2,0% < 2011



Informática
R\$ 7.658.923
↑ Δ 9,5% > 2011






Ativos
R\$ 180.819.274
↓ Δ -3,7% < 2011






Inativos
R\$ 58.829.431
↓ Δ -0,9% < 2011









Força de Trabalho

		
Magistrados	Quantidade	Δ (+/-)
2º Grau	9	↑ 12,5%
1º Grau	59	↑ 5,4%
Total Magistrados	68	↑ 6,3%







Houve aumento na força de trabalho, especialmente na forma de contratação de estagiários e terceirizados.

		
Servidores	Quantidade	Δ (+/-)
Efetivos	848	0,0%
Cedidos	73	↑ 1,4%
Requisitados	223	↑ 0,9%
Sem Vínculo Efetivo	8	↓ -27,3%
Terceirizados	207	↑ 11,9%
Estagiários	268	↑ 95,6%
Total Servidores	1.481	↑ 11,4%

Indicadores por Magistrado











						
	Carga de Trab.	Δ (+/-)	Proc. Julgados	Δ (+/-)	Proc. Baixados	Δ (+/-)
2º Grau	1.434	↓ -16,4%	1.012	↓ -0,2%	1.030	↑ 8,1%
1º Grau	2.331	↓ -6,8%	943	↑ 2,4%	1.071	↑ 9,3%
TRT7	2.213	↓ -7,9%	952	↑ 2,1%	1.065	↑ 9,1%

Indicadores de Produtividade

						
	Baixados/Cn	Δ (+/-)	Taxa Congest.	Δ (+/-)	Taxa de Congestionamento Conhecimento	Execução
2º Grau	131,3%	↑ Δ 31,56	16,9%	↓ Δ -18,05	não se aplica	
1º Grau	97,2%	↑ Δ 20,21	52,3%	↓ Δ -7,66	22,3%	81,5%
TRT7	100,5%	↑ Δ 21,35	49,6%	↓ Δ -8,44	22,3%	81,5%

A taxa de congestionamento vem diminuindo desde 2011 e reduziu 8,4 pontos percentuais no último ano.

Movimentação Processual

									
	Estoque	Δ (+/-)	Casos Novos	Δ (+/-)	Julgados	Δ (+/-)	Baixados	Δ (+/-)	Saldo Estimado
2º Grau	4.091	↑ 0,5%	7.058	↓ -7,7%	9.105	↑ 12,3%	9.268	↑ 21,6%	1.881
1º Grau	67.594	↑ 2,5%	64.996	↓ -8,8%	55.653	↑ 7,9%	63.180	↑ 15,1%	69.410
Total	71.685	↑ 2,4%	72.054	↓ -8,7%	64.758	↑ 8,5%	72.448	↑ 15,9%	71.291

Análise da série histórica

O Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região (TRT7) apresentou, até 2011, variações negativas com relação à despesa total (de 3,2% em 2010 e 1,1% em 2011), porém, no último ano, apresentou crescimento de 9,7%. Este crescimento relaciona-se diretamente com a despesa com bens e serviços, que cresceu R\$ 34 milhões (114,4%). Na contramão, encontra-se a despesa com recursos humanos, que teve leve queda de 2,0% (R\$ 5 milhões).

O aumento no total dos servidores, no último ano, de 11,4% deve-se à alta na força de trabalho auxiliar (47,5%), que consiste, principalmente, no aumento do quantitativo de estagiários (passou de 137 em 2011 para 268 em 2012) e de terceirizados (passou de 185 em 2011 para 207 em 2012). Já com relação ao quantitativo de magistrados, verifica-se aumento de 6,3% em 2012, relativo a apenas três juízes e um desembargador.

Quanto à movimentação processual, percebe-se aumento no total de processos baixados (15,9%) e diminuição no total de casos novos (8,7%). Desse modo, verifica-se que o total de processos baixados foi superior ao número de processos ingressados, cuja relação atingiu o patamar de 100,5%; por conseguinte, estima-se que haja redução no total de casos pendentes no próximo ano.

A taxa de congestionamento deste tribunal vem sofrendo variações negativas desde 2011, com redução de 8,4 p.p. no último ano, quando atingiu 49,6%. Nota-se a diminuição deste indicador em todas as instâncias, com destaque para o segundo grau, com taxa de congestionamento em apenas 16,9% e redução de 18 p.p., e para a fase de conhecimento do primeiro grau, que atingiu uma taxa de 22,3% e redução de 4,3 p.p. A execução fiscal, apesar de abranger apenas 24% dos processos em tramitação, tem alto congestionamento, em 95,1%.

Tribunal Regional do Trabalho 8ª Região (PA/AP)



Orçamento

R\$ 377.815.895 (0,42% PIB)
↑ Δ 0,5% > 2011

A despesa de bens e serviços apresentou aumento de 40,0% no último ano no TRT8.



Bens/Serviços
R\$ 26.716.537
↑ Δ 40,0% > 2011



Recursos Humanos
R\$ 359.506.647
↑ Δ 0,7% > 2011



Informática
R\$ 10.685.858
↑ Δ 8,6% > 2011



Ativos
R\$ 246.921.122
↓ Δ -0,4% < 2011






Inativos
R\$ 94.816.635
↓ Δ -1,1% < 2011










Força de Trabalho

		
Magistrados	Quantidade	Δ (+/-)
2º Grau	23	0,0%
1º Grau	82	↓ -5,7%
Total Magistrados	105	↓ -4,5%







A redução de 108 servidores na força de trabalho deve-se, especialmente, à redução de 90 servidores efetivos e de 25 estagiários.

		
Servidores	Quantidade	Δ (+/-)
Efetivos	1.067	↓ -7,8%
Cedidos	31	↓ -3,1%
Requisitados	23	↓ -11,5%
Sem Vínculo Efetivo	11	↑ 10,0%
Terceirizados	185	↑ 4,5%
Estagiários	151	↓ -14,2%
Total Servidores	1.406	↓ -7,1%

Indicadores por Magistrado











						
	Carga de Trab.	Δ (+/-)	Proc. Julgados	Δ (+/-)	Proc. Baixados	Δ (+/-)
2º Grau	782	↑ 6,5%	633	↑ 8,0%	520	↑ 6,4%
1º Grau	1.889	↓ -7,6%	1.109	↑ 4,1%	1.254	↑ 10,4%
TRT8	1.647	↓ -7,0%	1.005	↑ 4,1%	1.093	↑ 9,3%

Indicadores de Produtividade

						
	Baixados/Cn	Δ (+/-)	Taxa Congest.	Δ (+/-)	Taxa de Congestionamento Conhecimento	Execução
2º Grau	95,4%	↓ Δ -1,62	23,2%	↑ Δ 0,44	não se aplica	
1º Grau	104,5%	↑ Δ 1,45	24,4%	↓ Δ -15,81	16,6%	41,6%
TRT8	103,5%	↑ Δ 1,07	24,3%	↓ Δ -14,52	16,6%	41,6%

A taxa de congestionamento reduziu-se em 14,5 pontos percentuais em 2012, influenciada, especialmente, pela execução judicial de primeiro grau.

Movimentação Processual

									
	Estoque	Δ (+/-)	Casos Novos	Δ (+/-)	Julgados	Δ (+/-)	Baixados	Δ (+/-)	Saldo Estimado
2º Grau	3.027	↑ 2,3%	12.539	↑ 8,2%	14.549	↑ 8,0%	11.956	↑ 6,4%	3.610
1º Grau	37.707	↓ -45,7%	98.390	↑ 2,6%	90.936	↓ -1,9%	102.859	↑ 4,1%	33.238
Total	40.734	↓ -43,8%	110.929	↑ 3,2%	105.485	↓ -0,7%	114.815	↑ 4,3%	36.848

Análise da série histórica

A despesa total do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (TRT8), ao contrário dos anos anteriores, teve crescimento em 2012 (de 0,5%). Esse aumento é reflexo, principalmente, do aumento das despesas com bens e serviços, que foi de 40,0%. Além disso, a despesa com recursos humanos e a despesa com gastos de informática cresceram 0,7% e 8,6%, respectivamente.

O quantitativo de servidores teve diminuição em 2012 (-7,1%). Nota-se a diminuição desse indicador especialmente com relação ao quadro de efetivos, que passou de 1.157 em 2011 para 1.067 em 2012 (-7,8%) e ao número de estagiários, que se reduziu de 176 para 151 em 2012 (14,2%). No global, a redução do quadro foi de 108 servidores, o equivalente a 7,1%.

Quanto às variações na quantidade de magistrados, cabe destacar a diminuição em 4,5%, referente à redução de cinco juízes de primeiro grau em relação ao ano anterior. No que diz respeito à carga de trabalho por magistrado, houve também redução de 7,0% no ano de 2012.

Os indicadores de produtividade demonstraram melhora em 2012 com relação ao ano anterior, com queda de 14,5 p.p. na taxa de congestionamento, que atingiu o índice 24,3%, além de acréscimo de 1,1 p.p. na relação de baixados por caso novo, que foi igual a 103,5%. A melhora desses dois índices foi reflexo do aumento em 4,3% dos processos baixados, além da redução no estoque de pendentes. A estimativa é de que o ano de 2013 tenha iniciado com um estoque ainda menor, haja vista o número de baixas superior ao de casos novos. De toda sorte, é relevante destacar que a queda da taxa de congestionamento ocorreu especialmente na execução judicial de primeiro grau, que teve redução em quase 30 p.p. (taxa de 37,4%).

Por sua vez, há de se registrar, que o TRT8 informou não ter baixado nenhum processo de execução extrajudicial fiscal e não fiscal e, por isso, a taxa de congestionamento dessas classes atingiu o índice de 100%.

Tribunal Regional do Trabalho 9ª Região (PR)



Orçamento

R\$ 640.316.507 (0,25% PIB)
↓ Δ -0,6% < 2011

Apesar da queda de 24% nos gastos com informática, a despesa com bens e serviços cresceu 41,3%.



Bens/Serviços
R\$ 51.011.621
↑ Δ 41,3% > 2011



Recursos Humanos
R\$ 589.304.886
↓ Δ -2,4% < 2011



Informática
R\$ 14.544.090
↓ Δ -24,0% < 2011



Ativos
R\$ 472.856.909
↓ Δ -4,5% < 2011






Inativos
R\$ 98.174.179
↑ Δ 1,3% > 2011










Força de Trabalho

		
Magistrados	Quantidade	Δ (+/-)
2º Grau	30	↑ 11,1%
1º Grau	160	↓ -5,3%
Total Magistrados	190	↓ -3,1%













Houve aumento na força de trabalho, especialmente na forma de contratação de terceirizados (aumento de 125 funcionários) e de servidores do quadro efetivo (aumento de 49 funcionários).

		
Servidores	Quantidade	Δ (+/-)
Efetivos	2.267	↑ 2,2%
Cedidos	138	↓ -11,0%
Requisitados	132	↓ -8,3%
Sem Vínculo Efetivo	9	↓ -18,2%
Terceirizados	490	↑ 34,2%
Estagiários	229	↑ 4,6%
Total Servidores	2.989	↑ 6,7%

Indicadores por Magistrado











						
	Carga de Trab.	Δ (+/-)	Proc. Julgados	Δ (+/-)	Proc. Baixados	Δ (+/-)
2º Grau	2.415	↓ -2,9%	1.935	↑ 0,2%	1.573	↑ 5,4%
1º Grau	2.729	↑ 10,9%	1.151	↑ 10,6%	1.072	↑ 6,4%
TRT9	2.680	↑ 8,7%	1.275	↑ 9,6%	1.151	↑ 7,2%

Indicadores de Produtividade

							
	Baixados/Cn	Δ (+/-)	Taxa Congest.	Δ (+/-)	Taxa de Congestionamento Conhecimento	Execução	
2º Grau	103,4%	 Δ 3,29	21,3%	 Δ -5,51	não se aplica		
1º Grau	86,5%	 Δ -3,65	58,1%	 Δ 2,62	35,7%	76,8%	
TRT9	89,7%	 Δ -2,24	53,4%	 Δ 1,52	35,7%	76,8%	

Crescimento de toda movimentação processual, com aumento de casos novos, pendentes, baixados e julgados.

Movimentação Processual

									
	Estoque	Δ (+/-)	Casos Novos	Δ (+/-)	Julgados	Δ (+/-)	Baixados	Δ (+/-)	Saldo Estimado
2º Grau	14.287	↓ -3,2%	45.635	↑ 13,4%	58.044	↑ 11,4%	47.186	↑ 17,2%	12.736
1º Grau	210.967	↑ 9,0%	198.299	↑ 5,0%	184.182	↑ 4,7%	171.533	↑ 0,8%	237.733
Total	225.254	↑ 8,2%	243.934	↑ 6,5%	242.226	↑ 6,2%	218.719	↑ 3,9%	250.469

Análise da série histórica

O total da despesa do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (TRT9) no ano de 2012 foi de R\$ 640 milhões, equivalente a 0,25% do PIB. Em relação ao último ano, a despesa total do tribunal teve redução de 0,6%. Esse fato decorre de dois fatores: de um lado, a redução de R\$ 14 milhões na despesa com recursos humanos (em 2,4%), além da diminuição em R\$ 4,6 milhões nas despesas com informática (24,0%). No entanto, houve crescimento significativo, de quase R\$ 14 milhões, nas despesas com bens e serviços (variação de 41,3%).

Quanto aos dados de força de trabalho, observa-se aumento de 6,7% no total de servidores no ano de 2012. Esse comportamento deve-se, principalmente, ao aumento da força de trabalho auxiliar na forma de terceirizados em 34,2%. Por outro lado, vale observar a queda no número de requisitados no ano de 2012, que foi de 8,3%. Já com relação ao quantitativo de magistrados, nota-se diminuição em 3,1%, em comparação ao ano anterior (passou de 196 em 2011 para 190 em 2012), com baixa de nove juízes de primeiro grau, mas aumento de três desembargadores.

A carga de trabalho por magistrado aumentou 14,6% (no período 2009 a 2012) principalmente em decorrência do considerável aumento do estoque nesse mesmo período (23,3%). Por sua vez, a quantidade de processos baixados e de processos julgados aumentou 5,2% e 41,0%, respectivamente, desde 2009.

O aumento no número de processos baixados não foi suficiente para compensar o crescimento, ainda mais forte, de casos novos e de casos pendentes, o que ocasionou, portanto, crescimento, na taxa de congestionamento, de 4,8 p.p., além da redução de 4,1 p.p. no índice de baixados por caso novo, desde 2009. Esse crescimento na taxa de congestionamento no último quadriênio ocorreu especialmente em relação à execução do primeiro grau, que apontou crescimento de 28,3 p.p., ao passo que, no segundo grau, o índice caiu em 1,4 p.p. e, na fase de conhecimento de primeiro grau, a taxa manteve-se constante.

Tribunal Regional do Trabalho 10ª Região (DF/TO)



Orçamento

R\$ 389.188.921 (0,20% PIB)

↓ Δ -2,1% < 2011

As despesas totais do TRT10 estão decaindo desde 2009 e registraram queda de 2,1% no último ano.



Bens/Serviços

R\$ 23.449.611

↑ Δ 20,1% > 2011



Recursos Humanos

R\$ 365.739.311

↓ Δ -3,3% < 2011



Informática

R\$ 8.911.537

↓ Δ -7,3% < 2011



Ativos

R\$ 266.216.862

↓ Δ -5,5% < 2011






Inativos

R\$ 83.644.076




↑ Δ 2,7% > 2011










Força de Trabalho

		
Magistrados	Quantidade	Δ (+/-)
2º Grau	15	↓ -11,8%
1º Grau	74	↓ -3,9%
Total Magistrados	89	↓ -5,3%







De maneira global, o quadro funcional variou pouco (0,4%), entretanto cabe destacar o aumento em 42 terceirizados, o que compensou a redução nas demais formas de contratação.

		
Servidores	Quantidade	Δ (+/-)
Efetivos	1.060	↓ -4,3%
Cedidos	135	↓ -8,2%
Requisitados	246	↓ -3,9%
Sem Vínculo Efetivo	2	↓ -50,0%
Terceirizados	330	↑ 14,6%
Estagiários	310	↓ -0,3%
Total Servidores	1.813	↓ -0,4%

Indicadores por Magistrado











						
	Carga de Trab.	Δ (+/-)	Proc. Julgados	Δ (+/-)	Proc. Baixados	Δ (+/-)
2º Grau	1.568	↑ 23,9%	1.179	↑ 10,5%	1.019	↑ 12,7%
1º Grau	2.524	↑ 13,6%	824	↑ 7,2%	1.060	↑ 4,9%
TRT10	2.363	↑ 15,3%	884	↑ 7,4%	1.053	↑ 6,3%

Indicadores de Produtividade

					 Taxa de Congestionamento	
	Baixados/Cn	Δ (+/-)	Taxa Congest.	Δ (+/-)	Conhecimento	Execução
2º Grau	102,3%	⬆️ Δ 0,88	14,6%	⬆️ Δ 4,61	não se aplica	
1º Grau	100,7%	⬇️ Δ -1,65	53,1%	⬆️ Δ 3,30	25,8%	76,0%
TRT10	101,0%	⬇️ Δ -1,24	49,4%	⬆️ Δ 3,53	25,8%	76,0%

A carga de trabalho dos magistrados teve aumento de 15,3% em relação ao ano anterior.

Movimentação Processual

									
	Estoque	Δ (+/-)	Casos Novos	Δ (+/-)	Julgados	Δ (+/-)	Baixados	Δ (+/-)	Saldo Estimado
2º Grau	2.967	↑ 53,7%	14.944	↓ -1,4%	17.687	↓ -2,5%	15.290	↓ -0,5%	2.621
1º Grau	89.547	↑ 13,2%	77.855	↑ 2,5%	60.995	↑ 3,0%	78.432	↑ 0,9%	88.970
Total	92.514	↑ 14,1%	92.799	↑ 1,9%	78.682	↑ 1,7%	93.722	↑ 0,6%	91.591

Análise da série histórica

O total da despesa do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (TRT10), no ano de 2012, foi de R\$ 389 milhões, equivalente a 0,20% do PIB do estado. Em relação ao último quadriênio, a despesa total do TRT10 teve redução de 7,8%. No ano de 2012, com exceção das despesas com bens e serviços e das despesas com pessoal inativo que tiveram aumento de 20,1% e 2,7%, respectivamente, todas as demais apresentaram variações negativas.

Quanto aos dados de força de trabalho, observa-se aumento de 7,2% no total de servidores no período de 2009 para 2012. Esse comportamento deve-se, principalmente, à variação crescente no total da força de trabalho de terceirizados (71,9%) e de estagiários (14,4%). Por outro lado, vale observar a queda de 4,2% no número de servidores efetivos e de 6,3% no quantitativo total de magistrados (de 95 em 2009 para 89 em 2012).

Quanto à movimentação processual, percebe-se sutil aumento de 1,9% no número de casos novos e de 6,3% no de processos baixados desde 2009. Além disso, cabe destacar o aumento de 23,7% no número de casos pendentes no último quadriênio (passou de 74.800 em 2009 para 92.514 em 2012). Em relação à produtividade dos magistrados em 2012, a média de sentenças proferidas por magistrados foi de 884 sentenças. Em comparação com o ano anterior, quando era de 823, cresceu 7,4%.

Por fim, a taxa de congestionamento total do TRT10 teve aumento de 2,6 p.p. em relação a 2009. O aumento da taxa de congestionamento deu-se tanto no segundo grau, que passou de 6% para 14,6% (aumento de 8,6 p.p.), quanto no primeiro grau, que passou de 51,6% para 53,1% (aumento de 1,6 p.p.), no quadriênio. Cabe destacar ainda, que, em relação ao primeiro grau, enquanto na fase de conhecimento o congestionamento aumentou, na fase de execução ele diminuiu.

Tribunal Regional do Trabalho 11ª Região (AM/RR)



Orçamento

R\$ 301.797.413 (0,40% PIB)

↓ Δ -5,7% < 2011

As despesas com informática quadruplicaram de valor em relação ao ano de 2011, com salto R\$ 2,8 milhões para R\$ 12 milhões, aproximadamente.



Bens/Serviços

R\$ 41.478.446

↑ Δ 21,4% > 2011



Recursos Humanos

R\$ 280.500.002

↓ Δ -7,5% < 2011



Informática

R\$ 11.962.969

↑ Δ 329,9% > 2011



Ativos

R\$ 201.840.300

↓ Δ -11,6% < 2011



Inativos

R\$ 58.478.667

↑ Δ 2,0% > 2011









Força de Trabalho

Magistrados	Quantidade	Δ (+/-)
2º Grau	11	↑ 10,0%
1º Grau	62	↑ 31,9%
Total Magistrados	73	↑ 28,1%








O número de juízes de primeiro grau cresceu 31,9%.

Servidores	Quantidade	Δ (+/-)
Efetivos	1.044	↑ 6,5%
Cedidos	9	↓ -35,7%
Requisitados	56	↑ 14,3%
Sem Vínculo Efetivo	6	↓ -14,3%
Terceirizados	90	↑ 2,3%
Estagiários	60	↑ 42,9%
Total Servidores	1.247	↑ 8,2%

Indicadores por Magistrado











						
	Carga de Trab.	Δ (+/-)	Proc. Julgados	Δ (+/-)	Proc. Baixados	Δ (+/-)
2º Grau	1.289	↓ -2,7%	640	↓ -22,6%	756	↓ -24,5%
1º Grau	2.015	↓ -24,7%	1.229	↓ -18,7%	1.229	↓ -18,7%
TRT11	1.906	↓ -21,8%	1.141	↓ -18,0%	1.158	↓ -18,6%

Indicadores de Produtividade

							
	Baixados/Cn	Δ (+/-)	Taxa Congest.	Δ (+/-)	Taxa de Congestionamento Conhecimento	Execução	
2º Grau	96,2%	↓ Δ -34,58	34,2%	↑ Δ 23,15	não se aplica		
1º Grau	100,3%	↑ Δ 1,23	34,9%	↓ Δ -4,02	29,6%	46,7%	
TRT11	99,9%	↓ Δ -2,24	34,8%	↓ Δ -1,63	29,6%	46,7%	

A taxa de congestionamento diminuiu 4 pontos percentuais no primeiro grau, mas cresceu 23 pontos percentuais no segundo grau.

Movimentação Processual

									
	Estoque	Δ (+/-)	Casos Novos	Δ (+/-)	Julgados	Δ (+/-)	Baixados	Δ (+/-)	Saldo Estimado
2º Grau	3.999	↑ 11,0%	8.640	↑ 12,9%	7.036	↓ -14,8%	8.314	↓ -16,9%	4.325
1º Grau	41.086	↓ -7,9%	75.996	↑ 6,0%	76.221	↑ 7,3%	76.221	↑ 7,3%	40.861
Total	45.085	↓ -6,5%	84.636	↑ 6,6%	83.257	↑ 5,0%	84.535	↑ 4,3%	45.186

Análise da série histórica

O total da despesa do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região (TRT11), no ano de 2012, foi de R\$ 302 milhões, equivalente a 0,40% do PIB do estado. Em relação ao último ano, a despesa total do tribunal teve redução de 5,7%. No entanto, algumas despesas do TRT11 apresentaram, proporcionalmente, aumento significativo no último ano. As despesas de informática e as despesas de bens e serviços apresentaram crescimento de 329,9% e 21,4%, respectivamente.

Apesar da queda na despesa com recursos humanos no último ano (7,5%), houve aumento do total de servidores no TRT11 (8,2%), despontado, especialmente, pelo incremento de 64 servidores efetivos (6,5%) e de 18 estagiários (42,9%). É interessante observar a redução no número de servidores cedidos no último quadriênio (65,4%), relativo ao reingresso de 17 servidores do quadro ao TRT11. Quanto às variações na quantidade de magistrados, depois de um período de constante queda (15,1% em 2010 e 8,1% em 2011), evidencia-se acentuado crescimento de 28,1% no ano de 2012 (passando de 57 em 2011 para 73 magistrados em 2012), impulsionada principalmente pelo aumento no número de juízes de primeiro grau.

O aumento no quantitativo total de juízes fez que a carga de trabalho por magistrado desacelerasse no último ano – queda de 21,8% em contrapartida ao aumento do ano anterior de 10,1%. Ao mesmo tempo, deve-se destacar o aumento no número total de sentenças e de processos baixados (5,0% e 4,3%, respectivamente) e, também, a redução de 6,5% no quantitativo de casos pendentes.

A taxa de congestionamento, no ano de 2012, foi de 34,8%, com redução de 1,6 p.p., se comparado ao ano de 2011. Essa redução deve-se principalmente ao desempenho do primeiro grau, que registrou queda tanto na fase de conhecimento (taxa de congestionamento de 29,6%), quanto nas execuções judiciais (taxa de 47,5%) e extrajudiciais (taxa de 38,2%). Todavia, no segundo grau, o inverso ocorreu e apontou alta de 23,1 p.p., com a taxa de congestionamento subindo de 11,1% para 34,2%.

Tribunal Regional do Trabalho 12ª Região (SC)



Orçamento

R\$ 462.149.811 (0,26% PIB)
↓ Δ -10,4% < 2011

Aumento de quase 50% nos gastos com informática.



Bens/Serviços
R\$ 63.712.435
↑ Δ 48,8% > 2011



Recursos Humanos
R\$ 419.884.993
↓ Δ -17,1% < 2011



Informática
R\$ 11.494.028
↑ Δ 14,2% > 2011



Ativos
R\$ 340.813.432
↓ Δ -6,1% < 2011






Inativos
R\$ 89.459.338
↑ Δ 25,9% > 2011










Força de Trabalho

		
Magistrados	Quantidade	Δ (+/-)
2º Grau	18	0,0%
1º Grau	103	↑ 1,0%
Total Magistrados	121	↑ 0,8%







A redução no número de efetivos associada ao aumento em outras formas de contratação fez que o total de servidores permanesse aproximadamente constante.

		
Servidores	Quantidade	Δ (+/-)
Efetivos	1.463	↓ -1,7%
Cedidos	63	↑ 3,3%
Requisitados	81	↑ 5,2%
Sem Vínculo Efetivo	2	0,0%
Terceirizados	195	↑ 6,6%
Estagiários	105	↑ 9,4%
Total Servidores	1.783	↓ -0,2%

Indicadores por Magistrado











						
	Carga de Trab.	Δ (+/-)	Proc. Julgados	Δ (+/-)	Proc. Baixados	Δ (+/-)
2º Grau	2.003	↑ 10,5%	1.584	↑ 15,8%	1.320	↑ 15,2%
1º Grau	2.072	↓ -2,5%	780	↑ 5,9%	1.016	↑ 2,6%
TRT12	2.061	↓ -0,8%	899	↑ 8,2%	1.061	↑ 4,7%

Indicadores de Produtividade

					 Taxa de Congestionamento	
	Baixados/Cn	Δ (+/-)	Taxa Congest.	Δ (+/-)	Conhecimento	Execução
2º Grau	108,3%	↑ Δ 13,56	16,4%	↓ Δ -7,50	não se aplica	
1º Grau	108,3%	↓ Δ -4,13	47,1%	↓ Δ -2,94	33,2%	63,3%
TRT12	108,3%	↓ Δ -0,68	43,3%	↓ Δ -3,71	33,2%	63,3%

O total de sentenças por magistrado e também o de processos baixados por magistrado aumentaram 8,2% e 4,7%, respectivamente, em 2012.

Movimentação Processual

									
	Estoque	Δ (+/-)	Casos Novos	Δ (+/-)	Julgados	Δ (+/-)	Baixados	Δ (+/-)	Saldo Estimado
2º Grau	6.475	↑ 21,6%	21.943	↑ 0,7%	28.503	↑ 15,8%	23.761	↑ 15,2%	4.657
1º Grau	101.217	↓ -9,9%	96.614	↑ 7,6%	80.291	↑ 6,9%	104.613	↑ 3,6%	93.218
Total	107.692	↓ -8,5%	118.557	↑ 6,2%	108.794	↑ 9,1%	128.374	↑ 5,6%	97.875

Análise da série histórica

O total da despesa do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (TRT12), no ano de 2012, foi de R\$ 462 milhões, equivalente a 0,26% do PIB do estado. Em relação ao último ano, a despesa total do TRT12 teve redução de 10,4%. No entanto, algumas despesas do TRT12 apresentaram aumento significativo no último ano, como as de informática e as com bens e serviços, que apresentaram crescimento de 14,2% e 48,8%, respectivamente.

A despesa com recursos humanos, após passar por algumas oscilações, teve acentuada queda em 2012 (17,1%). Destaca-se a sutil redução na força de trabalho (0,2%), impulsionada principalmente pela saída de 26 servidores efetivos (1,7%) e dois cedidos (3,3%), mas compensada pela contratação de 12 terceirizados, nove estagiários e quatro requisitados. Já com relação ao quantitativo de magistrados, verifica-se leve aumento de 0,8% em 2012, relativo ao aumento em apenas um juiz de primeiro grau.

Em 2012, a carga de trabalho dos magistrados teve redução de 0,8% se comparada ao ano de 2011, quando registrou a maior elevação do quadriênio, em 53,7%. No que diz respeito à produtividade do TRT12, há de se registrar o aumento em 9,1% no número de sentenças (de 99,7 mil em 2011 para 109 mil em 2012) e de 5,6% no número de processos baixados (de 122 mil em 2011 para 128 mil em 2012), além da diminuição dos casos pendentes em 8,5%. Deve-se destacar, também, que o total de processos baixados foi superior ao total dos processos ingressados no ano de 2012, com projeção de redução do estoque em 9,1%.

Todo este esforço refletiu-se na diminuição da taxa de congestionamento no último ano em 3,7 p.p., tanto no segundo grau (queda de 7,5 p.p.), quanto na fase de execução do primeiro grau (queda de 3,1 p.p.), na contramão do ocorrido na fase de conhecimento do primeiro grau, em que aumentou em meio p.p.

Tribunal Regional do Trabalho 13ª Região (PB)



Orçamento

R\$ 283.906.908 (0,73% PIB)
↓ Δ -1,3% < 2011

As despesas com informática diminuiram 45,6% em 2012.



Bens/Serviços
R\$ 15.708.520
↓ Δ -20,2% < 2011



Recursos Humanos
R\$ 278.468.505
↓ Δ -0,9% < 2011



Informática
R\$ 5.374.925
↓ Δ -45,6% < 2011






Ativos
R\$ 230.129.745
↓ Δ -1,5% < 2011






Inativos
R\$ 40.949.361
↑ Δ 21,7% > 2011










Força de Trabalho

		
Magistrados	Quantidade	Δ (+/-)
2º Grau	10	↑ 25,0%
1º Grau	58	↑ 1,8%
Total Magistrados	68	↑ 4,6%







Houve aumento de 9,3% na força de trabalho e em todas as formas de contratação, exceto nos cedidos e sem vínculos.

		
Servidores	Quantidade	Δ (+/-)
Efetivos	930	↑ 3,8%
Cedidos	18	0,0%
Requisitados	77	↑ 14,9%
Sem Vínculo Efetivo	11	0,0%
Terceirizados	135	↑ 23,9%
Estagiários	61	↑ 110,3%
Total Servidores	1.196	↑ 9,3%

Indicadores por Magistrado











							
		Carga de Trab.	Δ (+/-)	Proc. Julgados	Δ (+/-)	Proc. Baixados	Δ (+/-)
2º Grau		1.512	↓ -19,1%	833	↓ -31,7%	773	↓ -50,2%
1º Grau		1.287	↑ 21,1%	516	↑ 42,8%	880	↑ 27,4%
TRT13		1.320	↑ 13,6%	563	↑ 20,5%	864	↑ 8,5%

Indicadores de Produtividade

						 Taxa de Congestionamento	
		Baixados/Cn	Δ (+/-)	Taxa Congest.	Δ (+/-)	Conhecimento	Execução
2º Grau		105,9%	↓ Δ -116,58	38,5%	↑ Δ 42,22	não se aplica	
1º Grau		118,6%	↓ Δ -12,12	26,8%	↓ Δ -3,40	-12,6%	66,0%
TRT13		116,8%	↓ Δ -28,30	28,6%	↑ Δ 4,32	-12,6%	66,0%

Em 2012, o número de casos novos foi o maior do último quadriênio, com aumento de 41,0%.

Movimentação Processual

										
		Estoque	Δ (+/-)	Casos Novos	Δ (+/-)	Julgados	Δ (+/-)	Baixados	Δ (+/-)	Saldo Estimado
2º Grau		5.265	↓ -17,6%	7.294	↑ 30,7%	8.327	↓ -14,6%	7.726	↓ -37,8%	4.833
1º Grau		26.670	↑ 1,5%	43.034	↑ 42,9%	29.926	↑ 45,3%	51.035	↑ 29,6%	18.669
Total		31.935	↓ -2,2%	50.328	↑ 41,0%	38.253	↑ 26,1%	58.761	↑ 13,5%	23.502

Análise da série histórica

A despesa no Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região (TRT13) vem sofrendo constantes quedas no último quadriênio (10,2%, no acumulado) e atingiu o patamar de R\$ 284 milhões em 2012, o que representa 0,73% do PIB do estado. Essa queda é reflexo, principalmente, da diminuição das despesas com bens e serviços, que foi de 41,5% desde 2009.

Apesar da queda de 0,9% nas despesas com recursos humanos em 2012, verifica-se aumento no total de servidores de 9,3%, causado principalmente pelo aumento da força de trabalho auxiliar (42,0%), mais especificamente, no quantitativo de estagiários, o qual dobrou. O número de efetivos e de requisitados também cresceu. Já a quantidade de magistrados, após um triênio sem variações, aumentou 4,6% em 2012 (passando de 65 para 68 magistrados). Em contrapartida, a carga de trabalho dos magistrados teve aumento de 13,6% em relação ao ano anterior.

Ao mesmo tempo, deve-se destacar o aumento no número total de sentenças e de processos baixados (26,1% e 13,5%, respectivamente) e, por sua vez, a redução de 2,2% no quantitativo de casos pendentes. Porém, é digno de nota, que o aumento no número de processos baixados não consegue ser compensado pelo expressivo aumento no número de casos novos no ano de 2012, que após um triênio de queda, teve um salto de 41,0% em relação ao ano de 2011 (36 mil processos ingressados em 2011 para 50 mil em 2012).

A produtividade dos magistrados cresceu 20,5% no último ano, influenciada pelo desempenho do primeiro grau que aumentou em 45% o número de sentenças proferidas, ao contrário do segundo grau, que reduziu em 14,6% a quantidade de decisões. Já a taxa de congestionamento, que em 2012 foi igual a 28,6%, registrou aumento de 4,3 p.p. em relação ao ano anterior.

Tribunal Regional do Trabalho 14ª Região (RO/AC)



Orçamento

R\$ 360.256.078 (0,96% PIB)
↑ Δ 61,3% > 2011

Expressivo aumento nas despesas totais do TRT14, com variação de 61,3%.



Bens/Serviços
R\$ 14.212.944
↑ Δ 24,4% > 2011



Recursos Humanos
R\$ 233.071.148
↑ Δ 10,0% > 2011



Informática
R\$ 992.434
↓ Δ -37,7% < 2011




Ativos
R\$ 186.891.101
↑ Δ 5,0% > 2011






Inativos
R\$ 29.438.819
↑ Δ 4,4% > 2011










Força de Trabalho

		
Magistrados	Quantidade	Δ (+/-)
2º Grau	8	↑ 14,3%
1º Grau	43	↓ -17,3%
Total Magistrados	51	↓ -13,6%








Aumento da força de trabalho na forma de contratação de estagiários e terceirizados, permanecendo o quadro efetivo constante.

		
Servidores	Quantidade	Δ (+/-)
Efetivos	758	0,0%
Cedidos	45	0,0%
Requisitados	19	↓ -5,0%
Sem Vínculo Efetivo	2	0,0%
Terceirizados	80	↑ 11,1%
Estagiários	49	↑ 69,0%
Total Servidores	863	↑ 3,2%

Indicadores por Magistrado











							
	Carga de Trab.	Δ (+/-)	Proc. Julgados	Δ (+/-)	Proc. Baixados	Δ (+/-)	
2º Grau	824	↑ 8,6%	747	↑ 4,1%	706	↑ 8,8%	
1º Grau	1.538	↑ 57,3%	956	↑ 27,5%	982	↑ 31,8%	
TRT14	1.426	↑ 49,8%	923	↑ 23,8%	939	↑ 27,9%	

Indicadores de Produtividade

							
	Baixados/Cn	Δ (+/-)	Taxa Congest.	Δ (+/-)	Taxa de Congestionamento	Conhecimento	Execução
2º Grau	100,1%	↓ Δ -0,26	0,5%	↓ Δ -0,80	não se aplica		
1º Grau	102,8%	↓ Δ -9,15	34,0%	↑ Δ 14,10	4,1%	64,6%	
TRT14	102,4%	↓ Δ -8,14	31,2%	↑ Δ 12,98	4,1%	64,6%	

Os indicadores de produtividade de sentenças e de processos baixados por magistrado registraram alta de 23,8% e 27,9%, respectivamente.

Movimentação Processual

										
	Estoque	Δ (+/-)	Casos Novos	Δ (+/-)	Julgados	Δ (+/-)	Baixados	Δ (+/-)	Saldo Estimado	
2º Grau	33	↓ -56,0%	5.647	↑ 24,7%	5.978	↑ 19,0%	5.650	↑ 24,4%	30	
1º Grau	22.848	↑ 66,4%	41.085	↑ 18,7%	41.090	↑ 5,4%	42.216	↑ 9,0%	21.717	
Total	22.881	↑ 65,7%	46.732	↑ 19,4%	47.068	↑ 7,0%	47.866	↑ 10,6%	21.747	

Análise da série histórica

Após triênio com variações negativas sutis, a despesa total do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (TRT14) cresceu 61,3% em 2012 (de R\$223 milhões para R\$ 360 milhões em 2012) e atingiu valor equivalente a 0,96% do PIB do estado. Esse fato decorre, principalmente, do acréscimo de 24,4% na despesa com bens e serviços e do expressivo aumento de 10,0% da despesa com recursos humanos, o equivalente a R\$ 21 milhões a mais no orçamento.

No ano de 2012, o número de servidores teve leve aumento de 3,2% em relação ao ano anterior. Esse comportamento deve-se ao aumento na força de trabalho auxiliar (em 27,7%), que consiste nos estagiários (69,0%) e nos terceirizados (11,1%). Há de se registrar a redução expressiva no número de magistrados no ano de 2012 (passando de 59 em 2011 para 51 magistrados em 2012), com baixa de 17,3% no primeiro grau.

A diminuição no quantitativo total de magistrados associado ao aumento de 31,5% no total de processos em tramitação fez que a carga de trabalho subisse no último ano – alta de 49,8%. Porém, deve-se destacar o aumento expressivo dos índices de produtividade dos magistrados, que, no último ano, aumentaram sua produção de sentenças em 23,8% e de baixados em 27,9%. É interessante observar que o total de processos baixados foi superior ao número de casos novos (102,4%) ingressados em 2012.

A taxa de congestionamento, por sua vez, vinha apresentando constante queda desde 2010 (de 18,3 p.p. em 2010 e 10,8 p.p. em 2011), porém, em 2012, apresentou aumento de 13,0 p.p. decorrente do desempenho aferido no primeiro grau, em especial das execuções judiciais, que registraram congestionamento de 63,4% (aumento de 22 p.p.). No segundo grau e na fase de conhecimento do primeiro grau, o inverso ocorreu, com queda sutil na taxa de congestionamento de menos de 1 p.p. O TRT14 não informou os dados de execução de título extrajudicial fiscal e não fiscal.

Tribunal Regional do Trabalho 15ª Região (SP)

(Exceto municípios do estado de São Paulo abrangidos pela 2ª Região)



Orçamento

R\$ 1.114.494.868 (0,19% PIB)

↑ Δ 8,4% > 2011

Após triênio com constantes aumentos (48,1% em 2010 e 42,7% em 2011), a despesa com informática teve queda de 2,6% em 2012.



Bens/Serviços

R\$ 155.784.230

↑ Δ 142,1% > 2011



Recursos Humanos

R\$ 958.710.638

↓ Δ -0,5% < 2011



Informática

R\$ 26.292.925

↓ Δ -2,6% < 2011



Ativos

R\$ 753.571.018

↓ Δ -1,7% < 2011



Inativos

R\$ 162.624.403

↑ Δ 1,8% > 2011










Força de Trabalho

Magistrados	Quantidade	Δ (+/-)
2º Grau	51	↑ 2,0%
1º Grau	319	↑ 0,3%
Total Magistrados	370	↑ 0,5%







O quantitativo de servidores cedidos aumentou 33,3% em 2012.

Servidores	Quantidade	Δ (+/-)
Efetivos	3.223	↑ 2,3%
Cedidos	20	↑ 33,3%
Requisitados	402	↓ -5,4%
Sem Vínculo Efetivo	13	0,0%
Terceirizados	751	↑ 10,8%
Estagiários	422	↓ -8,3%
Total Servidores	4.791	↑ 1,7%

Indicadores por Magistrado











						
	Carga de Trab.	Δ (+/-)	Proc. Julgados	Δ (+/-)	Proc. Baixados	Δ (+/-)
2º Grau	3.195	↑ 23,2%	2.351	↑ 9,6%	1.702	↑ 24,1%
1º Grau	2.788	↓ -5,1%	1.067	↓ -14,4%	1.184	↓ -9,0%
TRT15	2.844	↓ -1,6%	1.244	↓ -9,1%	1.256	↓ -4,2%

Indicadores de Produtividade

					 Taxa de Congestionamento	
	Baixados/Cn	Δ (+/-)	Taxa Congest.	Δ (+/-)	Conhecimento	Execução
2º Grau	91,9%	↑ Δ 12,79	38,6%	↓ Δ -1,63	não se aplica	
1º Grau	105,7%	↓ Δ -19,70	54,6%	↑ Δ 2,23	34,5%	78,2%
TRT15	102,8%	↓ Δ -12,94	52,3%	↑ Δ 1,32	34,5%	78,2%

A taxa de congestionamento de conhecimento do primeiro grau teve queda de 4,9 pontos percentuais e a de execução aumentou em 13,5 p.p. este ano.

Movimentação Processual

									
	Estoque	Δ (+/-)	Casos Novos	Δ (+/-)	Julgados	Δ (+/-)	Baixados	Δ (+/-)	Saldo Estimado
2º Grau	46.850	↑ 67,5%	94.514	↑ 9,0%	119.914	↑ 11,8%	86.827	↑ 26,6%	54.537
1º Grau	474.989	↓ -11,9%	357.349	↑ 8,3%	340.433	↓ -14,1%	377.812	↓ -8,7%	454.526
Total	521.839	↓ -7,9%	451.863	↑ 8,5%	460.347	↓ -8,6%	464.639	↓ -3,7%	509.063

Análise da série histórica

Após triênio com sutis crescimentos na despesa total do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (TRT15), em 2012, a despesa aumentou 8,4% e atingiu o patamar de R\$ 1,1 bilhão. A despesa aumentou apesar da sutil queda na despesa com recursos humanos (em 0,5%), graças aos gastos com bens e serviços, que teve significativa alta de 142,1%, ou seja, R\$ 91 milhões a mais. Além disso, a despesa total em relação ao PIB do estado foi de 0,19% este ano, 0,01 p.p. a mais que em 2011.

Apesar da diminuição na despesa com recursos humanos, houve aumento no quantitativo de servidores em 1,7% este ano e 19,3% no comparativo entre 2009 e 2012. O quantitativo de servidores efetivos e a força de trabalho auxiliar tiveram alta no último quadriênio de 16,8% e 38,0%, respectivamente. É válido destacar que o quantitativo de estagiários, apesar da queda de 8,3% em 2012, apresentou variação positiva (de 34,0%) no quadriênio. Já o quantitativo de terceirizados cresceu 10,8% em 2012 e 40,4% no comparativo com 2009.

O quantitativo de magistrados passou de 364 em 2009 para 370 em 2012. Destes, 319 são magistrados do primeiro grau e 51 do segundo grau. Já a carga de trabalho dos magistrados cresceu 10,1% no último quadriênio. São, em média, 2.844 processos em tramitação por magistrado em 2012. Mais especificamente, a carga de trabalho para os magistrados de primeiro grau foi de 2.788 processos e, para os de segundo grau, de 3.195 processos.

Por fim, o número de casos novos teve aumento de 8,5%, entretanto a quantidade de processos baixados e de processos julgados diminuiu 3,7% e 8,6%, respectivamente. Dessa forma, a taxa de congestionamento foi de 52,3% em 2012, com aumento de 1,3 p.p. em relação ao ano anterior. O aumento da taxa de congestionamento é consequência da execução judicial e extrajudicial do primeiro grau, que registrou 78,2% de taxa, equivalente a aumento de 13,5 p.p. Tanto no segundo grau quanto na fase de conhecimento do primeiro grau houve redução da taxa de congestionamento, que registrou 38,6% e 34,5%, respectivamente.

Tribunal Regional do Trabalho 16ª Região (MA)



Orçamento

R\$ 142.326.947 (0,26% PIB)
↓ Δ -3,0% < 2011

A despesa total em relação ao PIB foi de 0,26% em 2012.



Bens/Serviços
R\$ 8.686.198
↓ Δ -23,8% < 2011



Recursos Humanos
R\$ 133.617.299
↓ Δ -1,2% < 2011



Informática
R\$ 4.955.947
↑ Δ 0,8% > 2011



Ativos
R\$ 113.881.775
↓ Δ -3,2% < 2011






Inativos
R\$ 10.587.587
↑ Δ 0,7% > 2011









Força de Trabalho

		
Magistrados	Quantidade	Δ (+/-)
2º Grau	8	0,0%
1º Grau	48	↑ 23,1%
Total Magistrados	56	↑ 19,1%






Houve aumento da contratação na forma de força de trabalho auxiliar (estagiários e terceirizados), em compensação com a redução de efetivos, requisitados e comissionados sem vínculo.

		
Servidores	Quantidade	Δ (+/-)
Efetivos	466	↓ -12,4%
Cedidos	6	↓ -89,5%
Requisitados	37	↓ -61,1%
Sem Vínculo Efetivo	12	↓ -25,0%
Terceirizados	229	↑ 6,5%
Estagiários	131	↑ 29,7%
Total Servidores	869	↓ -3,7%

Indicadores por Magistrado











						
	Carga de Trab.	Δ (+/-)	Proc. Julgados	Δ (+/-)	Proc. Baixados	Δ (+/-)
2º Grau	1.384	↓ -10,7%	962	↑ 1,6%	922	↑ 0,5%
1º Grau	1.910	↓ -20,6%	907	↓ -10,6%	942	↓ -12,7%
TRT16	1.835	↓ -18,8%	915	↓ -8,8%	939	↓ -10,7%

Indicadores de Produtividade

					
	Baixados/Cn	Δ (+/-)	Taxa Congest.	Δ (+/-)	Taxa de Congestionamento Conhecimento Execução
2º Grau	124,5%	↑ Δ 42,90	28,5%	↓ Δ -8,91	não se aplica
1º Grau	112,2%	↑ Δ 3,52	47,8%	↓ Δ -4,60	23,0% 70,6%
TRT16	113,8%	↑ Δ 10,20	45,8%	↓ Δ -4,89	23,0% 70,6%

O total de processos baixados por casos novos foi de 113,8% em 2012.

Movimentação Processual

									
	Estoque	Δ (+/-)	Casos Novos	Δ (+/-)	Julgados	Δ (+/-)	Baixados	Δ (+/-)	Saldo Estimado
2º Grau	4.394	⬆ 60,7%	5.923	⬇ -34,2%	7.694	⬆ 1,6%	7.372	⬆ 0,5%	2.945
1º Grau	46.415	⬇ -6,8%	40.315	⬆ 4,1%	43.530	⬆ 10,0%	45.235	⬆ 7,4%	41.495
Total	50.809	⬇ -3,3%	46.238	⬇ -3,1%	51.224	⬆ 8,6%	52.607	⬆ 6,4%	44.440

Análise da série histórica

O Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região (TRT16) teve decréscimo em sua despesa total em 3,0% em 2012. Esse comportamento deve-se à queda na despesa com recursos humanos (em 1,2%), assim como na despesa com bens e serviços (diminuição de 23,8% no orçamento). Por outro lado, a despesa com informática teve sutil alta de 0,8% este ano, somando quase R\$ 5 milhões no orçamento.

Quanto aos dados da força de trabalho, temos que o total de servidores foi de 869 em 2012, 3,7% a menos que no ano anterior. Mais especificamente, a força de trabalho auxiliar aumentou 13,9%, porém não foi suficiente para alavancar o quadro funcional, uma vez que o quantitativo de servidores efetivos é o mais representativo, e este apresentou queda de 12,4%. Além disso, em 2012, o TRT16 registrou diminuição no quantitativo de requisitados, com saída de 58 (61,1%) a seus órgãos de origem, além do regresso ao tribunal de 51 (89,5%) servidores efetivos que anteriormente encontravam-se cedidos.

No que se refere aos magistrados, observa-se que seu quantitativo passou de 47 em 2011 para 56 em 2012, sendo 48 juízes de primeiro grau e oito desembargadores. A carga de trabalho dos magistrados apresentou queda de 3,5% no último quadriênio. Em 2012, foram, em média, 1.835 processos em tramitação por magistrado, relativos a 46.238 casos novos e 50.809 casos pendentes. Por fim, o número de processos baixados e o de processos julgados em 2012 foram de 52.607 e 51.224, respectivamente.

Já a taxa de congestionamento do TRT16 apresentou queda ao longo do último quadriênio. A taxa de congestionamento foi de 45,8% em 2012, com redução de 4,9 p.p. em relação a 2011. É válido destacar que a taxa de congestionamento diminui no segundo grau (em 8,9 p.p.), na fase de conhecimento primeiro grau (em 2,7 p.p.) e, ainda, nas execuções judiciais de primeiro grau (em 7,1 p.p.). Apenas nas execuções fiscais é que foi registrado leve aumento (de 0,7 p.p.).

Tribunal Regional do Trabalho 17ª Região (ES)



Orçamento

R\$ 214.078.810 (0,24% PIB)
↑ Δ 7,9% > 2011

A despesa total em relação ao PIB foi de 0,24% tanto em 2009 quanto em 2012.



Bens/Serviços
R\$ 13.730.706
↑ Δ 77,1% > 2011



Recursos Humanos
R\$ 177.884.890
↓ Δ -3,8% < 2011



Informática
R\$ 3.456.009
↓ Δ -29,1% < 2011






Ativos
R\$ 153.050.790
↓ Δ -5,3% < 2011






Inativos
R\$ 17.633.845
↑ Δ 2,1% > 2011










Força de Trabalho

		
Magistrados	Quantidade	Δ (+/-)
2º Grau	12	↑ 20,0%
1º Grau	48	↓ -9,4%
Total Magistrados	60	↓ -4,8%







O número de servidores do quadro efetivo reduziu-se em 13,1% no último ano.

		
Servidores	Quantidade	Δ (+/-)
Efetivos	596	↓ -13,1%
Cedidos	75	↑ 11,9%
Requisitados	167	↓ -4,0%
Sem Vínculo Efetivo	2	↑ 100,0%
Terceirizados	107	↑ 3,9%
Estagiários	144	↑ 10,8%
Total Servidores	941	↓ -8,4%

Indicadores por Magistrado











						
	Carga de Trab.	Δ (+/-)	Proc. Julgados	Δ (+/-)	Proc. Baixados	Δ (+/-)
2º Grau	1.737	↓ -16,2%	1.134	↓ -16,0%	1.134	↓ -16,0%
1º Grau	2.044	↑ 11,8%	936	↑ 15,1%	954	↑ 16,2%
TRT17	1.982	↑ 6,2%	976	↑ 8,6%	990	↑ 9,4%

Indicadores de Produtividade

							
	Baixados/Cn	Δ (+/-)	Taxa Congest.	Δ (+/-)	Taxa de Congestionamento Conhecimento	Execução	
2º Grau	109,7%	↓ Δ -12,35	8,1%	↑ Δ 2,78	não se aplica		
1º Grau	103,2%	↑ Δ 1,25	47,8%	↓ Δ -2,11	29,5%	67,1%	
TRT17	104,6%	↓ Δ -1,46	42,0%	↓ Δ -1,56	29,5%	67,1%	

Tanto a quantidade de processos baixados quanto a de processos julgados cresceu em 2012 (4,2% e 3,5%, respectivamente).

Movimentação Processual

									
	Estoque	Δ (+/-)	Casos Novos	Δ (+/-)	Julgados	Δ (+/-)	Baixados	Δ (+/-)	Saldo Estimado
2º Grau	2.409	↓ -24,7%	12.403	↑ 12,2%	13.610	↑ 0,8%	13.610	↑ 0,8%	1.202
1º Grau	43.297	↓ -1,9%	44.369	↑ 3,9%	44.944	↑ 4,3%	45.797	↑ 5,2%	41.869
Total	45.706	↓ -3,4%	56.772	↑ 5,6%	58.554	↑ 3,5%	59.407	↑ 4,2%	43.071

Análise da série histórica

Após um triênio com variações positivas sutis, a despesa total do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região (TRT17) cresceu em 7,9% em 2012, resultando em 10,7% de aumento em comparação a 2009. Este fato decorre do acréscimo de 1,0% na despesa com recursos humanos, o equivalente a R\$ 1,7 milhão a mais no orçamento, e do expressivo aumento de 91,3% (R\$ 6,5 milhões) da despesa com bens e serviços. Além disso, a despesa com informática, que apresentou crescimento em 3,2 vezes no último quadriênio, decresceu (-29,1%) em 2012.

Após sucessivos aumentos no total de servidores nos últimos três anos, que passou de 944 em 2009 para 1.027 em 2011, houve queda de 8,4% em 2012, resultando em 941 servidores. É válido destacar que esta diminuição foi decorrente do quantitativo de servidores efetivos (que decaiu 13,1% este ano). Já a força de trabalho auxiliar, que era de 226 servidores em 2009, passou para 251 em 2012 (aumento de 11%), destacando-se o quantitativo de estagiários, que cresceu em 42,6% no quadriênio.

O quantitativo de magistrados foi reduzido de 65 em 2009 para 60 em 2012. Destes, 80% eram juízes de primeiro grau e o restante, 20%, eram desembargadores. A carga de trabalho foi de 1.982 em 2012, ou seja, aumentou 7,0% em relação a 2009. Para os magistrados de primeiro grau, a carga de trabalho aumentou 11,8% em 2012. Já para os magistrados de segundo grau houve decréscimo de 16,2%.

Por fim, a taxa de congestionamento em 2012 foi igual a 42,0%, 0,6 p.p. a menos que em 2009. Além disso, a taxa de congestionamento de conhecimento e a de execução do primeiro grau foi de 29,5% e 67,1%, respectivamente. No segundo grau a taxa de congestionamento é bastante baixa, tendo alcançado o patamar de 8,1% em 2012 e redução de 10 p.p. em relação a 2009. Já o número de casos novos teve alta de 2,0%. A quantidade de casos pendentes está diminuindo desde 2010 e registrou queda acumulada de 3,4% no quadriênio, com previsão de que o estoque do ano de 2013 tenha sido iniciado com 6% processos a menos que o ano de 2012.

Tribunal Regional do Trabalho 18ª Região (GO)



Orçamento

R\$ 269.051.895 (0,23% PIB)

↓ Δ -0,1% < 2011

O orçamento manteve-se praticamente constante, com sutil queda de 0,1%.



Bens/Serviços

R\$ 39.804.205

↓ Δ -6,1% < 2011



Recursos Humanos

R\$ 246.205.009

↑ Δ 1,5% > 2011



Informática

R\$ 7.296.217

↑ Δ 6,3% > 2011



Ativos

R\$ 208.779.057

↑ Δ 0,2% > 2011




Inativos

R\$ 24.054.951




↑ Δ 3,3% > 2011









Força de Trabalho

		
Magistrados	Quantidade	Δ (+/-)
2º Grau	13	↑ 8,3%
1º Grau	73	0,0%
Total Magistrados	86	↑ 1,2%








O aumento de 4,4% do quadro funcional decorre especialmente do aumento de 123 servidores efetivos.

		
Servidores	Quantidade	Δ (+/-)
Efetivos	1.105	↑ 12,5%
Cedidos	13	↓ -38,1%
Requisitados	176	↓ -20,7%
Sem Vínculo Efetivo	1	0,0%
Terceirizados	213	↑ 28,3%
Estagiários	164	↓ -27,8%
Total Servidores	1.646	↑ 4,4%

Indicadores por Magistrado











						
	Carga de Trab.	Δ (+/-)	Proc. Julgados	Δ (+/-)	Proc. Baixados	Δ (+/-)
2º Grau	1.257	↓ -15,3%	1.144	↓ -16,8%	994	↓ -12,2%
1º Grau	2.183	↓ -5,7%	984	↓ -11,2%	1.196	↓ -15,2%
TRT18	2.043	↓ -7,0%	1.008	↓ -12,0%	1.166	↓ -15,0%

Indicadores de Produtividade

							
	Baixados/Cn	Δ (+/-)	Taxa Congest.	Δ (+/-)	Taxa de Congestionamento Conhecimento	Execução	
2º Grau	102,6%	↑ Δ 2,63	8,8%	↓ Δ -2,08	não se aplica		
1º Grau	88,4%	↑ Δ 2,36	42,4%	↑ Δ 6,05	20,7%	71,9%	
TRT18	90,0%	↑ Δ 2,55	39,5%	↑ Δ 5,37	20,7%	71,9%	

Houve queda nos indicadores de produtividade, com redução no índice de sentenças e de processos baixados por magistrado, em 12% e 15%, respectivamente, além da redução em 7% na carga de trabalho.

Movimentação Processual

									
	Estoque	Δ (+/-)	Casos Novos	Δ (+/-)	Julgados	Δ (+/-)	Baixados	Δ (+/-)	Saldo Estimado
2º Grau	1.571	↓ -4,8%	12.602	↓ -7,3%	14.875	↓ -9,9%	12.928	↓ -4,9%	1.245
1º Grau	52.909	↑ 25,4%	98.768	↓ -17,5%	71.814	↓ -11,2%	87.329	↓ -15,2%	64.348
Total	54.480	↑ 24,3%	111.370	↓ -16,4%	86.689	↓ -11,0%	100.257	↓ -14,0%	65.593

Análise da série histórica

O Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (TRT18) apresentou decréscimo, no último quadriênio, sutil, em sua despesa total, de 0,2%, isso porque, mesmo com o aumento da despesa com recursos humanos (em 8,7%), as demais despesas apresentaram queda. A despesa com bens e serviços decaiu 26,8% nos últimos quatro anos, com variações negativas em todos os anos.

Quanto aos dados do quantitativo de servidores, observa-se aumento de 28,8% no total da força de trabalho no período de 2009 a 2012. Tal alta deve-se, principalmente, ao quantitativo de servidores efetivos, que sofreu variações crescentes ao longo de todo quadriênio, resultando em 50,5% de aumento. Já a força de trabalho auxiliar cresceu 6,2% nesse período, apesar da queda de 4,1% em 2012, com destaque ao quantitativo de estagiários (que decresceu 27,8% este ano).

O quantitativo de magistrados passou de 81 em 2009 para 86 em 2012. Destes, 73 eram juízes de primeiro grau e 13 são desembargadores. Já a carga de trabalho dos magistrados, apesar da queda de 7,0% em 2012, apresentou aumento de 11,7% no último quadriênio. A carga dos magistrados do primeiro grau foi de 1.919 processos em 2009 para 2.183 processos em 2012, e a do segundo grau teve queda de 7,9%.

A taxa de congestionamento do TRT18 foi de 39,5% em 2012, com aumento de 13,9 p.p. em comparação a 2009. Tal aumento deve-se ao primeiro grau, que registrou taxa de 42,4% e alta de 15,4 p.p. Em contrapartida, no segundo grau, cuja taxa é bastante baixa, igual a 8,8%, houve redução. O aumento na taxa de congestionamento da primeira instância ocorreu tanto na fase de conhecimento (20,7% de congestionamento), quanto na fase de execução (71,9% de congestionamento).

Os casos novos diminuíram em 16,4% esse ano, porém apresentaram alta de 19,2% no último quadriênio.

Tribunal Regional do Trabalho 19ª Região (AL)



Orçamento

R\$ 151.104.926 (0,52% PIB)
↑ Δ 11,8% > 2011

A despesa total cresceu em 11,8% impulsionada, especialmente, pelo aumento nos gastos com bens e serviços, que quase quadruplicaram de valor.



Bens/Serviços
R\$ 19.173.269
↑ Δ 283,2% > 2011



Recursos Humanos
R\$ 131.931.657
↑ Δ 1,4% > 2011



Informática
R\$ 5.150.431
↓ Δ -16,1% < 2011





Ativos
R\$ 112.566.353
↑ Δ 0,2% > 2011






Inativos
R\$ 11.918.802
↑ Δ 0,9% > 2011










Força de Trabalho

		
Magistrados	Quantidade	Δ (+/-)
2º Grau	7	↓ -12,5%
1º Grau	43	↑ 16,2%
Total Magistrados	50	↑ 11,1%







O número de estagiários quase triplicou em relação a 2011.

		
Servidores	Quantidade	Δ (+/-)
Efetivos	494	↑ 10,3%
Cedidos	65	↑ 27,5%
Requisitados	160	↓ -1,2%
Sem Vínculo Efetivo	3	0,0%
Terceirizados	195	↓ -1,0%
Estagiários	42	↑ 180,0%
Total Servidores	829	↑ 7,1%

Indicadores por Magistrado











						
	Carga de Trab.	Δ (+/-)	Proc. Julgados	Δ (+/-)	Proc. Baixados	Δ (+/-)
2º Grau	1.503	↑ 15,3%	798	↑ 16,1%	742	↑ 43,9%
1º Grau	2.456	↓ -14,2%	742	↓ -5,5%	1.232	↑ 8,7%
TRT19	2.323	↓ -10,1%	750	↓ -2,4%	1.164	↑ 13,6%

Indicadores de Produtividade

						
	Baixados/Cn	Δ (+/-)	Taxa Congest.	Δ (+/-)	Taxa de Congestionamento Conhecimento	Execução
2º Grau	127,4%	↑ Δ 41,74	45,1%	↓ Δ -11,53	não se aplica	
1º Grau	135,0%	↑ Δ 27,82	48,2%	↓ Δ -10,72	26,0%	81,6%
TRT19	134,3%	↑ Δ 29,47	47,9%	↓ Δ -10,79	26,0%	81,6%

Houve melhora significativa no índice de processos baixados por caso novo que cresceu 29,5 pontos percentuais e registrou 134,3%.

Movimentação Processual

									
	Estoque	Δ (+/-)	Casos Novos	Δ (+/-)	Julgados	Δ (+/-)	Baixados	Δ (+/-)	Saldo Estimado
2º Grau	5.374	↑ 14,7%	4.075	↓ -15,4%	5.588	↑ 1,5%	5.192	↑ 25,9%	4.257
1º Grau	63.079	↑ 0,1%	39.252	↑ 0,3%	31.923	↑ 9,8%	52.993	↑ 26,3%	49.338
Total	68.453	↑ 1,1%	43.327	↓ -1,4%	37.511	↑ 8,5%	58.185	↑ 26,3%	53.595

Análise da série histórica

Após um triênio com variações negativas na despesa total, o Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região (TRT19) teve alta de 11,8% em 2012, resultando em um acréscimo de 5,1% ao longo do quadriênio. Esse fato decorre do expressivo aumento de 283,2% nas despesas com bens e serviços, além do aumento, na despesa com recursos humanos, de 1,4% em 2012.

O quantitativo de servidores apresentou, no último quadriênio, aumento de 11,0%. Destaca-se o quantitativo de servidores efetivos, o qual passou de 413 em 2009 para 494 em 2012. Além disso, a força de trabalho auxiliar também cresceu (7,2%) nesse mesmo período, destacando-se o quantitativo de estagiários (acréscimo de 110,0%); já o quantitativo de terceirizados apresentou queda de 3,0%, e o quantitativo de cedidos passou de 46 em 2009 para 65 em 2012.

Após um triênio com 45 magistrados, o TRT19 teve aumento de 11,1% no quantitativo de magistrados em 2012, quando passou a contar com 43 juízes do trabalho e sete desembargadores. A carga de trabalho dos magistrados sofreu queda durante todo o quadriênio (11,2% no comparativo entre 2009 e 2012). Já o total de processos baixados por magistrado apresentou aumento de 18,9% nesse período, com variação negativa somente em 2010 (de 6,5%).

Por fim, a taxa de congestionamento passou de 61,1% em 2009 para 47,9% em 2012, ou seja, queda de 13,2 p.p. É válido destacar que a única etapa processual que apresentou queda na taxa de congestionamento foi na fase de conhecimento do primeiro grau, que decaiu 20,3 p.p. e atingiu 26% em 2012. Na fase de execução do primeiro grau, houve alta de 6,0 p.p., registrando 81,6%, e, no segundo grau, houve alta de 1,4 p.p., com 45,1%. Já a quantidade de casos novos sofreu baixa de 6,0%, e a de casos pendentes cresceu 2,0% no último quadriênio.

Tribunal Regional do Trabalho 20ª Região (SE)



Orçamento

R\$ 112.540.952 (0,42% PIB)
↓ Δ -0,3% < 2011

As despesas totais e as despesas com recursos humanos mantiveram-se quase constantes em relação a 2011, com sutil queda de 0,3% e 0,8%, respectivamente.



Bens/Serviços

R\$ 8.433.927
↑ Δ 5,5% > 2011



Informática

R\$ 4.966.175
↓ Δ -5,2% < 2011



Recursos Humanos

R\$ 104.107.025
↓ Δ -0,8% < 2011



Ativos

R\$ 89.490.339
↓ Δ -2,9% < 2011



Inativos

R\$ 10.172.573
↑ Δ 9,1% > 2011









Força de Trabalho

Magistrados	Quantidade	Δ (+/-)
2º Grau	8	0,0%
1º Grau	22	↓ -4,3%
Total Magistrados	30	↓ -3,2%







Aumento no total de servidores, em todas as formas de contratação, à exceção da redução de um servidor comissionado sem vínculo.

Servidores	Quantidade	Δ (+/-)
Efetivos	401	↑ 8,7%
Cedidos	32	↑ 23,1%
Requisitados	61	↑ 15,1%
Sem Vínculo Efetivo	2	↓ -33,3%
Terceirizados	102	↑ 17,2%
Estagiários	38	↑ 15,2%
Total Servidores	572	↑ 10,2%

Indicadores por Magistrado











						
	Carga de Trab.	Δ (+/-)	Proc. Julgados	Δ (+/-)	Proc. Baixados	Δ (+/-)
2º Grau	1.066	↓ -4,7%	554	↓ -5,9%	547	↓ -25,0%
1º Grau	2.156	↓ -14,0%	1.003	↓ -10,8%	897	↓ -20,8%
TRT20	1.866	↓ -13,2%	884	↓ -10,5%	804	↓ -21,8%

Indicadores de Produtividade

						
	Baixados/Cn	Δ (+/-)	Taxa Congest.	Δ (+/-)	Taxa de Congestionamento Conhecimento	Execução
2º Grau	80,1%	↓ Δ -15,30	36,4%	↑ Δ 16,84	não se aplica	
1º Grau	120,1%	↑ Δ 0,38	54,2%	↑ Δ 3,61	21,5%	77,7%
TRT20	110,1%	↓ Δ -4,26	51,8%	↑ Δ 4,91	21,5%	77,7%

Houve queda nos indicadores de produtividade tanto no 2º Grau quanto no 1º Grau, e, globalmente, redução de 10,5% no índice de sentenças por magistrados e de 21,8% nos processos baixados por magistrado.

Movimentação Processual

									
	Estoque	Δ (+/-)	Casos Novos	Δ (+/-)	Julgados	Δ (+/-)	Baixados	Δ (+/-)	Saldo Estimado
2º Grau	1.415	↑ 24,6%	5.456	↓ -10,7%	4.435	↓ -5,9%	4.372	↓ -25,0%	2.499
1º Grau	26.682	↓ -13,9%	16.438	↓ -24,5%	22.075	↓ -14,7%	19.742	↓ -24,2%	23.378
Total	28.097	↓ -12,5%	21.894	↓ -21,4%	26.510	↓ -13,3%	24.114	↓ -24,4%	25.877

Análise da série histórica

O Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região (TRT20) teve queda de 3,7% em sua despesa total e apresentou variações negativas ao longo de todo o quadriênio. Porém, algumas despesas do TRT20 apresentaram aumento significativo, como a de informática (36,2%) e a de bens e serviços (65,5%). Entretanto, a causa da queda diz respeito à despesa com recursos humanos, com redução de 6,8%, mesmo com o crescimento da despesa com pessoal inativo (em 14,0%).

A despesa mais significativa é, então, a despesa com recursos humanos, que vem decaindo apesar do aumento no quantitativo de servidores, que cresceu em 10,2% em 2012 e em 23,8% no quadriênio. Grande parte desse crescimento diz respeito aos servidores efetivos (24,9% de crescimento entre 2009 e 2012), assim como à força de trabalho auxiliar (25,0% de aumento), composta por estagiários e terceirizados.

Já com relação ao quantitativo de magistrados, pode-se destacar que este não teve variação no comparativo entre 2009 e 2012, permanecendo igual a 30, sendo 22 juizes de primeiro grau e oito desembargadores. Além disso, a carga de trabalho dos magistrados apresentou sutil queda de 0,4% nesse mesmo período. A quantidade de casos novos, por sua vez, sofreu queda de 23,0%, e a de casos pendentes teve aumento de 27,3%.

No que remete à taxa de congestionamento, esta apresentou aumento de 11,7 p.p. de 2009 a 2012, sendo igual a 51,8% nesse ano. Essa alta na taxa de congestionamento ocorreu tanto no âmbito do primeiro grau (variação de 9,6 p.p.), quanto no segundo grau (variação de 32,6 p.p.). Além disso, o total de baixados por casos novos foi de 110,1% em 2012 e os processos julgados e os baixados apresentaram queda no quadriênio (de 14,1% e 20,3%, respectivamente).

Tribunal Regional do Trabalho 21ª Região (RN)



Orçamento

R\$ 167.963.920 (0,44% PIB)
↑ Δ 0,4% > 2011

Houve aumento em todas as rubricas de despesa, com destaque para os bens e serviços, cujos índices subiram 26,3%.



Bens/Serviços
R\$ 5.628.749
↑ Δ 26,3% > 2011



Recursos Humanos
R\$ 159.285.935
↑ Δ 1,0% > 2011



Informática
R\$ 1.950.095
↑ Δ 12,0% > 2011






Ativos
R\$ 127.225.787
↑ Δ 0,5% > 2011






Inativos
R\$ 16.991.129
↑ Δ 3,3% > 2011










Força de Trabalho

		
Magistrados	Quantidade	Δ (+/-)
2º Grau	7	0,0%
1º Grau	39	↑ 11,4%
Total Magistrados	46	↑ 9,5%







Houve aumento no quadro funcional em todas as formas de contratação, à exceção do número de terceirizados.

		
Servidores	Quantidade	Δ (+/-)
Efetivos	598	↑ 3,3%
Cedidos	54	↑ 22,7%
Requisitados	115	↑ 10,6%
Sem Vínculo Efetivo	16	↑ 6,7%
Terceirizados	185	↓ -3,1%
Estagiários	90	↑ 26,8%
Total Servidores	950	↑ 3,7%

Indicadores por Magistrado











						
	Carga de Trab.	Δ (+/-)	Proc. Julgados	Δ (+/-)	Proc. Baixados	Δ (+/-)
2º Grau	2.009	↑ 9,8%	1.198	↓ -18,3%	825	↓ -15,3%
1º Grau	3.279	↓ -15,4%	1.001	↓ -3,0%	986	↓ -14,0%
TRT21	3.086	↓ -12,7%	1.031	↓ -6,7%	961	↓ -14,0%

Indicadores de Produtividade

					 Taxa de Congestionamento	
	Baixados/Cn	Δ (+/-)	Taxa Congest.	Δ (+/-)	Conhecimento	Execução
2º Grau	69,7%	↓ Δ -22,92	54,0%	↑ Δ 15,54	não se aplica	
1º Grau	117,9%	↑ Δ 35,90	68,6%	↓ Δ -0,54	50,8%	79,0%
TRT21	108,1%	↑ Δ 24,75	67,3%	↑ Δ 0,51	50,8%	79,0%

Houve aumento de 35,9 pontos percentuais no indicador de processos baixados por caso novo no primeiro grau, mas com redução de 22,9 p.p. no segundo grau.

Movimentação Processual

									
	Estoque	Δ (+/-)	Casos Novos	Δ (+/-)	Julgados	Δ (+/-)	Baixados	Δ (+/-)	Saldo Estimado
2º Grau	4.257	↑ 14,7%	8.288	↑ 12,5%	8.388	↓ -18,3%	5.773	↓ -15,3%	6.772
1º Grau	89.939	↑ 10,8%	32.622	↓ -33,3%	39.033	↑ 8,1%	38.451	↓ -4,1%	84.110
Total	94.196	↑ 11,0%	40.910	↓ -27,3%	47.421	↑ 2,2%	44.224	↓ -5,8%	90.882

Análise da série histórica

O Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região (TRT21) reduziu sua despesa total em 1,4% no último quadriênio. Os sutis aumentos em 2011 e 2012 (de 0,8% e 0,4%, respectivamente) não foram suficientes para superar a queda de 2,6% em 2010. Esse comportamento deve-se à diminuição em 3,0% da despesa com recursos humanos que, em termos absolutos, é a despesa mais influente. Em contrapartida, a despesa com bens e serviços apresentou alta de 52,2% nesse mesmo período.

Considerando-se a redução na despesa com recursos humanos, observa-se, também, queda de 12,4% no quantitativo de servidores de 2009 a 2012. Essa diminuição diz respeito à redução de 155 funcionários de terceirizados (45,6%), além da redução de 18 requisitados (13,5%). Na contramão, houve aumento de 17 servidores cedidos (45,9%) e, além disso, o quantitativo de servidores efetivos passou de 544 em 2009 para 598 em 2012.

Já com relação ao quantitativo de magistrados, verifica-se sutil aumento ao longo do quadriênio, passando de 43 em 2009 para 46 em 2012. Em 2012, o quantitativo de magistrados do primeiro grau aumentou 11,4% e o de segundo grau não apresentou variação. A carga de trabalho dos magistrados apresentou queda em ambas as instâncias, resultando em 3,4% em todo o período. No que se refere aos casos novos, houve queda de 31,6% no quantitativo e, em contrapartida, a quantidade de pendentes aumentou 37,0% no último quadriênio. Tanto os processos baixados, quanto os julgados sofreram queda de 4,3% e 25,0%, respectivamente.

A taxa de congestionamento foi, por sua vez, igual a 67,3% em 2012, somando meio p.p. em relação ao ano anterior. É válido destacar que tanto a taxa de congestionamento do segundo grau quanto a da fase de conhecimento do primeiro grau aumentaram 17,3 p.p. no último quadriênio, enquanto a taxa na fase de execução sofreu queda de 6,7%.

Tribunal Regional do Trabalho 22ª Região (PI)



Orçamento

R\$ 96.413.771 (0,37% PIB)
↑ Δ 0,7% > 2011

Os gastos totais variaram pouco no último ano, em apenas 0,7%.



Bens/Serviços
R\$ 13.398.165
↑ Δ 18,0% > 2011



Recursos Humanos
R\$ 84.055.197
↓ Δ -1,4% < 2011



Informática
R\$ 4.051.489
↑ Δ 18,8% > 2011




Ativos
R\$ 76.814.571
↓ Δ -2,0% < 2011






Inativos
R\$ 3.580.599
↓ Δ -9,7% < 2011









Força de Trabalho

		
Magistrados	Quantidade	Δ (+/-)
2º Grau	8	0,0%
1º Grau	27	↑ 8,0%
Total Magistrados	35	↑ 6,1%







A força de trabalho variou pouco, com aumento de cinco servidores e dois magistrados desde 2011.

		
Servidores	Quantidade	Δ (+/-)
Efetivos	324	↓ -0,3%
Cedidos	35	↑ 6,1%
Requisitados	104	↑ 9,5%
Sem Vínculo Efetivo	10	0,0%
Terceirizados	65	0,0%
Estagiários	59	↓ -1,7%
Total Servidores	527	↑ 1,0%

Indicadores por Magistrado










						
	Carga de Trab.	Δ (+/-)	Proc. Julgados	Δ (+/-)	Proc. Baixados	Δ (+/-)
2º Grau	1.275	↑ 13,0%	900	↑ 16,0%	900	↑ 16,0%
1º Grau	2.242	↓ -7,5%	1.231	↓ -12,6%	1.143	↓ -6,8%
TRT22	2.021	↓ -4,2%	1.155	↓ -7,9%	1.088	↓ -2,7%

Indicadores de Produtividade

						
	Baixados/Cn	Δ (+/-)	Taxa Congest.	Δ (+/-)	Taxa de Congestionamento Conhecimento	Execução
2º Grau	106,3%	↑ Δ 14,58	16,1%	↓ Δ -6,24	não se aplica	
1º Grau	99,1%	↓ Δ -7,36	44,9%	↑ Δ 0,39	23,2%	71,0%
TRT22	100,4%	↓ Δ -3,27	41,1%	↓ Δ -0,64	23,2%	71,0%

Houve piora nos indicadores de produtividade do primeiro grau (redução da produtividade, aumento na taxa de congestionamento e redução dos baixados por caso novo), sendo que o oposto ocorreu no segundo grau.

Movimentação Processual

									
	Estoque	Δ (+/-)	Casos Novos	Δ (+/-)	Julgados	Δ (+/-)	Baixados	Δ (+/-)	Saldo Estimado
2º Grau	1.802	↑ 47,9%	6.778	↑ 0,1%	7.202	↑ 16,0%	7.202	↑ 16,0%	1.378
1º Grau	24.855	↓ -6,0%	31.147	↑ 8,1%	33.238	↓ -5,6%	30.863	↑ 0,6%	25.139
Total	26.657	↓ -3,6%	37.925	↑ 6,6%	40.440	↓ -2,3%	38.065	↑ 3,2%	26.517

Análise da série histórica

O Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região (TRT22) apresentou decréscimo em sua despesa total em 2,8% desde 2009, isso graças à constante queda da despesa com recursos humanos (totalizando 8,3% a menos no orçamento no último quadriênio), ou seja, o aumento das demais despesas (46,5% na despesa com bens e serviços, por exemplo) não foi suficiente para alterar significativamente a despesa total.

Apesar da diminuição na despesa com recursos humanos, observa-se aumento no total de servidores, que passou de 482 em 2009 para 527 em 2012. Esse comportamento deve-se, principalmente, à alta de servidores efetivos (10,2%) e também de auxiliares (19,2%). Além disso, outras formas de contratação também apresentaram alta: variação de 16,1% nos terceirizados, de 13,0% nos requisitados e 11,1% nos servidores sem vínculo. Já com relação ao ano de 2011, o quadro funcional pouco variou em 2012, com aumento de apenas cinco servidores (1%).

Por sua vez, o quantitativo de magistrados vem apresentando leves variações positivas ao longo de todo o quadriênio, acumulando, assim, 12,9% no período desde 2009. Destaca-se o total de magistrados de primeiro grau, o qual apresentou crescimento de 8,0% só este ano. Já o total de magistrados do segundo grau manteve-se constante durante todo esse período, com oito desembargadores. Além disso, a carga de trabalho dos magistrados decaiu 4,2% no último ano, quando passou de 2.110 para 2.021 processos em tramitação por magistrado entre 2011 e 2012. Mesmo com tal redução, em termos acumulados desde 2009, houve alta de 7,4% na carga de trabalho, ocasionada pelo crescimento aferido nos anos de 2010 e 2011.

A taxa de congestionamento apresentou queda de 4,2 p.p. de 2009 para 2012, sendo igual a 41,1% em 2012. É válido destacar que as taxas de congestionamento do primeiro grau decaíram 4,6 p.p. nesse mesmo período, ao passo que, no segundo grau, ela subiu 5,5 p.p. Além disso, o total de casos novos e o total de casos pendentes sofreram alta de 27,5% e 12,0%, respectivamente, no quadriênio.

Tribunal Regional do Trabalho 23ª Região (MT)



Orçamento

R\$ 187.322.964 (0,24% PIB)

↓ Δ -1,1% < 2011

Houve queda de 28% nas despesas com bens e serviços e 33,2% nos gastos com informática.



Bens/Serviços

R\$ 20.739.446

↓ Δ -28,0% < 2011



Recursos Humanos

R\$ 166.583.518

↑ Δ 3,7% > 2011



Informática

R\$ 2.544.501

↓ Δ -33,2% < 2011



Ativos

R\$ 145.763.914

↑ Δ 5,6% > 2011



Inativos

R\$ 12.358.983

↑ Δ 2,6% > 2011










Força de Trabalho

Magistrados	Quantidade	Δ (+/-)
2º Grau	7	↓ -12,5%
1º Grau	66	↑ 3,1%
Total Magistrados	73	↑ 1,4%







O quantitativo de servidores cedidos passou de 40 em 2009 para 91 em 2012.

Servidores	Quantidade	Δ (+/-)
Efetivos	802	↑ 30,2%
Cedidos	91	↑ 111,6%
Requisitados	122	↑ 1,7%
Sem Vínculo Efetivo	0	
Terceirizados	177	↑ 34,1%
Estagiários	80	↓ -47,0%
Total Servidores	1.090	↑ 11,7%

Indicadores por Magistrado











						
	Carga de Trab.	Δ (+/-)	Proc. Julgados	Δ (+/-)	Proc. Baixados	Δ (+/-)
2º Grau	1.600	↑ 60,9%	1.091	↑ 17,7%	548	↑ 55,1%
1º Grau	1.409	↑ 2,5%	727	↑ 11,1%	737	↓ -0,5%
TRT23	1.428	↑ 7,1%	762	↑ 11,3%	719	↑ 3,1%

Indicadores de Produtividade

					 Taxa de Congestionamento	
	Baixados/Cn	Δ (+/-)	Taxa Congest.	Δ (+/-)	Conhecimento	Execução
2º Grau	42,7%	↓ Δ -6,11	62,1%	↑ Δ 3,18	não se aplica	
1º Grau	101,0%	↓ Δ -2,35	43,5%	↑ Δ 0,94	26,4%	63,5%
TRT23	91,8%	↓ Δ -5,41	45,5%	↑ Δ 1,64	26,4%	63,5%

O total de processos baixados por caso novo foi de 91,8% em 2012, com queda de 5,41 pontos percentuais desde 2011.

Movimentação Processual

									
	Estoque	Δ (+/-)	Casos Novos	Δ (+/-)	Julgados	Δ (+/-)	Baixados	Δ (+/-)	Saldo Estimado
2º Grau	1.130	↑ 4,1%	8.995	↑ 55,1%	7.636	↑ 3,0%	3.837	↑ 35,7%	6.288
1º Grau	37.924	↑ 3,5%	48.179	↑ 5,0%	47.961	↑ 14,6%	48.644	↑ 2,6%	37.459
Total	39.054	↑ 3,5%	57.174	↑ 10,6%	55.597	↑ 12,9%	52.481	↑ 4,5%	43.747

Análise da série histórica

O total da despesa do Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região (TRT23) teve sutil queda de 1,1% no último ano, porém, graças ao aumento de 13,9% em 2011, a despesa cresceu 10,4% no último quadriênio. Esse aumento é decorrente da alta na despesa com recursos humanos (em 4,4%) e também na despesa com bens e serviços (com 107,3% de elevação). Além disso, as despesas com informática já somam 98,5% de aumento desde 2009.

Considerando o aumento na despesa com recursos humanos, observa-se elevação da força de trabalho em 11,7% em relação ao ano anterior. É interessante ter conhecimento de que tal valor deve-se, especialmente, ao crescimento do número de servidores efetivos (30,2%), já que o quantitativo da força de trabalho auxiliar (terceirizados e estagiários) apresentou queda de 9,2% em 2012. Destaca-se também a quantidade de servidores cedidos, que dobrou em relação ao ano anterior.

A carga de trabalho dos magistrados aumentou 15,8% entre 2009 e 2012 devido, especialmente, ao crescimento no número de casos novos (28,6%) e no de casos pendentes (passou de 34.638 em 2009 para 39.054 em 2012). A produtividade, medida pelo número de sentenças proferidas por magistrado, aumentou 16,9%, passando de 684 para 762 sentenças por magistrado entre 2009 e 2012.

A taxa de congestionamento, no ano de 2012, foi de 45,5%. Apresentou queda, então, de 5,2 p.p. em relação a 2009, mas alta de 1,6 p.p. em relação a 2011. Essa alta do último ano foi reflexo do aumento ocorrido no segundo grau (3,2 p.p.), além do aumento na fase de execução do primeiro grau (5,2 p.p.), sendo que, apenas na fase de conhecimento, foi constatada sutil redução (0,6 p.p.).

Tribunal Regional do Trabalho 24ª Região (MS)



Orçamento

R\$ 152.259.062 (0,31% PIB)
↓ Δ -3,6% < 2011

Houve queda de 3,6% no orçamento, decorrente, especialmente, da redução de 26,5% dos gastos com bens e serviços.



Bens/Serviços
R\$ 10.530.602
↓ Δ -26,5% < 2011



Recursos Humanos
R\$ 141.728.460
↓ Δ -1,3% < 2011



Informática
R\$ 2.527.302
↑ Δ 71,2% > 2011



Ativos
R\$ 126.578.747
↓ Δ -2,5% < 2011






Inativos
R\$ 10.131.422
↑ Δ 8,5% > 2011









Força de Trabalho

		
Magistrados	Quantidade	Δ (+/-)
2º Grau	8	↑ 14,3%
1º Grau	52	0,0%
Total Magistrados	60	↑ 1,7%







O aumento de 33 servidores em 2012 (variação de 4,3%) foi devido, principalmente, ao aumento na força de trabalho auxiliar na forma de 14 terceirizados e 22 estagiários.

		
Servidores	Quantidade	Δ (+/-)
Efetivos	544	↓ -0,5%
Cedidos	43	↓ -8,5%
Requisitados	117	↓ -3,3%
Sem Vínculo Efetivo	3	0,0%
Terceirizados	77	↑ 22,2%
Estagiários	104	↑ 26,8%
Total Servidores	802	↑ 4,3%

Indicadores por Magistrado










						
	Carga de Trab.	Δ (+/-)	Proc. Julgados	Δ (+/-)	Proc. Baixados	Δ (+/-)
2º Grau	1.299	↓ -10,3%	952	↓ -13,5%	1.032	↓ -6,3%
1º Grau	1.321	↑ 3,8%	673	↑ 0,2%	658	↑ 0,8%
TRT24	1.318	↑ 1,9%	710	↓ -1,7%	708	↑ 0,2%

Indicadores de Produtividade

						
	Baixados/Cn	Δ (+/-)	Taxa Congest.	Δ (+/-)	Taxa de Congestionamento Conhecimento	Execução
2º Grau	122,1%	↑ Δ 19,57	7,8%	↓ Δ -3,40	não se aplica	
1º Grau	93,7%	↑ Δ 1,14	47,0%	↑ Δ 1,49	33,4%	67,1%
TRT24	98,1%	↑ Δ 3,88	42,3%	↑ Δ 0,90	33,4%	67,1%

Houve melhora no indicador de baixados por caso novo, com alta de 19,57 pontos percentuais no segundo grau e de 1,14 p.p. no primeiro grau.

Movimentação Processual

									
	Estoque	Δ (+/-)	Casos Novos	Δ (+/-)	Julgados	Δ (+/-)	Baixados	Δ (+/-)	Saldo Estimado
2º Grau	2.192	↑ 88,6%	6.761	↓ -10,1%	7.617	↓ -1,2%	8.255	↑ 7,1%	698
1º Grau	28.080	↑ 9,4%	36.509	↓ -0,5%	34.983	↑ 0,2%	34.208	↑ 0,8%	30.381
Total	30.272	↑ 12,8%	43.270	↓ -2,1%	42.600	↓ 0,0%	42.463	↑ 1,9%	31.079

Análise da série histórica

A despesa total do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região (TRT24) foi de R\$ 152 milhões e teve queda acumulada de 11,7% desde 2009. Após sutil aumento de 0,7% entre 2009 e 2010, a despesa apresentou variações negativas ocasionadas, principalmente, pela redução de R\$ 11 milhões nas despesas com bens e serviços (51,3% de queda), além da redução de R\$ 9 milhões nas despesas com recursos humanos (6,0% de queda). Os gastos com informática registraram aumento de 76%, entretanto causaram pouco impacto nas despesas totais, já que representam apenas 1,7% do total.

Apesar da queda na despesa com recursos humanos, o total de servidores apresentou aumento de 12,6% no acumulado do período, apresentando variações positivas ao longo de todo o quadriênio. O quantitativo de servidores efetivos passou de 475 em 2009 para 544 em 2012, assim como a força de trabalho auxiliar teve crescimento de 26,6%, ocasionado pelo acréscimo de estagiários (26,8%) e terceirizados (12,6%). Já o total de servidores cedidos aumentou 19,4% nesse mesmo período.

Com relação ao quantitativo de magistrados, verifica-se certa estabilidade, uma vez que permaneceu igual a 60 tanto em 2009 quanto em 2012, com algumas oscilações no meio do período. A carga de trabalho dos magistrados, por sua vez, aumentou 9,5% no quadriênio, destacando-se a carga de trabalho dos magistrados do segundo grau que, apesar da queda em 2012 de 10,3%, apresentou alta acumulada de 18,3%. Além disso, o quantitativo de casos novos teve aumento de 5,5% e o total de processos baixados por caso novo diminuiu levemente em 0,9 p.p.

A taxa de congestionamento veio apresentando sutis aumentos de 2009 a 2012, resultando em um acréscimo de 2,0 p.p. Destaca-se a taxa de congestionamento de conhecimento do primeiro grau, que aumentou de 25,7% em 2009 para 33,4% em 2012, e a taxa de congestionamento do segundo grau, que se reduziu em 8,7 p.p., passando de 16,5% em 2009 para 7,8% em 2012.

Justiça do Trabalho



Orçamento

R\$ 12.006.580.102

↑ Δ 1,0% > 2011

As despesas com pessoal ativo caíram 2,5%, e as despesas com inativos cresceram 0,7%.



Bens/Serviços

R\$ 889.996.981

↑ Δ 30,3% > 2011



Recursos Humanos

R\$ 11.065.304.383

↓ Δ -1,9% < 2011



Informática

R\$ 281.142.415

↑ Δ 14,6% > 2011



Ativos

R\$ 8.205.494.598

↓ Δ -2,5% < 2011






Inativos

R\$ 2.460.694.307




↑ Δ 0,7% > 2011










Força de Trabalho

		
Magistrados	Quantidade	Δ (+/-)
2º Grau	514	↑ 5,5%
1º Grau	2.736	↑ 1,3%
Total Magistrados	3.250	↑ 1,9%







Houve redução no quantitativo de requisitados e comissionados sem vínculo, com priorização na contratação de efetivos.

		
Servidores	Quantidade	Δ (+/-)
Efetivos	37.992	↑ 4,0%
Cedidos	1.767	↑ 3,6%
Requisitados	3.554	↓ -3,7%
Sem Vínculo Efetivo	187	↓ -9,7%
Terceirizados	8.115	↑ 11,9%
Estagiários	3.762	↑ 5,9%
Total Servidores	51.843	↑ 4,7%

Indicadores por Magistrado











						
	Carga de Trab.	Δ (+/-)	Proc. Julgados	Δ (+/-)	Proc. Baixados	Δ (+/-)
2º Grau	2.021	↓ -0,8%	1.363	↓ -6,9%	1.232	↓ -3,3%
1º Grau	2.507	↑ 2,6%	1.113	↓ -0,6%	1.152	↑ 2,7%
Justiça do Trabalho	2.430	↑ 2,0%	1.153	↓ -1,7%	1.164	↑ 1,7%

Indicadores de Produtividade

						
	Baixados/Cn	Δ (+/-)	Taxa Congest.	Δ (+/-)	Taxa de Congestionamento Conhecimento	Execução
2º Grau	97,4%	↓ Δ -5,84	26,6%	↑ Δ 2,09	não se aplica	
1º Grau	98,2%	↓ Δ -1,76	49,6%	↓ Δ -0,50	34,8%	67,9%
Justiça do Trabalho	98,0%	↓ Δ -2,43	46,8%	↓ Δ -0,24	34,8%	67,9%

Apesar do aumento acumulado de 12,6% da produtividade no quadriênio, ela registrou queda de 1,7% no último ano.

Movimentação Processual

									
	Estoque	Δ (+/-)	Casos Novos	Δ (+/-)	Julgados	Δ (+/-)	Baixados	Δ (+/-)	Saldo Estimado
2º Grau	212.187	↓ -3,8%	650.085	↑ 8,2%	700.825	↓ -1,8%	633.257	↑ 2,1%	229.015
1º Grau	3.040.911	↑ 0,0%	3.209.536	↑ 5,8%	3.046.501	↑ 0,7%	3.151.029	↑ 3,9%	3.099.418
Total	3.253.098	↓ -0,2%	3.859.621	↑ 6,2%	3.747.326	↑ 0,2%	3.784.286	↑ 3,6%	3.328.433

Justiça do Trabalho: Panorama Geral

A despesa total da Justiça do Trabalho foi de R\$ 12,0 bilhões. No período decorrido entre 2009 a 2011, as despesas registram quedas médias na faixa de 1% ao ano, quando, em 2012, registrou alta pela primeira vez na série histórica, em 1%. As despesas com recursos humanos são expressivas e concentram 92,2% de todo o orçamento. Essa relação percentual manteve-se constante em aproximadamente 95% de 2009 a 2011, quando, somente em 2012, registrou queda de 3 p.p. Ao passo que as despesas com recursos humanos reduziram-se em 1,5% no quadriênio, o inverso ocorreu com bens e serviços (aumento de 49,8%) e com gastos com informática (aumento de 37,8%).

Apesar da queda acumulada nas despesas com recursos humanos, o quadro de servidores e de magistrados cresceu. O total de servidores aumentou 14,7%, totalizando 51.843 servidores em 2012 cujos cargos foram ocupados, predominantemente, por efetivos (73,3%), com a força de trabalho auxiliar sendo composta por apenas 15,7% de terceirizados e 7,3% de estagiários. A Justiça do Trabalho prioriza utilização de quadro próprio, já que o quantitativo de comissionados sem vínculo é bastante pequena (0,4%) e de requisitados é de 6,9%, igualmente divididos entre requisitados de dentro e de fora do Poder Judiciário. Já com relação ao quantitativo de magistrados, verifica-se que, desde 2009, houve acréscimo de 63 magistrados (2%), com redução de 19 desembargadores (4%) e aumento de 82 juízes de primeiro grau (3%). Dessa forma, a Justiça Trabalhista continha, ao final de 2012, o total de 3.250 magistrados em atuação nos TRTs no âmbito do primeiro e do segundo grau.

A carga de trabalho por magistrado vem sofrendo pequenos aumentos desde 2009, tendo acumulado variação total de 6,6% no período. A produtividade também aumentou no segundo grau e no primeiro grau e, de forma consolidada, cresceu 12,6% no quadriênio.

Registrou-se aumento em toda a movimentação processual, tanto em relação ao ingresso de processos, quanto também em relação ao número de sentenças e de processos baixados, o que ocorreu nas duas instâncias da Justiça trabalhista. Entretanto, mesmo com tais aumentos, a Justiça do Trabalho baixou 98% dos casos novos, e, portanto, é importante tomar providências para atingir o patamar de 100% e evitar, assim, acúmulo de estoque para o ano seguinte.

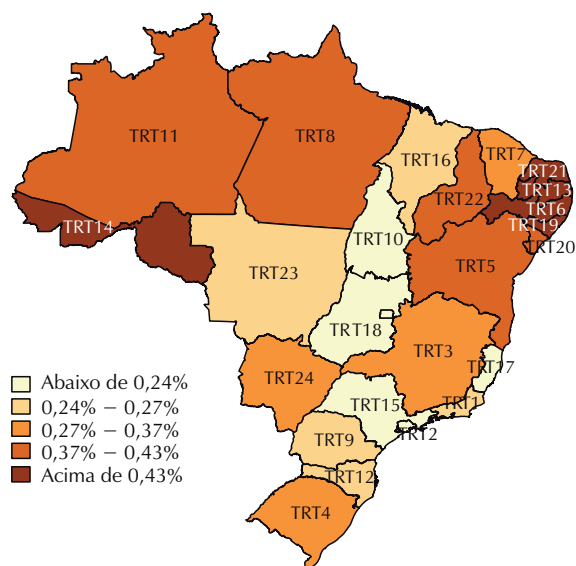
A taxa de congestionamento que caiu até 2011 manteve-se praticamente constante em 2012. A queda acumulada na taxa de congestionamento foi de 3,1 p.p., mas, no último ano, foi de apenas 0,2 p.p.

4.2 Territorialização da Informação

Para compor os mapas, os Tribunais Regionais do Trabalho (TRT) foram coloridos em tons diferenciados, sendo que o tom mais claro relaciona-se ao Tribunal que apresenta o menor valor de indicador e, consequentemente, o tom mais escuro representa o TRT com o valor mais significativo.

A Justiça do Trabalho apresentou crescimento da despesa total em aproximadamente 1% em relação ao ano de 2011², tendo atingido R\$ 12 bilhões, ao contrário dos anos anteriores, em que houve redução de 0,8% (2009 e 2010) e de 1,2% (2010 e 2011). Em 2012, o valor alcançado corresponde a 0,27% do PIB nacional e a 0,71% das despesas da União. As despesas dos cinco tribunais de grande porte, isto é, os TRTs da 1ª a 4ª e 15ª Região, correspondem a 51% da despesa total da Justiça do Trabalho.

Despesa Total da Justiça em Relação ao PIB



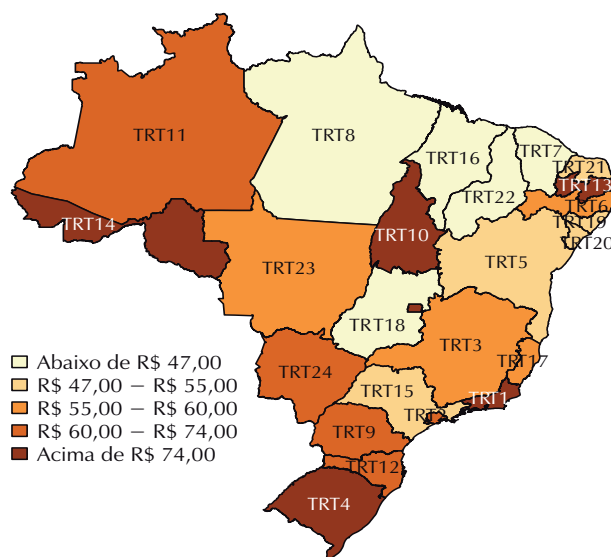
Todavia, quando analisadas as despesas de cada tribunal em comparação ao PIB de cada estado, tem-se que os dez tribunais com maiores indicadores estão concentrados nas regiões Norte e Nordeste, sendo que todos eles fazem parte do grupo de tribunais de médio ou pequeno porte, já que os tribunais de grande porte localizam-se nas regiões Sudeste e Sul. Transportada para um cartograma com viés geoeconômico, essa realidade é reafirmada. As Unidades da Federação localizadas nas regiões Geoeconômicas do Norte e Nordeste que reúnem os dez tribunais com indicadores mais relevantes compõem uma área do território nacional que responde por aproximadamente 20% do PIB brasileiro (2010)³. O cenário aferido na Justiça

do Trabalho é similar ao verificado na Justiça Estadual, em que os TJs que possuem economia de menor impacto apresentam, proporcionalmente, os maiores gastos.

Destacam-se, por sua vez, pela baixa proporção da despesa total em face do PIB, os tribunais localizados em São Paulo (TRT2 e TRT15), Distrito Federal e Tocantins (TRT10), Goiás (TRT18) e Espírito Santo (TRT17). É interessante ainda verificar que, em alguns estados em que o PIB é significativamente alto, como ocorre no Rio de Janeiro (TRT1), em Minas Gerais (TRT3) e no Rio Grande do Sul (TRT4), o indicador de despesa em relação ao PIB não ficou no grupo dos menores índices.

Outra comparação importante diz respeito à relação entre a despesa total da Justiça em face da população da região. Neste mapa, pode-se observar que não há uma região específica que concentre os tribunais com os maiores gastos por habitante, sendo o maior observado no TRT14 (RO/AC – R\$ 153,38) e o segundo maior no TRT4 (RS – R\$ 96,66). Já os quatro dos cinco menores indicadores estão localizados na parte setentrional do País, sendo os três menores índices relativos a tribunais localizados região Nordeste: TRT16 (MA – R\$ 21,20), TRT22 (PI – R\$ 30,50), TRT7 (CE – R\$ 33,96), e o quarto menor índice referente ao TRT8 (PA/AP – R\$ 44,65), que está localizado na região Norte do País. Independentemente de a territorialização da informação utilizar critérios político-administrativos ou geoeconômicos, os indicadores representados na legenda se apresentam de forma difusa no território nacional.

Despesa Total da Justiça por Habitante



As despesas com recursos humanos dos Tribunais do Trabalho correspondem a mais de 80% de suas despesas totais, com exceção do TRT14 (RO/AC), que possui indicador de 65%. Entretanto, observa-se que o percentual da Justiça do Trabalho vem diminuindo desde o ano de 2010, quando era de 95% e passou para 92% no ano de 2012.

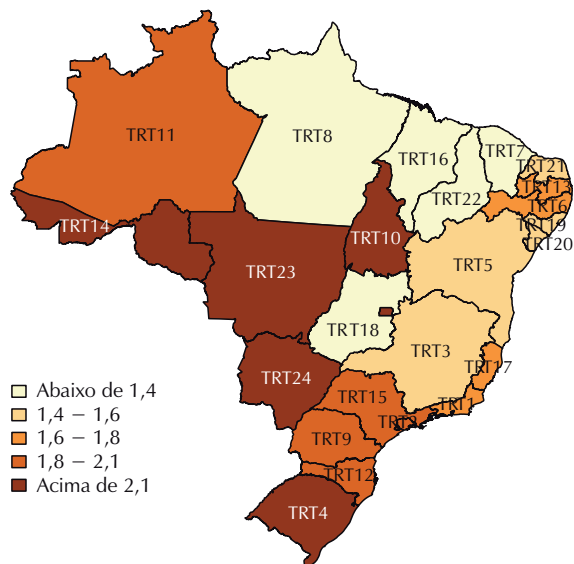
2 Todos os valores monetários de 2009 a 2011 apresentados neste relatório encontram-se deflacionados pelo IPCA de dezembro de 2012.

3 No tocante ao cenário geoeconômico, o território brasileiro é subdividido em três grandes complexos: Amazônia, Nordeste e Centro-sul. Segundo o estudo do IBGE *Contas Regionais do Brasil – 2010*, os estados que compõem as regiões Geoeconômicas da Amazônia e Nordeste respondem por cerca de 20% do PIB (2010).

Dos R\$ 11,1 bilhões gastos com recursos humanos, R\$ 8,2 bilhões (74%) foram voltados apenas para despesa com pessoal ativo.

A Justiça do Trabalho apresentou aumento anual tanto no número de magistrados quanto no de servidores desde o ano de 2010, tendo atingido quantitativo, no último ano, de 3.250 magistrados e 51.843 servidores.

Magistrados por 100.000 Habitantes



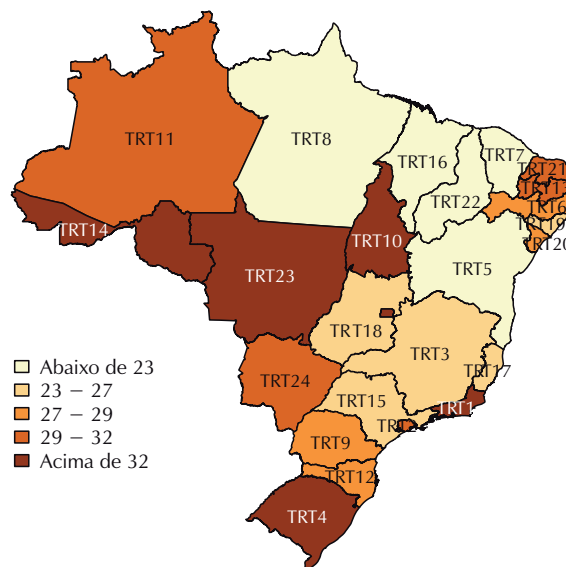
Do total de magistrados, 84% são de primeiro grau (2.736) e 16% do segundo grau (514). Tal distribuição pode ser correlacionada com a carga de trabalho dessas instâncias, pois 88% dos processos em tramitação em 2012 encontram-se no primeiro grau e 12%, no segundo grau.

De um lado, a análise do total de magistrados por 100 mil habitantes em cada um dos tribunais revela certo agrupamento dos tribunais, uma vez que os maiores indicadores estão localizados na Região Centro-Oeste, além do TRT10 (DF/TO), que está parte na região Centro-Oeste (DF) e parte na região Norte (TO) e do TRT4 (RS). Por outro lado, os menores indicadores estão no TRT8, no TRT16, no TRT22 e no TRT7, com menos de 1,3 magistrado para cada cem mil habitantes, sendo todos pertencentes ao grupo de pequeno ou médio porte. Correlacionando esses indicadores com o mesmo cartograma na esfera da Justiça Estadual, o cenário apresenta algumas similaridades. Nenhuma Unidade da Federação situada na Região Geoeconômica Nordeste conta com um indicador relevante, ao passo que os resultados mais expressivos se encontram na Região Geoeconômica Centro-Sul.

Dos 51.843 servidores no ano de 2012, 39.779 (76,7%) são servidores efetivos (excluídos os cedidos e inclusos os requisitados), 11.887 (22,9%) compõem a força de trabalho auxiliar (que conta com estagiários e terceirizados) e 187 (0,4%) são servidores sem vínculo, além disso, 30.499 atuam diretamente na área judiciária. Na análise de cada tribunal, tem-se que a proporção dos servidores a cada 100 mil habitantes possui distribuição homogê-

nea. Os tribunais com menor proporção são os mesmos do mapa anterior (magistrados por 100 mil habitantes) e os com maior proporção espalhados pelo mapa (TRT4, TRT10 e TRT14). A distribuição espacial do quantitativo de servidores por 100 mil habitantes segue a tendência aferida no cartograma referente aos magistrados, com a peculiaridade de que os resultados menos expressivos estão localizados nos estados do Norte e Nordeste. Por sua vez, a Região Geoeconômica Centro-sul, além de não apresentar nenhum indicador inferior a 23 servidores por 100 mil habitantes, agrupa a maior quantidade de tribunais com os indicadores mais expressivos. Em relação ao resultado apresentado pelo TRT14, pode-se avaliar se o expressivo resultado é consequência da macrocefalia urbana⁴ existente nos estados que compõem este tribunal.

Total de Servidores por 100.000 Habitantes

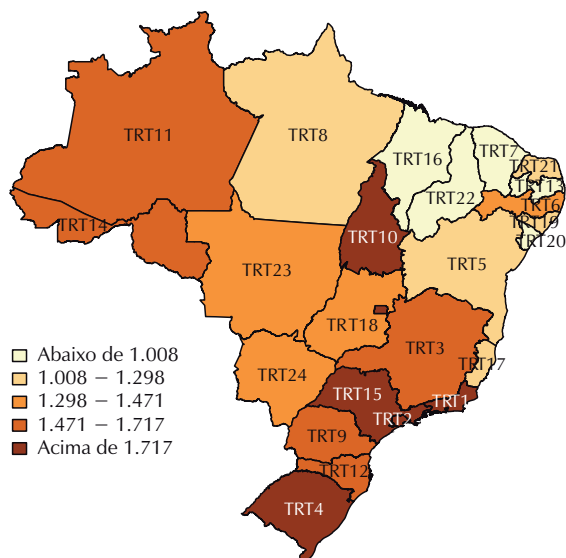


Houve crescimento, no total de casos novos da Justiça do Trabalho, de 6,2% em 2012, o que contribuiu para o aumento acumulado de 11,9% desde 2009. A Justiça do Trabalho contabilizou, no ano de 2012, quase R\$ 3,9 milhões de casos novos, sendo 83% referentes ao primeiro grau e 17% ao segundo grau. O crescimento dos casos novos foi superior ao aumento do número de habitantes, por isso o ramo alcançou o patamar de 1.545 casos novos para cada cem mil habitantes. Deve-se ressaltar que 56,8% dos casos novos da Justiça do Trabalho encontram-se nos tribunais de grande porte (isto é, TRT2, TRT15, TRT1, TRT3 e TRT4). Observa-se que o único tribunal de grande porte que não se encontra no quartil dos maiores indicadores de casos novos por 100 mil habitantes é o TRT3. Além disso, o TRT10 (DF/TO) é o único tribunal que não é de grande porte, mas que se encontra entre os cinco Tribunais com maiores indicadores da Justiça do Trabalho. Os sete me-

4 Regiões com concentração de bens e serviços em, geralmente, um centro urbano, e consequente não estruturação de uma rede urbana consolidada suficientemente capaz de auxiliar no equilíbrio socioeconômico e demográfico em outras áreas do território. Em regiões com essas características, as capitais estaduais tendem a influenciar de forma mais direta a economia local.

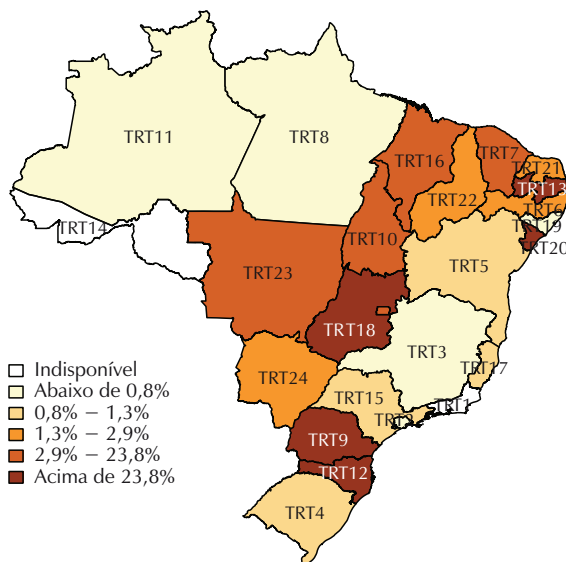
nores indicadores de casos novos por 100 mil habitantes encontram-se em tribunais localizados na Região Nordeste. Vale ressaltar que todos os tribunais, independentemente do porte, que apresentaram os maiores indicadores, estão localizados na Região Geoeconômica Centro-Sul⁵.

Casos Novos por 100.000 Habitantes



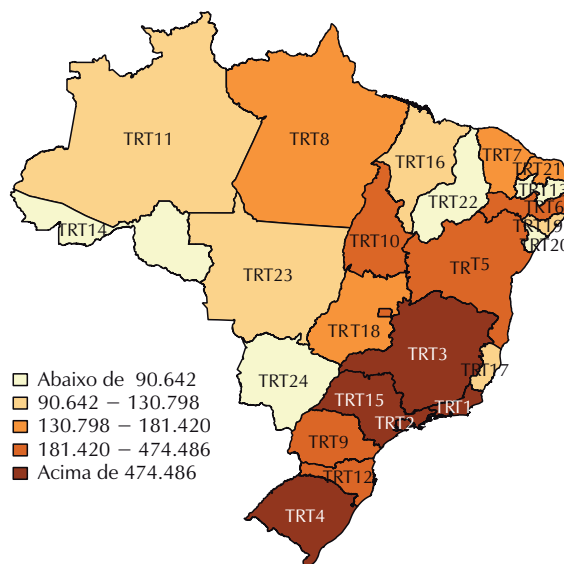
No ano de 2012, o índice de processos eletrônicos ingressados na Justiça do Trabalho foi de 13%, entretanto esse percentual variou muito entre os tribunais, há casos em que o índice é de 0%, e outros, em que chega a superar o patamar de 80%, como ocorre no TRT18 (GO), no TRT13 (PB) e no TRT9 (PR). Além desses, também se destacam, com índice acima de 24%, o TRT12 (SC) e o TRT20 (SE). Com baixo índice de processos, inferior a 1%, encontram-se o TRT19 (AL), o TRT2 (SP), o TRT15 (SP) e o TRT17 (ES), sendo que o TRT3 (MG) e o TRT11 informaram não possuir casos novos eletrônicos. O TRT1 (RJ) e o TRT14 (RO/AC) não encaminharam a informação, por isso estão destacados na cor branca no mapa.

Índice de Processos Eletrônicos



Em relação à série histórica, há constante aumento desse percentual desde 2009, quando era de apenas 2,8%, ou seja, registrou aumento de 10,5 p.p.⁶ desde então. Esse crescimento foi verificado tanto no âmbito do segundo grau, quanto no primeiro grau, sendo que, neste último, os índices alcançados foram sempre superiores, pois, enquanto o percentual de casos novos eletrônicos das varas da Justiça do trabalho é de 15,2%, no segundo grau é de 6,3%.

Processos que tramitam

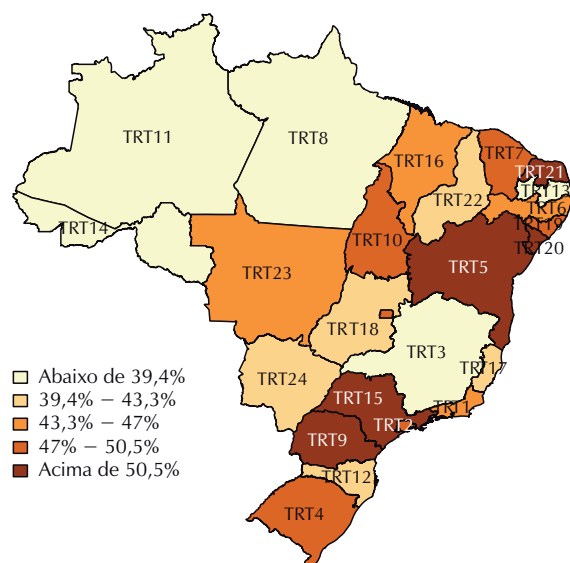


Tramitaram na Justiça do Trabalho aproximadamente 7,1 milhões de processos no ano de 2012, sendo 54% de casos novos no ano e 46% que estavam pendentes de baixa de anos anteriores. Houve aumento de 3,2% dos processos que tramitaram em relação ao ano anterior, com aumento acumulado de 7% em relação ao ano de 2009. Os sete tribunais que mais contabilizaram processos em tramitação no ano de 2012 estão localizados nas regiões Sudeste e Sul do País, sendo os cinco maiores classificados como de grande porte, que totalizam 56,6% da tramitação processual da Justiça do Trabalho. Já os tribunais com menor quantitativo de processos em tramitação estão dispersos no mapa, destacando-se o TRT13 (PB), o TRT20 (SE) e o TRT22 (PI), que também constaram entre os Tribunais com os menores quantitativos de casos novos por 100 mil habitantes, além do TRT14 (RO/AC) e do TRT24 (MS). Este cartograma mostra concentração contínua de estados que apresentam os indicadores mais expressivos em um mesmo cenário, seja geoeconômico ou político administrativo. A exceção seria o TRT4 (RS). Por sua vez, os tribunais que apresentam os resultados menos expressivos estão distribuídos de forma difusa no território nacional, em que todas as regiões Geoeconômicas do País possuem, ao menos, um tribunal com indicador abaixo de 90.642.

⁵ Região responsável por aproximadamente 80% do PIB nacional. Fonte: *Contas Regionais do Brasil – 2010 – IBGE*.

⁶ Por se tratar de um índice, a variação do percentual de casos novos eletrônicos é preferencialmente analisada em termos absolutos, em pontos percentuais.

Taxa de congestionamento



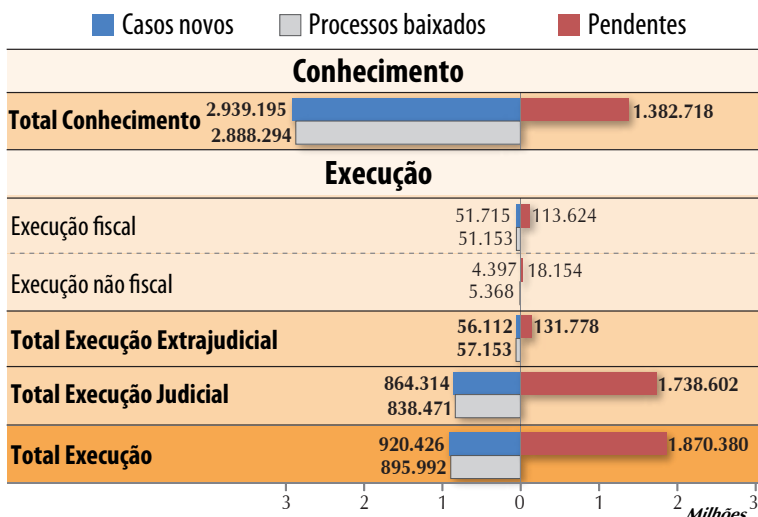
A taxa de congestionamento dos tribunais consiste no percentual de processos não baixados em relação ao total em tramitação no período. Apesar do crescimento dos processos em tramitação, essa taxa vem sofrendo quedas e passou de 49,8% no ano de 2009 para 46,8% em 2012, o que revela o crescimento de processos baixados ao longo desses anos. Apesar de inferior a 50%, essa taxa sofre grande influência dos processos da fase de execução, pois, enquanto a taxa de congestionamento do primeiro grau na fase de conhecimento é de 34,8%, na fase de execução esse percentual atinge 67,9%. Há grande variação entre as taxas de congestionamento dos Tribunais do Trabalho, tendo em vista que o menor percentual é do TRT8 (PA/AP), com 24%, enquanto o maior índice pertence ao TRT21 (RN), 67%, ou seja, variação de 43 p.p. entre eles. O TRT15 (SP) aparece entre os tribunais com maiores taxas tanto analisando-se a taxa de congestionamento quanto os processos em tramitação e casos novos por cem mil habitantes; em oposição, o TRT13(PB) aparece entre os tribunais com os menores índices para todos esses indicadores. Provavelmente, este cartograma apresenta os resultados mais dispersos no território nacional. Apesar da grande concentração de tribunais localizados na Região Geoeconômica Amazônia que apresentam indicadores abaixo de 39,4%, todas as regiões possuem ao menos um Tribunal com indicador pouco significativo. A questão da execução merecerá seção específica, de toda forma é possível destacar que, enquanto os casos novos de execução representam aproximadamente 24% do total de casos novos, os casos pendentes de execução representam cerca de 57% do total. Há possibilidade de aumento desses casos pendentes, já que o total de processos de execução baixados foi inferior ao total de casos novos de execução.

4.3 Impacto da Execução

Esta seção pretende analisar com maior atenção o impacto da execução sobre a movimentação e a litigiosidade nos Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs).

Desde 2009, as variáveis referentes à litigiosidade são fornecidas pelos tribunais de modo desagregado, de forma a permitir diferenciar o comportamento dos casos novos, pendentes, baixados e sentenças na fase de conhecimento e na fase de execução. Também permitem diferenciar as execuções judiciais das de títulos executivos extrajudiciais, conforme gráfico abaixo⁷. Apesar de a demanda em ações de conhecimento (76,2%) ser substancialmente maior que a demanda por ações de execução (23,8%), o peso dos casos pendentes recai substancialmente para os processos de execução (que são 57,5%).

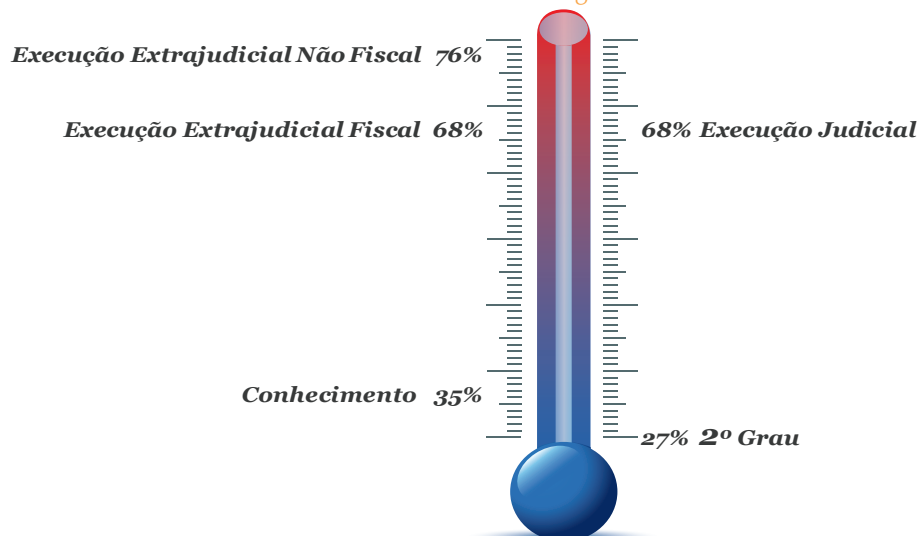
Movimentação Processual da Justiça do Trabalho



Dos processos de execução que tramitaram no ano de 2012, 93% foram de execuções judiciais e 7% de títulos extrajudiciais, dos quais 88% eram fiscais. A Justiça do Trabalho apresenta baixo percentual de processos de execução de título extrajudicial fiscal em relação ao total de processos em tramitação (2,3%) quando comparada às Justiças Estadual (35,4%) e Federal (31,8%).

Houve aumento de aproximadamente 2,9% no total de processos em tramitação no primeiro grau da Justiça do Trabalho em relação ao ano de 2011 ocasionado pelo crescimento de 6,2% dos processos na fase de conhecimento, pois tramitaram na fase de execução cerca de 1% a menos de processos que no ano anterior. Apesar da queda no quantitativo de processos em tramitação na fase de execução, a taxa de congestionamento nessa fase é quase o dobro da taxa na fase de conhecimento, ou seja, enquanto aproximadamente 68% do total de processos que tramitaram na fase de execução não foram baixados até o final do ano de 2012, na fase de conhecimento esse percentual cai para 35%.

Termômetro da taxa de congestionamento

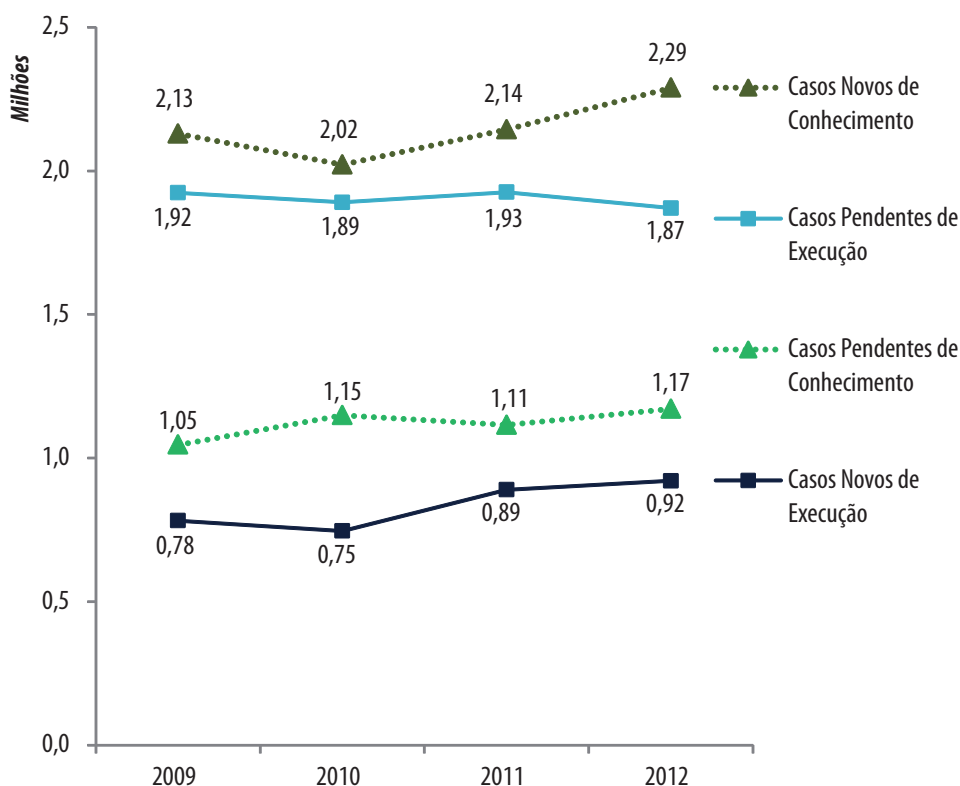


⁷ No gráfico, o conhecimento inclui a soma do segundo grau e da fase de conhecimento do primeiro grau.

As taxas de congestionamento de execução judicial e de título extrajudicial fiscal apresentaram o mesmo percentual de 68%, sendo que a maior taxa de congestionamento foi observada nos processos de execução de título extrajudicial não fiscal – 76% –, entretanto esses processos representaram apenas 0,36% do total em tramitação no primeiro grau da Justiça do Trabalho no ano de 2012. Comparadas às taxas de congestionamento apresentadas no ano anterior, observa-se que a taxa na fase de conhecimento manteve-se em 35%, a taxa de execução judicial passou de 67% para 68%, enquanto as taxas de execução de título extrajudicial fiscal e não fiscal variaram, respectivamente, de 78% para 68% e 84% para 76%.

O total de processos em tramitação no primeiro grau da Justiça do Trabalho é predominantemente de casos novos da fase de conhecimento (36,6%) e de casos pendentes da fase de execução (29,9%), o que totaliza cerca de 66,5% do total em tramitação dessa instância. Observa-se, por intermédio do gráfico abaixo, que houve aumento anual dos casos novos do primeiro grau desde o ano de 2010 tanto na fase de conhecimento quanto na de execução. Já os casos pendentes apresentaram comportamento inverso nessas fases, pois, enquanto o estoque oscilou na fase de execução até atingir o menor quantitativo no ano de 2012 (1,87 milhão de processos), o estoque na fase de conhecimento oscilou até atingir o maior valor naquele ano (1,17 milhão de processos).

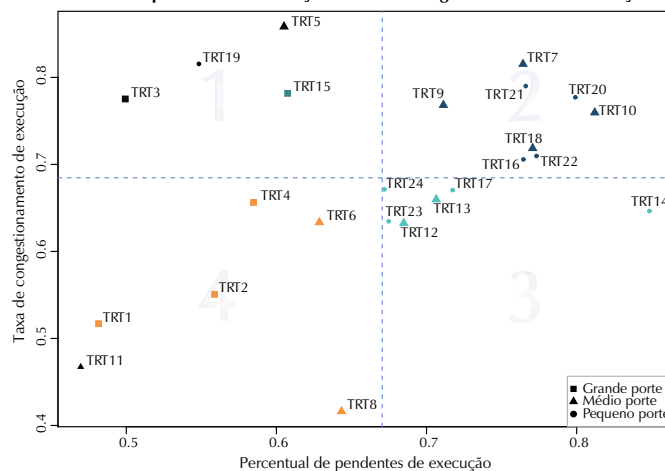
Série histórica dos casos novos e casos pendentes



A análise mais acurada da taxa de congestionamento e da composição do estoque de cada tribunal permite que se amplie a lente do problema da execução. No gráfico a seguir, demonstram-se dos processos pendentes nos tribunais em 2012 quantos são de execução e qual a taxa de congestionamento atingida.

Observa-se, por intermédio do gráfico ao lado, que quanto maior é o percentual de processos de execução no TRT, maior é a sua taxa de congestionamento de primeiro grau na fase de execução. De um lado, o TRT3, o TRT5, o TRT15 e o TRT19 apresentaram comportamento diverso do esperado, uma vez que apresentaram percentual de processos de execução inferior à média geral, mas com alta taxa de congestionamento (quadrante 1). De outro lado, tem-se o TRT14 (quadrante 3), com quase 85% dos casos pendentes na fase de execução, maior percentual da Justiça do Trabalho, e taxa de congestionamento de execução abaixo da média geral.

Percentual de pendentes de execução X Taxa de congestionamento de execução

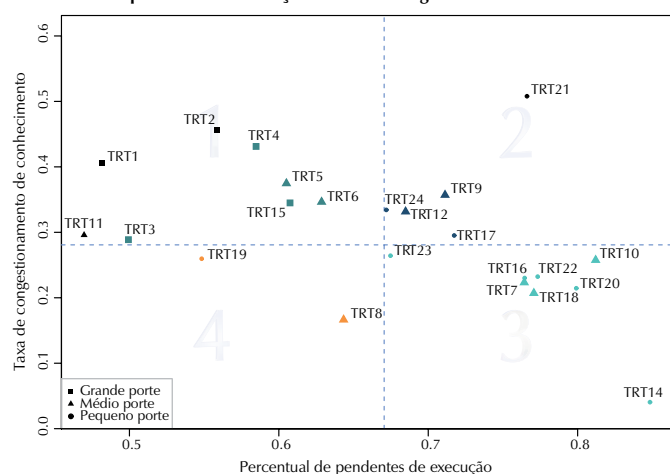


Todos os tribunais de grande porte possuem percentual de processos de primeiro grau na fase de execução inferior à média geral, tendo o TRT1 (RJ), o TRT2 (SP) e o TRT4 (RS) taxas de congestionamento de execução inferior à média e o TRT3 (MG) e o TRT15 (SP), taxas de congestionamento superior. Entre os tribunais de pequeno porte, apenas o TRT19 (AL) apresenta percentual de processos de execução inferior à média geral. Verifica-se, também, que as quatro menores taxas de congestionamento de primeiro grau na fase de execução foram alcançadas por tribunais com menos de 64% de processos de execução em relação ao total de casos no primeiro grau (TRT11 (AM/RR), TRT1 (RJ), TRT2 (SP) e TRT8 (PA/AP)). Entretanto, essa relação não se verifica entre os tribunais com as maiores taxas de congestionamento.

O quadrante 1 apresenta resultados mais preocupantes, uma vez que combina baixos percentuais de processos de execução pendentes com altas taxas de congestionamento, ou seja, o quadrante com o TRT3 (MG), o TRT5 (BA), o TRT15 (SP) e o TRT19 (AL), citados anteriormente.

De modo geral, tem-se que a grande maioria dos tribunais possui taxas de congestionamento relativamente altas com relação aos processos de execução, pois, além de a média encontrada entre os tribunais ser alta (de 68%), a grande maioria dos tribunais (20 tribunais, ou seja, 83%) possui taxas superiores 60%.

Percentual de pendentes de execução X Taxa de congestionamento de conhecimento



No gráfico ao lado, apenas o eixo das abcissas foi alterado, por isso os deslocamentos dos tribunais entre o gráfico anterior e este se farão apenas de maneira vertical. Além disso, a comparação entre a taxa de congestionamento dos processos de conhecimento em face do percentual de processos de execução pendentes de baixa permite entender melhor a relação entre o congestionamento de processos e a proporção de pendentes, ou seja, se é dado pelos tribunais foco para um tipo de processo ou outro e se isso tem refletido no congestionamento de determinados processos. Caso a premissa for verdadeira, deve-se observar alguma tendência linear decrescente, isto é, quanto maior o percentual de processos de execução, menor a taxa de congestionamento em processos de conhecimento.

Sendo assim, deve-se analisar primeiro o quadrante dos tribunais que apresentam baixos índices na taxa de congestionamento e percentual de processos de execução no gráfico anterior (quadrante 4). Observa-se que apenas o TRT19 (AL) e o TRT8 (PA/AP) constam nesse quadrante, com destaque para o último, que permaneceu entre os tribunais de menores taxas de congestionamento de primeiro grau na fase de conhecimento, a segunda menor da Justiça do Trabalho (17%). Todos os tribunais de grande porte estão no quadrante 1, de menor percentual de processos de execução e taxa de congestionamento de conhecimento acima da média geral.

Com relação ao quadrante 2, de maiores taxa de congestionamento e percentual de processos de execução, verifica-se que havia oito tribunais no quadrante da taxa de congestionamento de execução. No gráfico da taxa de conhecimento, aparecem, nesse quadrante, cinco tribunais, com destaque para o TRT21 (RN), que possui a maior taxa de congestionamento da Justiça do Trabalho (51%).

Nesse sentido, verifica-se leve tendência linear decrescente entre a taxa de congestionamento de primeiro grau na fase de conhecimento e o percentual de processos de execução. Os tribunais apresentaram baixa taxa de congestionamento de conhecimento, pois a grande maioria dos tribunais (20 tribunais, ou seja, 83%) possui taxas inferiores 40%, cenário inverso do que ocorre na fase de execução.

4.4 Índice de Produtividade Comparada da Justiça (IPC-Jus)

Os dados fornecidos pelos tribunais ao Relatório Justiça em Números permitem a realização de diversas análises sobre produtividade. Elegeu-se como forma demonstrativa de medição a elaboração do Índice de Produtividade Comparada da Justiça (IPC-Jus), construído a partir do método Análise Envoltória de Dados (DEA) e dos gráficos de quadrantes e de fronteira⁸. Tais análises permitem, primeiramente, que se tenha a produtividade de cada tribunal – ou seja, a razão entre o que foi produzido (*output* ou produto) e o que foi gasto para produzir (*input* ou insumo) –, para que, posteriormente, sejam feitas as análises comparativas de eficiência.

É relevante destacar que o conceito de eficiência é relativo, pois considera a produtividade real (a produção ponderada aos recursos) com aquela ideal, que poderia ter sido atingida. Esse marco ideal é encontrado a partir da comparação da unidade produtiva com outras equivalentes, ou seja, com possíveis *benchmarks*. Desse modo, a fim de se obter comparações correspondentes e proporcionais à realidade de cada tribunal é importante conjugar algumas de suas características.

Inicialmente, acompanhar as mudanças ocorridas na série histórica de 2009–2012 no porte dos tribunais. Conforme é possível verificar na seção de metodologia, o porte dos tribunais leva em consideração algumas variáveis relacionadas à despesa, à movimentação processual e à força de trabalho e, a partir da análise comparativa do escore obtido, tem-se seu agrupamento entre os tribunais de grande, médio e pequeno porte.

É perceptível a estabilidade dos cinco tribunais de grande porte que são o TRT2 (SP), TRT15 (SP)⁹, TRT1 (RJ), TRT3 (MG) e TRT4 (RS), devendo-se ressaltar que o estado de São Paulo subdivide-se em dois tribunais distintos, sendo os dois maiores da Justiça do Trabalho. O TRT2 concentra, desde o ano de 2009, cada vez mais insumos quando comparado aos demais tribunais da Justiça do Trabalho. Tal crescimento terá reflexo nas análises que serão apresentadas sobre a eficiência e a produtividade deste tribunal, uma vez que a economia de escala favorece a produtividade ao mesmo tempo em que há maior incidência de perdas e ociosidades em grandes organizações.

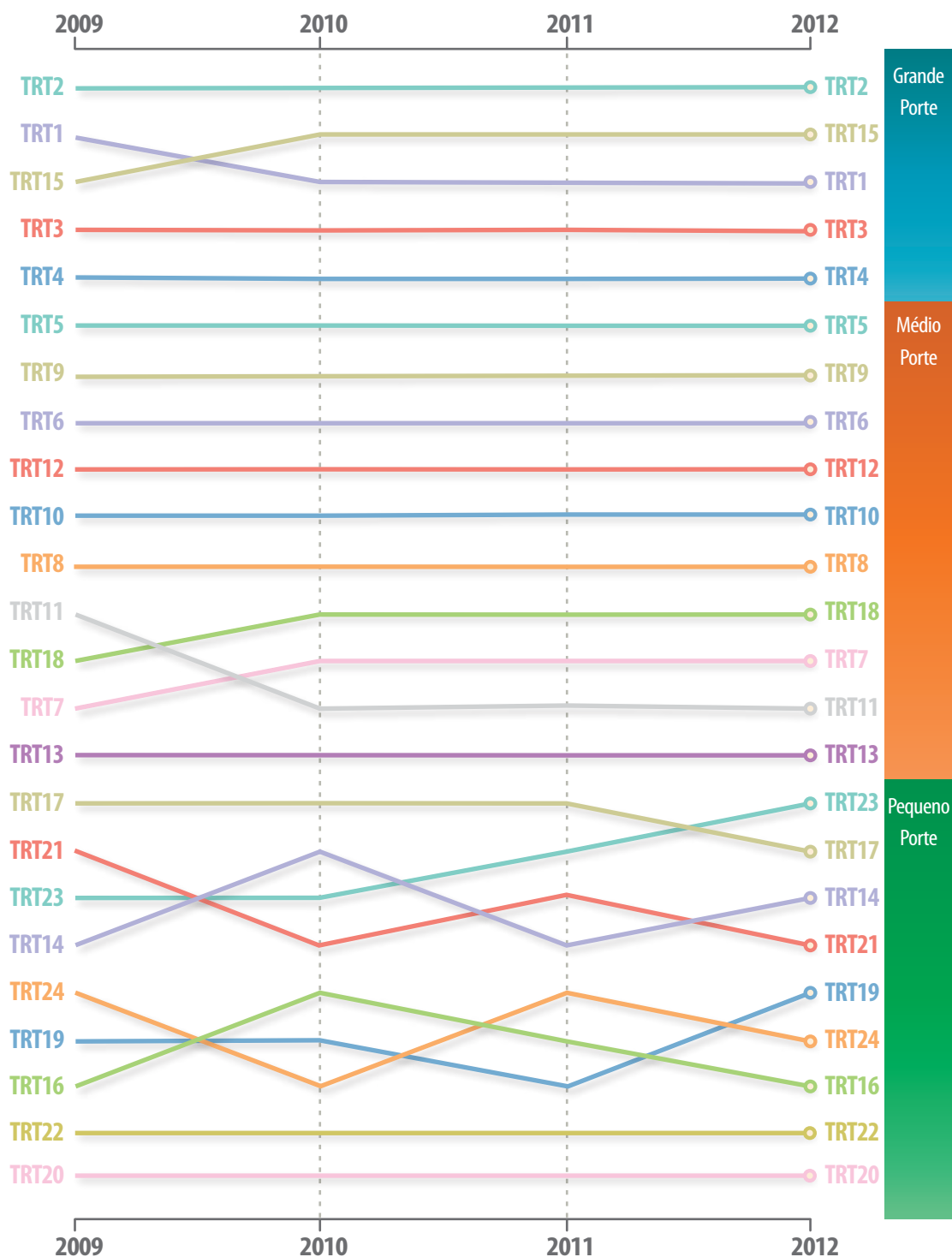
O TRT13 merece destaque, pois, apesar de ocupar a 15ª posição desde 2009, seu escore se aproximava, nos anos anteriores, aos tribunais de pequeno porte e, em 2012, houve maior aproximação aos tribunais de médio porte. Houve alterações pontuais entre os tribunais de grande e médio porte, enquanto os tribunais de pequeno porte alternaram-se de maneira significativa, com destaque para o TRT23 (MT), que apresenta ganhos de posição desde 2010, sendo o tribunal limítrofe com os de médio porte.

Com a elevação do TRT13 ao grupo de médio porte, houve inversão no quantitativo de tribunais desse grupo (10 tribunais) com os de pequeno porte (nove tribunais). Apresenta-se a seguir a mudança de posição dos tribunais no *ranking* dos portes desde 2009.

⁸ A técnica utilizada para construção desses gráficos está detalhada na seção de metodologia.

⁹ O TRT2 inclui a Grande São Paulo e parte da baixada Santista e o TRT15 inclui os demais municípios do estado de São Paulo.

Gráfico de movimentação da posição dos tribunais na série histórica



A classificação dos tribunais com relação ao seu porte é essencial para a análise do IPC-Jus que será apresentada por meio dos gráficos a seguir, que permitem a visualização cruzada dos principais indicadores de produtividade. Os indicadores selecionados relacionam o produto (*output*) ao insumo (*input*), e foram construídos a partir do cruzamento das variáveis selecionadas na construção do DEA¹⁰, que teve como insumo o total de processos em tramitação (ou seja, o total de casos novos e de casos pendentes), o número de magistrados, o número de servidores e a despesa total do TRT excluindo a despesa com inativos. Como produto, foi considerado, no modelo, o total de processos baixados. O DEA correlaciona as variáveis entendidas como insumo com as variáveis selecionadas como produto. No caso do modelo adotado, deve-se destacar que, ao se ponderar a tramitação com relação ao total de baixados, tem-se, implicitamente,

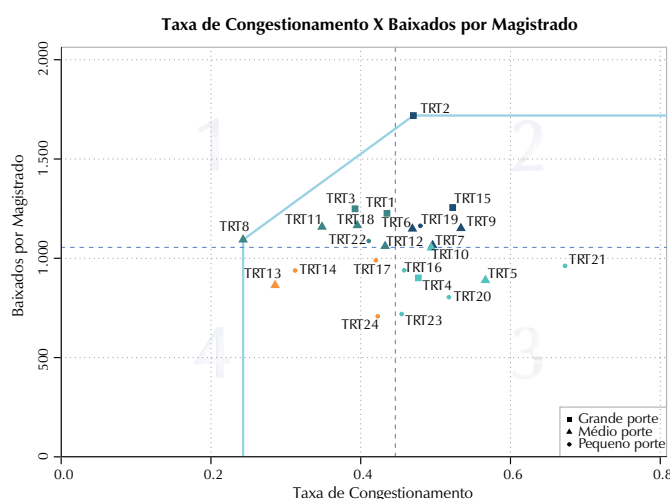
10 A técnica DEA está detalhada na seção de metodologia.

a inclusão do inverso da taxa de congestionamento¹¹. Este indicador é importante para medir o desempenho dos tribunais, pois analisa substancialmente o fluxo processual. Sendo assim, para analisar os resultados de forma pormenorizada, serão apresentados a seguir os gráficos conjugados de fronteira e de quadrante que permitirão analisar a ponderação das demais variáveis selecionadas como insumo sobre a quantidade de processos baixados e a taxa de congestionamento.

Ao longo da análise dos gráficos, poderão ser encontrados todos os tribunais que alcançaram a fronteira de eficiência ótima no modelo, sendo possível, portanto, entender de forma mais detalhada quais as variáveis que colaboraram para o melhor desempenho de cada tribunal.

O primeiro gráfico apresenta a relação entre a taxa de congestionamento e a produtividade dos magistrados, isto é, o percentual de processos que deixaram de ser julgados em um ano versus o total de processos baixados por magistrado. Percebe-se que constam na fronteira de eficiência o TRT8 (Pará / Amapá) e o TRT2 (São Paulo). Esses mesmos tribunais foram os únicos que conseguiram alcançar 100% de eficiência na modelagem que será apresentada ao final desta seção.

A análise dos quatro quadrantes do gráfico sugere simetria na Justiça do Trabalho em relação às variáveis de taxa de congestionamento e produtividade, ou seja, a quantidade de tribunais acima da média no cômputo dos indicadores (13 TRTs) é próxima à quantidade abaixo da média (11 TRTs) em ambos indicadores. Em termos estatísticos, isso significa que a média é muito próxima da mediana e significa que a Justiça Trabalhista consegue balancear sua força de trabalho de magistrados de acordo com o volume processual de forma relativamente equânime, minimizando-se a existência de eventuais discrepâncias entre os tribunais regionais.



Juntamente com o TRT8 (PA/AP), encontram-se, no quadrante de maior eficiência (quadrante 1), o TRT11 (AM/RR), o TRT3 (MG), o TRT18 (GO), o TRT1 (RJ), o TRT22 (PI) e o TRT12 (SC). O único tribunal de pequeno porte que se posicionou neste quadrante foi o TRT22 (PI), sendo que, bastaria reduzir em 6% sua produtividade para que seu índice atingisse a média. Outro tribunal muito próximo à média nos dois indicadores foi o TRT12 (SC), com produtividade quase igual à média, e taxa de congestionamento abaixo da média em apenas 1,3 p.p.¹² Em ambos os casos, esses tribunais devem permanecer atentos ao atingimento de bons resultados para conseguirem se manter no quadrante de melhor eficiência nos próximos anos.

A situação mais agravada dá-se no quadrante 3, em que foram aferidas as maiores taxas de congestionamento associadas às menores produtividades. Encontram-se, nesta situação, o TRT21 (RN), o TRT5 (BA), o TRT20 (SE), o TRT23 (MT), o TRT4 (RS), o TRT16 (MA) e o TRT10 (DF/TO). O TRT10 praticamente toca a linha média da produtividade, ficando em situação menos agravada que os demais. O mesmo acontece com o TRT23 (MT) em relação à taxa de congestionamento. A taxa de congestionamento do TRT21 (RN) chama atenção em relação às demais, já que, com índice de 67,3%, se encontra muito afastada da distribuição dos outros tribunais, estando 10 p.p. acima da segunda maior taxa de congestionamento (TRT5 (BA) – 56,7%) e, ainda, 20 p.p. acima da média (44,6%).

Com níveis baixos de produtividade dos magistrados, porém acompanhados de taxas de congestionamento satisfatórias, encontram-se, no quadrante 4, os tribunais de pequeno porte, majoritariamente, que são o TRT17 (ES), o TRT14 (RO/AC) e o TRT24 (MS) e, como único representante dos de médio porte, tem-se o TRT13 (PB). À exceção do TRT24 (MS), os demais tribunais possuem produtividade em torno de 860 a 990 processos por magistrado e necessitam de apenas um pequeno salto na produtividade dos juízes a fim de garantir o descolamento para o quadrante superior, que está um pouco acima de 1.000 processos por magistrado.

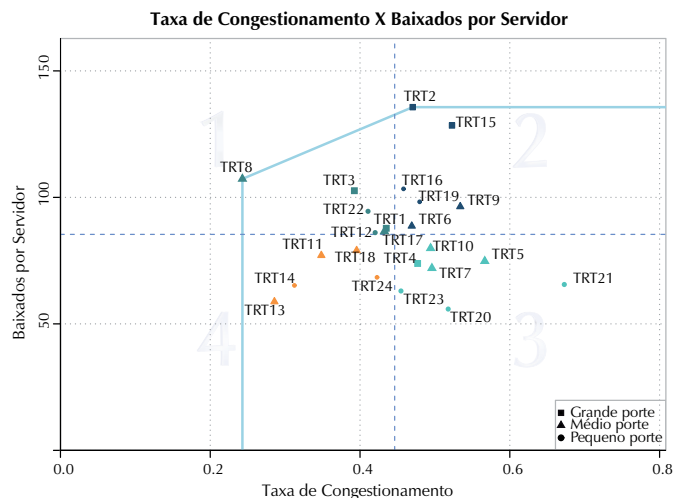
Tem-se, ainda, o quadrante 1, de alta produtividade associada à alta taxa de congestionamento. Nesse cenário, ocorre que, mesmo com esforço dos magistrados em baixar grande quantitativo de processos, isso não é suficiente para reduzir a taxa de congestionamento para patamares satisfatórios. Os tribunais nesta situação são: TRT9 (PR), TRT15 (SP),

11 Taxa de congestionamento=1- (Total de processos baixados)/(Total de processos em tramitação)

12 Por se tratar de um índice, a variação da taxa de congestionamento é preferencialmente analisada em termos absolutos, em pontos percentuais.

TRT2 (SP), TRT6 (PE), TRT7 (CE) e TRT19 (AL). É possível constatar que, nesses casos, ou o percentual de pendentes é muito alto e supera 50% do total de processos em tramitação, situação observada no TRT15 (SP), no TRT7 (CE) e no TRT19 (AL), ou o número total de processos de baixados, apesar de alto em relação ao de magistrados em atuação, é baixo ante o de casos novos, o que irá gerar tendência de aumento do estoque. Apresenta-se no segundo caso o TRT6 (PE) (índice de baixados por caso novo em 83%), o TRT9 (PR) (índice de 90%) e o TRT2 (SP) (índice de 97%).

No caso desta análise, não foi possível constatar relação clara entre o porte do tribunal e o atingimento dos melhores resultados. Ao analisar exclusivamente o eixo y do gráfico (produtividade), já é possível denotar que, de forma geral, os tribunais de grande porte tendem a permanecer acima da média, enquanto os de pequeno porte tendem a ficar abaixo da média.



Entre os dois primeiros gráficos, será possível perceber apenas o deslocamento vertical dos tribunais, tendo em vista o eixo x ter permanecido com a taxa de congestionamento, isto é, haverá deslocamento dos tribunais somente entre os quadrantes inferiores e superiores e nunca entre os quadrantes da direita e da esquerda. Desse modo, pode-se perceber, além da produtividade dos tribunais em face da força de trabalho disponível (mais especificamente o total de servidores), a relação do quantitativo de servidores e de magistrados, quando consideradas as observações sobre este gráfico.

Novamente neste gráfico, aparecem na fronteira de eficiência apenas o TRT8 (PA/AP) e o TRT2 (SP), os únicos com índices 100%. Entretanto, nesta análise, o TRT15 (SP)

aproxima-se bastante da curva de eficiência, necessitando reduzir apenas sua taxa de congestionamento para atingir melhor resultado. Outro tribunal também relativamente próximo à curva é o TRT13 (PB), cuja taxa de congestionamento é bastante satisfatória, a segunda menor da Justiça do Trabalho, entretanto com baixa quantidade de processos baixados por servidor, apesar de ser um tribunal de médio porte. A análise conjunta deste gráfico com o anterior dá margem à interpretação de que, no caso específico do TRT13 (PB), há superdimensionamento de força de trabalho, pois, apesar de ambos os índices de produtividade serem baixos, o tribunal está conseguindo liquidar o estoque e baixar mais processos do que ingressam. Situação similar ocorre com o tribunal da TRT14 (RO/AC), de pequeno porte.

Os tribunais que aparecem no quadrante 1, de maior produtividade e menor taxa de congestionamento, são: TRT8 (PA/AP), TRT3 (MG), TRT22 (PI), TRT1 (RJ), TRT12 (SC) e TRT17 (ES). Todavia, estes três últimos estão muito próximos do cruzamento da média dos dois eixos, o que significa que leves alterações na produtividade ou na taxa de congestionamento podem ocasionar mudança para quadrantes de resultados menos favoráveis.

O quadrante com maior número de casos (sete tribunais) é justamente o que apresenta situação menos favorável, com maior taxa de congestionamento associada à menor produtividade de servidores (quadrante 3). O TRT20 (SE) junto com o TRT21 (RN) são os mais afastados da curva de fronteira, com a menor produtividade e maior congestionamento, respectivamente. Em relação ao gráfico anterior, o TRT16 (MA) teve substancial melhora, e a produtividade dos seus servidores apresentou-se acima da média, enquanto, no caso dos magistrados, estava abaixo.

Com relação aos demais quadrantes, percebe-se distribuição mais heterogênea entre os tribunais em relação ao seu porte, pois, enquanto no quadrante do gráfico anterior predominavam os tribunais de grande e médio porte, o gráfico atual apresenta dois tribunais de cada porte nesse quadrante, uma vez que o TRT17 (ES) (pequeno porte) subiu, enquanto o TRT11 (AM) e o TRT18 (GO) (médio porte) desceram.

A análise conjunta dos dois gráficos permite visualizar os resultados do TRT20 (SE) e do TRT23 (MT), demonstrando que os indicadores de produtividade de magistrados e servidores podem ser melhorados a partir do aumento na quantidade de processos baixados, o que geraria diminuição do estoque e, conseqüentemente, da taxa de congestionamento.

O próximo gráfico apresenta a ponderação com relação à despesa total utilizada, descontando apenas as despesas relativas ao pessoal inativo, tendo em vista que esta despesa não possui relação, nem direta nem indireta, com o produto considerado no modelo, ou seja, total de processos baixados. Nota-se que a fronteira de eficiência é composta pelos mesmos tribunais (TRT2 (SP) e TRT8(GO)) dos gráficos apresentados anteriormente; além disso, o TRT3 (MG) e o TRT15 (SP) permanecem próximos à linha, com a segunda e terceira menores despesas em relação ao total de processos baixados, respectivamente.

Observa-se que 14 tribunais apresentaram indicador abaixo da média da despesa por processo baixado, sendo que todos os de grande porte estão nestes quadrantes (3 e 4), ou seja, os tribunais de grande porte, mesmo possuindo os maiores valores de despesa da Justiça trabalhista com concentração de 51% de todos os gastos (exceto com inativos) dos TRTs, proporcionalmente e comparativamente com os demais, a baixa de processos é ainda maior, já que neles estão concentrados 57% de todos os baixados na Justiça do Trabalho.

O cenário mais agravado dá-se no quadrante 2, em que estão as maiores despesas em face dos baixados, associadas às maiores taxas de congestionamento. Nessa situação, encontram-se o TRT5 (BA), o TRT10 (DF/TO), o TRT7 (CE), o TRT23 (MT), o TRT21 (RN) e o TRT20 (SE), que, mesmo gastando mais por processo, não conseguem reduzir suas taxas de congestionamento. De toda sorte, apenas o TRT20 (SE) e o TRT21 (RN) se encontram mais afastados das médias dos indicadores, sendo que, nos demais casos, bastaria um pequeno esforço para aumentar o número de baixados, para que eles conseguissem migrar para quadrantes de resultados mais favoráveis.

Dos tribunais com menores taxas de congestionamento, apresentaram as maiores despesas por processo baixado o TRT14 (RO/AC) e o TRT13 (PB) (quadrante 1). Ressalta-se que esses dois tribunais encontraram-se constantemente no quadrante de menor produtividade em face das variáveis de força de trabalho.

Após a análise desses três gráficos, compostos pelos principais insumos endógenos – magistrados, servidores e despesa total (exceto com pessoal inativo) –, verifica-se que os únicos tribunais que conseguiram permanecer na fronteira nos três gráficos, também com eficiência ótima, foram o TRT2 (SP), classificado como de grande porte, e o TRT8 (PA/AM), classificado como de médio porte.

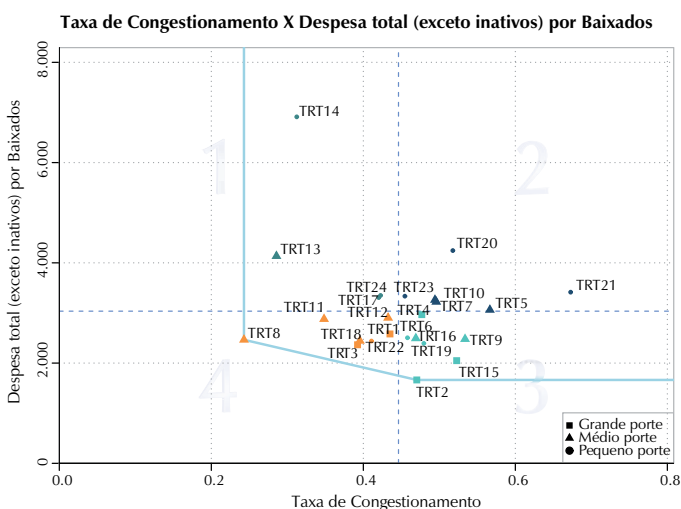
A análise conjunta dos três gráficos permite também identificar aqueles tribunais que, apesar de não terem conseguido atingir a curva de eficiência, conseguiram, ao menos, permanecer no quadrante de resultados mais favoráveis sob todas as óticas, ou seja, mantiveram taxa de congestionamento abaixo da média, produtividade dos magistrados e dos servidores acima da média e, ainda, despesas por baixado abaixo da média. Entre os tribunais de grande porte permaneceram nessa situação o TRT1 (RJ) e o TRT3 (MG); entre os de médio porte, ficaram o TRT12 (SC) e o TRT8 (PA/AM), que também atingiu eficiência máxima; e entre os tribunais de pequeno porte, apenas o TRT22 (PI) conseguiu se destacar.

Situação inversa, ou seja, os tribunais que permaneceram sob todas as óticas no quadrante de situação mais agravada, com maior taxa de congestionamento e despesa por baixado associada à menor produtividade de servidores e magistrados, foram: entre os tribunais de médio porte, destacam-se o TRT5 (BA) e o TRT10 (DF/TO); e entre os tribunais de pequeno porte, o TRT23 (MT), o TRT21 (RN) e o TRT20 (SE). Essa situação não ocorreu com nenhum tribunal de grande porte.

4.4.1 Resultados do Índice de Produtividade Comparada da Justiça (IPC-Jus)

A seguir, serão apresentados os resultados do IPC-Jus, calculado por meio da aplicação da metodologia DEA, utilizando-se as mesmas variáveis que foram anteriormente apresentadas nos gráficos de fronteira e de quadrantes. Repisa-se que no modelo adotado foram considerados como insumo o total de processos em tramitação, o número de magistrados, o número de servidores (exceto terceirizados e estagiários) e a despesa total do tribunal excluindo-se a despesa com inativos. Como produto, foi considerado o total de processos baixados.

Os resultados estão separados em função do porte dos tribunais. Os gráficos devem ser interpretados da seguinte forma: a linha demonstra o valor da eficiência alcançada pela aplicação da técnica no período compreendido entre 2009 e 2011. O gráfico de barras indica o total de processos que foi baixado pelo tribunal em cada ano, com indicação, dentro de cada barra, do respectivo valor, além da sinalização de quanto, em termos percentuais, seria necessário aumentar o número de processos baixados para aquele atingir a eficiência ótima. Por exemplo, o TRT3, em 2012, teve percentual de 96% com baixa de 354.808 processos, mas se tivesse baixado 5% a mais, teria conseguido alcançar a produtividade máxima. Já em 2011, alcançou 100% e, por isso, a quantidade de baixados foi adequada.

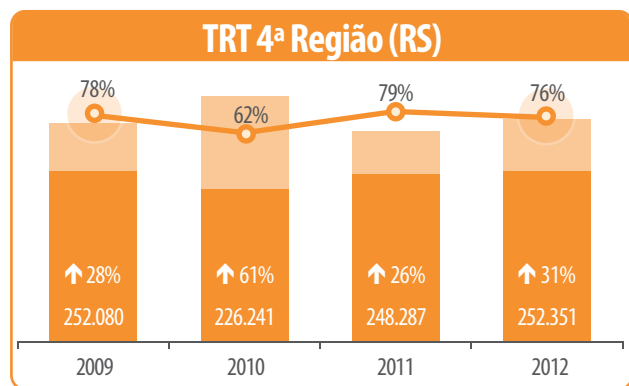
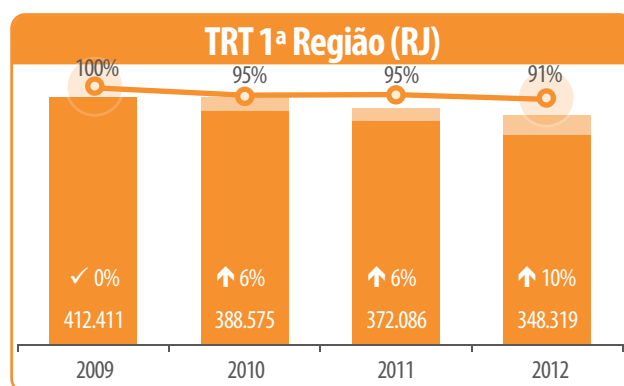
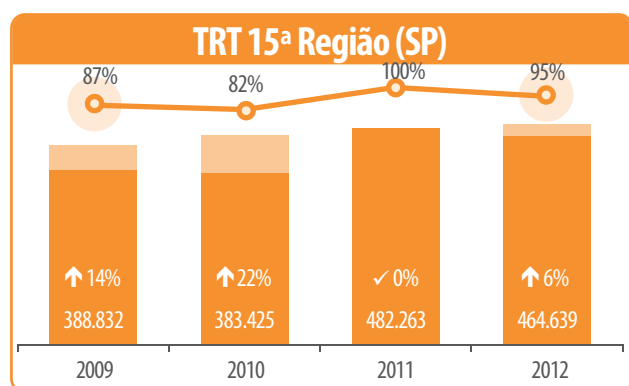
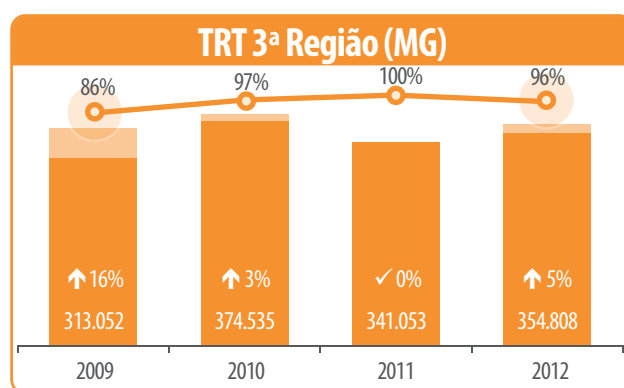
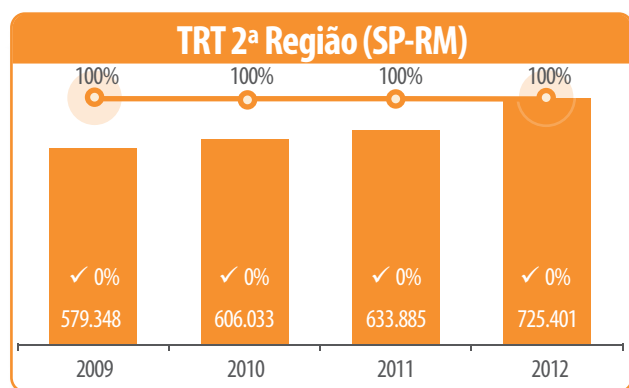


A diferença entre o **realizado** e o **necessário** para se atingir a curva de eficiência será tratada ao longo deste relatório pela denominação **baixado real** e **baixado ideal**. É importante destacar que trata-se de métrica que analisa o passado e não o futuro, ou seja, significa que, caso o tribunal tivesse conseguido baixar a quantidade de processos necessários conforme o modelo comparativo teria, em 2012, alcançado a curva de eficiência. Entretanto, não significa que se o tribunal baixar essa mesma quantidade, ou até mais, no próximo ano, o alcance da eficiência volte a ocorrer. O modelo é comparativo, ou seja, considera o resultado alcançado no passado com base nos recursos disponíveis e coloca na fronteira aqueles que conseguiram produzir mais com menos insumos. As mudanças dos insumos e dos produtos dos demais tribunais no próximo ano irão realocar a curva da fronteira e, consequentemente, a posição do tribunal em face dos demais.

Dessa forma, os conceitos **baixado real** e **baixado ideal** retratam situação pretérita, diferentemente do conceito de metas, que são objetivos estipulados ao tribunal e que devem ser alcançadas no futuro.

Entre os tribunais de grande porte, o único a alcançar a eficiência de 100% foi o TRT2 (SP) durante toda a série histórica. Dos demais TRTs, apenas o TRT4 (RS) não apresentou percentual máximo em algum dos anos anteriores. O TRT3 (MG) e o TRT15 (SP) atingiram o máximo em 2011, já o TRT1 (RJ) atingiu essa marca em 2009 e vem diminuindo sua eficiência desde então e chegou a 91% em 2012.

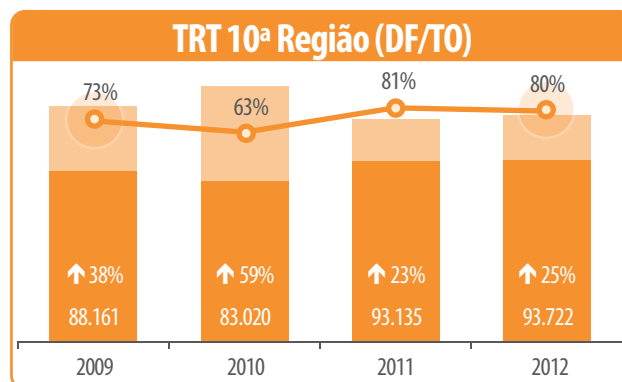
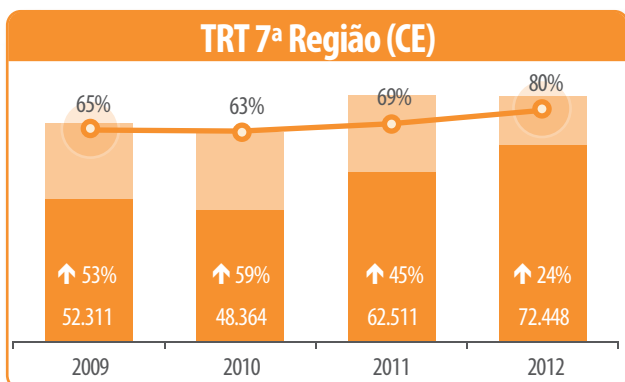
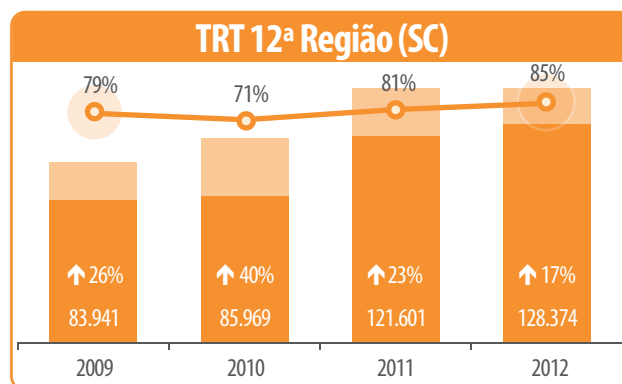
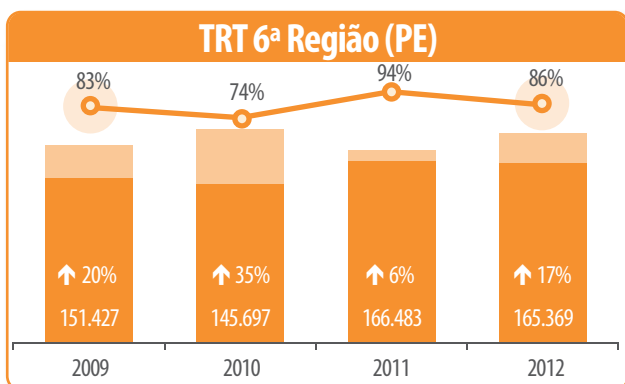
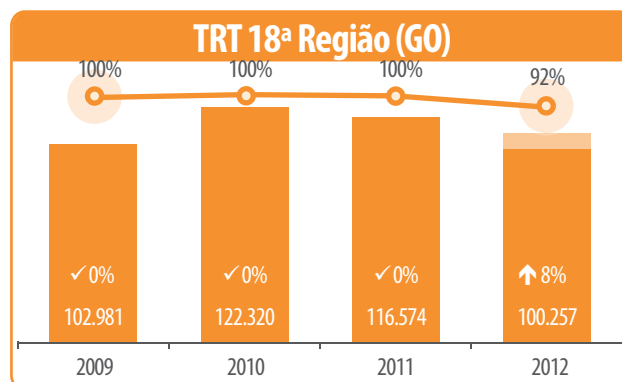
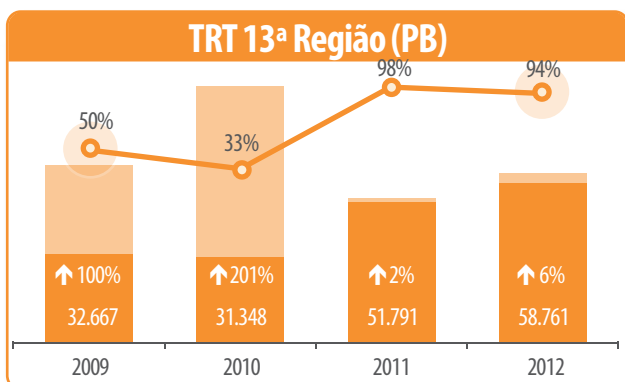
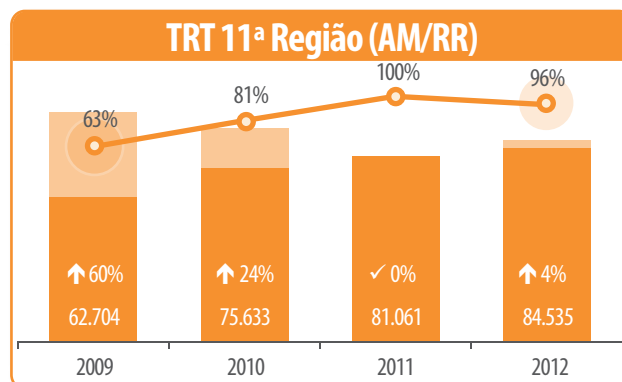
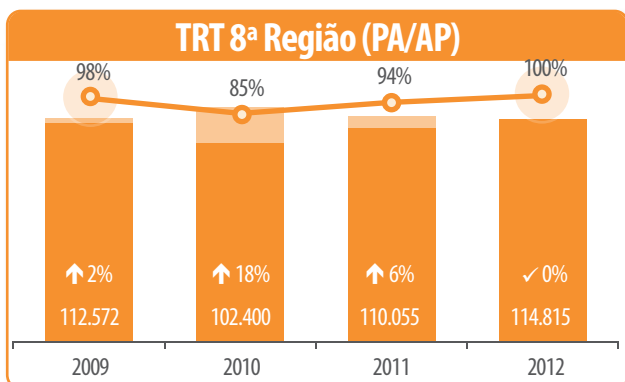
TRIBUNAIS DE GRANDE PORTE



baixado ideal baixado real eficiência DEA

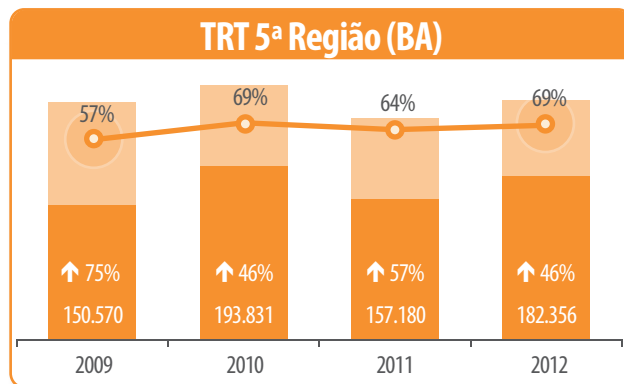
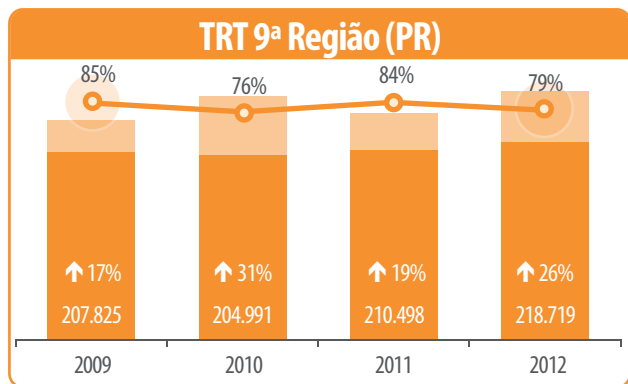
Dentre os tribunais de médio porte, alcançou eficiência ótima o TRT da 08ª Região (PA/AP). Vale destacar que o TRT da 11ª (AM/RR) e da 18ª (GO) obtiveram eficiência ótima no ano de 2011, sendo o último também eficiente em 2009 e 2010. Desse porte, apenas o TRT da 09ª (PR) e da 05ª (BA) apresentaram eficiência inferior a 80% em 2012, com, respectivamente, 79% e 69% de eficiência, o alvo DEA deste último seria de aumentar o quantitativo de processos baixados em aproximadamente 46% para atingir a eficiência ótima, ou seja, esse tribunal deveria ter baixado 266.138 processos ao invés dos 182.356 para constar na linha de eficiência. Destacam-se em movimentos ascendentes de melhora na eficiência do modelo desde 2010 os Tribunais Regionais do Trabalho da 08ª (PA/AP), 12ª (SC) e 07ª (CE).

TRIBUNAIS DE MÉDIO PORTE



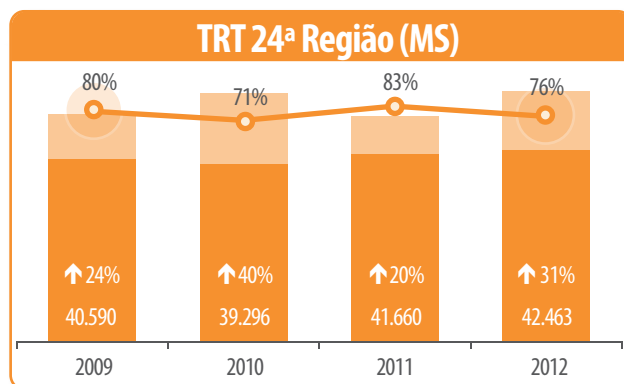
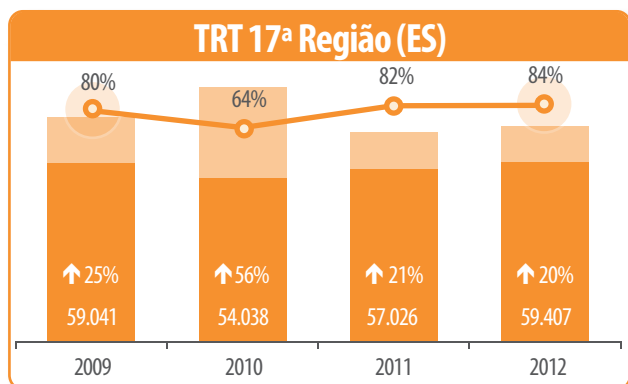
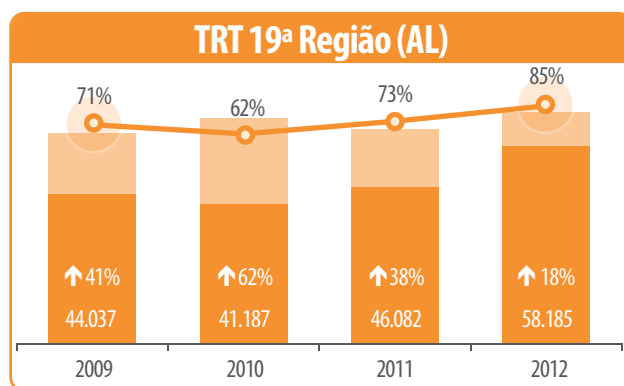
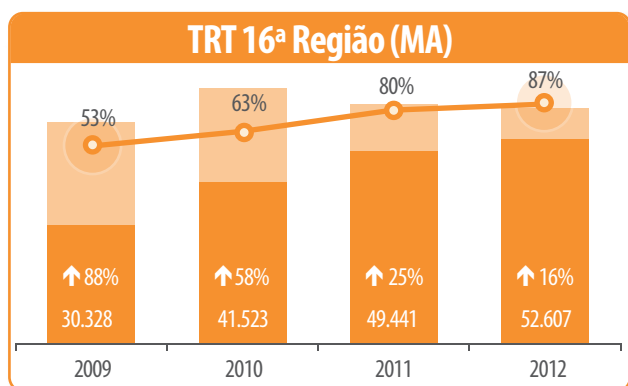
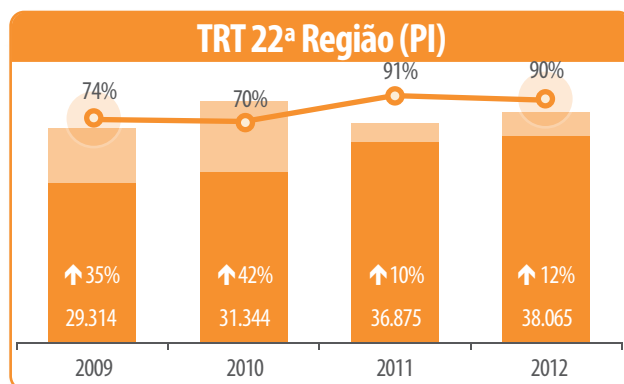
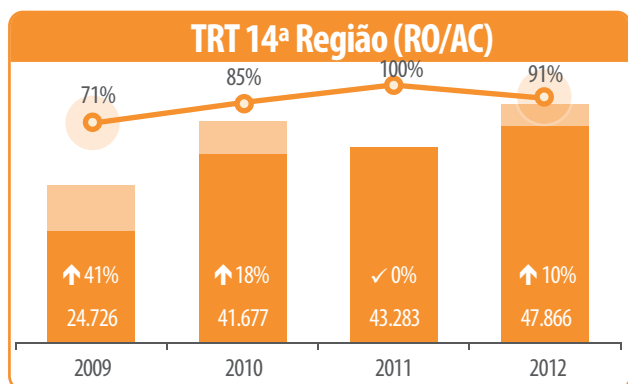
■ baixado ideal ■ baixado real —○— eficiência DEA

■ baixado ideal ■ baixado real —○— eficiência DEA



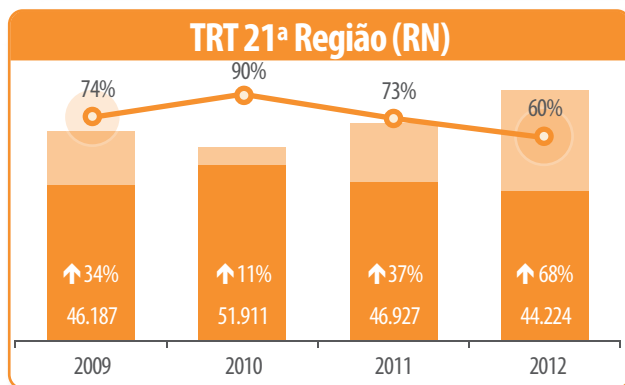
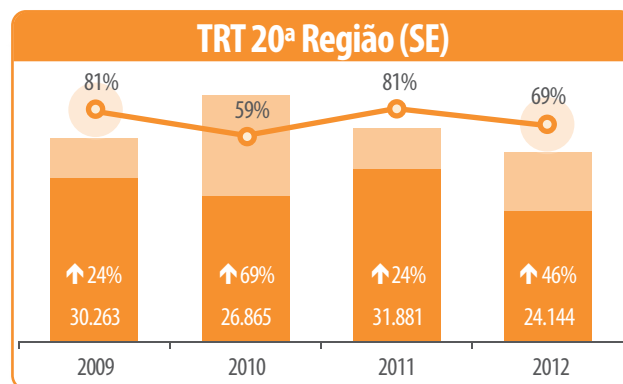
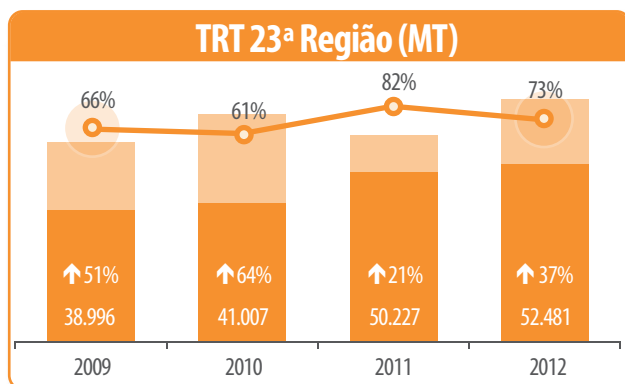
Não consta entre os tribunais eficientes nenhum tribunal de pequeno porte, sendo os de maior eficiência o da 14ª (RO/AC) e 22ª (PI), 91% e 90% de eficiência respectivamente. Observa-se a trajetória descendente de eficiência do TRT da 21ª Região (RN), que passou de 90% de eficiência em 2010 para 73% em 2011 e 60% em 2012, a pior eficiência da Justiça do Trabalho. Por outro lado, há de se destacar o TRT da 16ª (MA), cuja eficiência cresce desde 2009, atingindo 87% em 2012, a terceira maior entre os tribunais de pequeno porte.

TRIBUNAIS DE PEQUENO PORTE



baixado ideal baixado real eficiência DEA

baixado ideal baixado real eficiência DEA



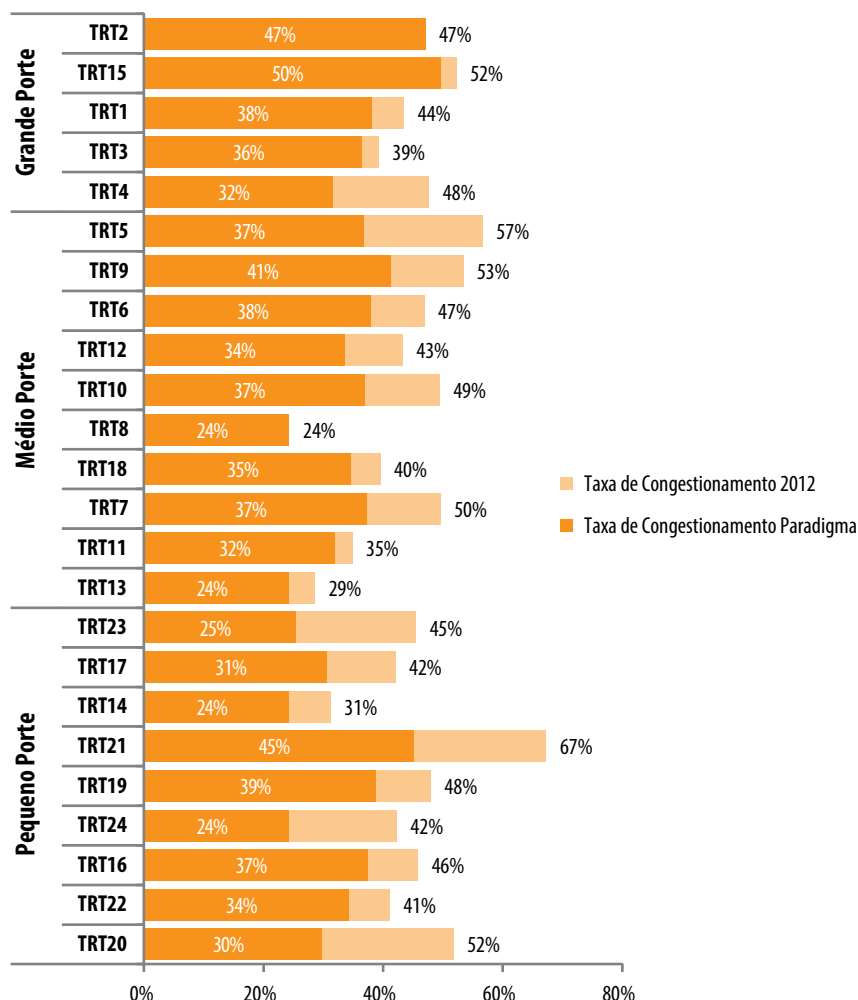
baixado ideal baixado real eficiência DEA

Um dos resultados obtidos após a aplicação da Análise Envoltória de Dados consiste na obtenção do valor, ora denominado por alvo DEA, que consiste na mensuração de quanto o tribunal deveria ter baixado em número de processos para que, em 2012, tivesse alcançado a fronteira de eficiência. Com o objetivo de ilustrar o verdadeiro impacto do alcance do alvo DEA, optou-se por simular o impacto nas taxas de congestionamento de 2012, caso o tribunal tivesse conseguido, naquele ano, alcançar o volume ótimo de processos baixados.

Cabe lembrar que pela metodologia DEA, um tribunal é dito por eficiente porque, em relação aos demais, conseguiu produzir mais com menos recursos. Entretanto isso não significa que o tribunal tenha alcançado seu máximo de produção e

não tenha como melhorar. Mesmos os tribunais calculados como eficientes, devem sempre ter em mente a necessidade de aperfeiçoamento, já que o volume de processos que tramita na Justiça do Trabalho é muito grande, e o julgamento e a baixa dos processos de forma célere são essenciais para prestação de um bom serviço ao jurisdicionado. Dessa forma, na simulação apresentada a seguir, não significa, por exemplo, que a taxa de 47% de congestionamento aferida no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região seja ótima e não tenha como melhorar, mas sim que, comparativamente aos demais tribunais e aos seus insumos, ele baixou quantitativo suficiente de processos. Se todos os tribunais conseguirem baixar significativamente, a cada ano, mais processos, o ótimo alcançado pela curva de eficiência se tornará cada vez mais próxima do ótimo subjetivo, que seria, de fato, um patamar satisfatório de taxas de congestionamento para o Poder Judiciário.

Simulação das Taxas de Congestionamento, segundo o alcance do *baixado ideal*



Em primeiro lugar, deve-se apontar para o impacto que tal produtividade acarretaria como um todo à Justiça do Trabalho, que sairia de uma taxa de congestionamento observada de 47% para uma taxa paradigma de 40%. As maiores diferenças seriam sentidas nos tribunais que hoje apontam a menor eficiência, como o TRT21 (RN) (que sairia de 67% de taxa de congestionamento para 45%) e o TRT20 (SE) (que possui 41% de congestionamento e passaria para 34%). Ressalte-se que, nessa configuração hipotética, as maiores taxas de congestionamento estariam nos dois tribunais de São Paulo (TRT2 e TRT15), que, apesar de possuírem taxas de 47% e 52%, não necessitam de alteração, tendo em vista já possuírem índices máximos ou bem próximos (95% de eficiência para o TRT15). A menor taxa de congestionamento continuaria sendo a do TRT8 (PA/AP), que é um tribunal eficiente com taxa de 24%. Para atingir a eficiência ótima, o TRT13, o TRT14 e o TRT24, que possuem taxas de, respectivamente, 29%, 31% e 42%, deveriam possuir a mesma taxa de congestionamento do TRT8. Entretanto, não é o valor da taxa de congestionamento somente que dirá se um tribunal é ou não eficiente, pois as outras variáveis (magistrados, servidores e despesa total exceto com inativos) são levadas em consideração. Ao mesmo tempo, a taxa de congestionamento paradigma estipulada pelo modelo não exige produtividades irreais de serem alcançadas, pois elas, de fato já são alcançadas pelos tribunais que se encontram na fronteira de eficiência.

Esses, portanto, são os números da Justiça do Trabalho no ano de 2012. No final deste relatório, está disponível o Cartão de Referência da Justiça do Trabalho, espécie de tabela infográfica que permite a visualização de todos os dados utilizados nos infográficos e gráficos deste relatório, divididos de acordo com o porte de cada tribunal.

